

## **Resumo**

O presente trabalho pretende dar a conhecer o percurso e o contributo de José Maria dos Santos em prol da região de Palmela /Setúbal e, em especial, na formação do Pinhal Novo.

José Maria dos Santos nasceu em 1831, no apogeu do terror Miguelista. Nada sabemos da sua infância. No entanto, certamente influenciado pela profissão do seu pai, ferrador, adquiriu os conhecimentos básicos da profissão que o levariam, com dezasseis anos de idade, a frequentar o curso de veterinário. O seu desenvolvimento físico e intelectual decorreu, pois, desde o reinado de D<sup>a</sup>. Maria II, num clima de conspiração, de guerra civil, de reformas políticas e de ruptura com o Antigo Regime, até à implantação da República.

Neste ambiente, foi tomando conhecimento profundo do quadro português da época, que se resumia a um fraco operariado industrial e agrícola rasando pela miséria, a uma burguesia sem aptidões naturais nem preparação técnica para a criação de riqueza, temerosa do futuro e sem confiança no próprio esforço. José Maria dos Santos foi-se apercebendo, igualmente, do mal estar geral das populações, dos cofres exaustos e, com certeza, dos agiotas reclamando o juro, não pago, dos empréstimos contraídos pelos diferentes governos.

O ano de 1847 representa, simultaneamente, a data em que José Maria dos Santos se inscreve na Escola de Veterinária e o da assinatura da Convenção de Gramido que pôs fim à guerra civil entre Cartistas e Setembristas. Como consequência desta guerra, Portugal fica sem dinheiro e sem crédito, com a exportação e a importação reduzidas aumentando, por isso, a miséria entre os mais desfavorecidos. É, pois, neste quadro e no meio da confusão geral em que, além dos movimentos do Exército regular, pululava a guerrilha, tudo excitado pela violência da linguagem de panfletos e jornais, que a formação de José Maria dos Santos se consolida.

De 1847 a 1853 será, por certo, o período da sua afirmação como homem que o levaria a compreender melhor o “sistema” em que estava integrado, a preparar-se para uma carreira de militar, a ser “reconhecido” como veterinário e a “projectar-se”, mais tarde como “grande agricultor”.

Em 26 de Maio de 1851, José Maria dos Santos assenta praça no Exército. No boletim de registo de informação modelo nº.1, a que se refere o Decreto de 14 de Setembro de 1846, consta a 1 de Janeiro de 1852, na quadrícula "Datas do assentamento de praça e dos diferentes postos", que o mesmo se encontra registado como "Primeira praça de Veterinário, Ordem do Exército nº. 5 do s/dito, para este Regimento". No que concerne ao posto atribuído consta na respectiva quadrícula o de "Veterinário". No boletim de informação do Exército de 1853 continua a manter o "posto" de Veterinário.

Com a profissão de Veterinário e de militar, o jovem foi grangeando as simpatias, a estima e a admiração dos seus superiores, por se tratar de um homem perspicaz e de castro patriotismo consolidando, assim, a sua reputação de homem notável e inteligente.

Até 1858, ano em que a seu pedido abandonou a carreira militar e de veterinário, desempenhou em 1856 o cargo de fiscal do Matadouro na Câmara Municipal de Lisboa e foi requisitado pelo Ministério das Obras Públicas ao Ministério da Guerra para desempenhar funções de "carácter" estatístico. Por Decreto de 29 de Setembro de 1856, Ordem do Exército nº. 49 de 17 de Outubro e com antiguidade a 13 de Agosto do mesmo ano, é promovido a "...Tenente Facultativo-Veterinário (...) ao abrigo da Carta de Lei de D. Pedro V de 24/04/56" que ordena a promoção para os Alferes Facultativos desde que tivessem completado "... 5 annos de efectivo serviço neste Posto...".

Em 1857 casou com a Baronesa de São Romão, viúva, iniciando e desenvolvendo, a partir daí, a sua actividade como lavrador, investidor, e político.

Profundamente conhecedor dos assuntos da região de Palmela/Setúbal, José Maria dos Santos conseguiu impor-se aos chamados "poderes públicos" e fez crescer a sua popularidade e estima entre a população. Nele viu o povo um seu representante, capaz de defender com hombridade os seus legítimos interesses, pelo que foi eleito como deputado em diferentes mandatos e a ser nomeado par do Reino vitalício (Carta Régia de 29/12/1893).

Mas, se se tiver em conta a inóspita ambiência em que viveu, não apenas no meio político, é forçoso admitir que se tratava de um homem de larga visão, com uma inteligência algo avançada no tempo.

Por tudo isto, a obra e o percurso de José Maria dos Santos apresenta alguns problemas particulares. Isto porque nunca foi coligida e, ainda menos, publicada na sua totalidade. Houve pois o cuidado de procurar junto dos organismos que ele representou enquanto Veterinário e como Deputado a informação que nos permitisse confirmar o seu percurso e a respectiva veracidade.

Presentemente são poucos os pinhalnovenses que associam o seu nome ao facto de ter sido o grande investidor que possibilitou não só transformar toda a área agrícola da região mas, sobretudo, programar a longo prazo, de forma sustentada, o desenvolvimento sócio-económico da região de Palmela/Setúbal tendo como base a produção vitivinícola.

O nome de José Maria dos Santos encontra-se perpetuado numa das mais importantes e movimentadas artérias do Pinhal Novo, desde algumas décadas, num precioso monumento que foi construído, por subscrição entre os seus rendeiros, em homenagem à sua ilustre figura e ao trabalho que ali realizou e em que sobressai sobre um pedestal, a figura serena, e afável do abnegado “Lavrador”

Oitenta e dois anos de uma vida cabalmente preenchida, de que tem sido contada em retalhos dispersos, requer uma investigação saturada e um estudo cuidado e ordenado.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. anexo I, docs. n.ºs. 1 e 2 .

## **Summary**

The purpose of the following work is to make known José Maria dos Santos' course and his contribute for the region of Palmela/Setúbal specially in what concerns to the foundation of Pinhal Novo.

José Maria dos Santos was born in 1831 when the "Miguelista Terror" achieved its apogee. We don't know anything about his childhood. However, we know that he got the basic knowledge of his father's career – blacksmith. Probably under his influence he started his veterinarian studies at sixteen years old. So, either his physical and intellectual development took place during the reign of Queen Maria II in an atmosphere of conspiracy, civil war, political amendments and disruption with the Ancient Regime which would culminate with the republic implantation.

This was the scenario where he took self-consciousness of the actual socio-political Portuguese reality which could be restricted to a weak industrial and agricultural working class reduced to poverty. On the other hand there was a middle class with no natural ability and no technical skills to generate new resources - a middle class fearful of the future, unbelieving in their own strength. José Maria dos Santos perceived the general poor conditions of the population. The safes were exhausted and probably there were usurers gathering interests on the unpaid loans done to the different governments.

The year of 1847 represented at the same time: - José Maria dos Santos' registration to the Veterinarian School and the signature of the Gramido Convention which put an end to the civil war involving two political parties - the Cartistas and the Setembristas. As a result Portugal was without money and no credit, the exports and the imports decreased while poverty increased faster and faster. José Maria dos Santos' development was being consolidated in a scenario surrounded by a general disturbance, with conflicts among the regular army and an extreme violence of language presented on the newspapers and leaflets.



Since 1847 through 1853 it certainly was the time for his own assertion as a man and the time to better understand the “system” where he was integrated. He made himself ready to go into the army and be recognized as a veterinary. He will be stand up as the “Big Farmer” later.

On the 26<sup>th</sup> May 1851 he was engaged in the army where he was registered as 1<sup>st</sup> veterinarian soldier, according to the Decree-Law of January 1, 1852. On the army official report of 1853, he keeps on appearing as veterinary.

Step by step, being veterinary doctor and soldier, the young man conquered the sympathy, the affection and admiration of his superiors because he really was a very talented patriotic man. This way, he consolidated his own soundness of character as a notable and very intelligent person.

Until 1858 when of one's own free will gave up his military and veterinary career, he also played the role of slaughterhouse inspector in the municipal council of Lisbon (1856) and was requested to the Ministry of War by the Ministry of Public Works to perform some operations related to statistics. By Decree-Law of September 29, 1856 and the Army Order nr 49 of October 17 (coming from August 13, 1856) he was promoted to “...Tenente Facultativo-Veterinário... (Veterinarian Lieutenant) by a Letter of Law of King D. Pedro V dated April 24, 1856, ordering promotions for the Second Lieutenants who had 5 years completed on that rank.

In 1857 he got married to a widow - the Baroness of São Romão. Up from then he started on developing his career, now as farmer, investment and political man.

José Maria dos Santos deeply knew the issues of Palmela/Setúbal region easily succeeding in taking advantage of the “public powers” while his popularity and respect grew up among the population. People recognized him as their own representative, able to fight for their legal rights with nobleness of character. That is why he was elected depute for several mandates. He also was nominated for life peer of the kingdom ( by Royal Letter of December 12, 1893).

If we consider the wild ambiance where he lived in concerned to the political sphere and beyond, we have to acknowledge that he was a large foresight man with an intelligence exceeding his times.

For all this, both the work and the trajectory of José Maria dos Santos present some particular issues never compiled before. We have been extremely cautious searching information nearby the institutions he represented as veterinary and depute which allowed us to confirm his trajectory in a truthfulness way.

Nowadays there are no much people in Pinhal Novo linking his name to the great investment man that changed all the agricultural area of the region and well planned a long term socio-economic development of Palmela/Setúbal region, based on the winegrowing production.

To perpetuate his memory it was built a monument to José Maria dos Santos, placed on one of the most important and animated street of Pinhal Novo. It was a donation of his tenant farmers that made possible the homage to his honourable personality and to the work he did there. His statue on a pedestal, shows a courteous and serene man – the self-forgetful “Farmer”.

It was a 82 years of an accomplished life, narrated on diffused little pieces until now. It requires an intense investigation and a diligent and methodical study.

## **Agradecimentos**

O meu trabalho foi certamente facilitado pelas muitas pessoas que fui encontrando nos arquivos e centros de informação que pesquisei, nomeadamente, em Lisboa, no Arquivo Histórico da Assembleia da República, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Militar, na Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, no Instituto Nacional de Estatística, na Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, na Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Setúbal, na Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Palmela, na Junta de Freguesia do Pinhal Novo, a quem agradeço.

Não posso deixar ainda de expressar o meu muito obrigado aos vários colegas pela generosidade dos conselhos e partilha de listas de contactos, aos Professores Custódio Lagartixa e Natividade Azeredo, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Pinhal Novo e, em seu nome à “escolinha de bairro” onde me profissionalizei e que recordarei para sempre.

Ao longo de todo este processo recebi o apoio constante da Dr<sup>a</sup>. Sofia Romão que me ofereceu críticas substanciais.

Da minha família, especialmente às minhas filhas Isabel Filipa e Ana Teresa a quem dedico esta tese.

Por fim e em especial, quero agradecer aos meus Digníssimos Professores Doutores, Ernesto Castro Leal e Miguel Corrêa Monteiro, Orientador e Co-Orientador respectivamente, que acompanharam todas as fases do processo, deram conselhos e sugestões, desde a investigação até à redacção final e sem os quais não seria possível produzir esta dissertação.

## **Norma utilizada nas citações e transcrições**

Para o presente estudo optámos por usar na elaboração das referências bibliográficas e citações a Norma Portuguesa. Assim, considerou-se a NP 4051 (1994) – *Informação e documentação*, publicada pelo Instituto Português da Qualidade em 1995. Deste modo, as citações obedeceram à seguinte ordem: Autor, Título, Local de edição, Editora, Data, Paginação .

Para melhor orientação do leitor, inseriram-se notas infra paginais, sendo as citações reiniciadas em cada Parte. Quanto às transcrições, procurámos ser fiéis aos textos originais, mantendo a sua sintaxe e ortografia.

## **Siglas e abreviaturas**

AA.VV.=autores vários;

Amp.=Ampliada, aumentada;

C.M.L= Câmara Municipal de Lisboa;

Cf.=confrontar, ver também, referir-se a ;

cit = citado;

Coord (coord) = Coordenado,orientado;

Dir = s/direcção de;

Ed= edição;

*Ibidem (ibidem)* = Mesmo lugar;

Idem = Mesmo autor;

INE=Instituto Nacional de Estatística;

Nº.= Número;

Op. cit.= Obra já citada anteriormente pelo mesmo autor ;

p.= página;

P.M.H.=*Portugaliae Monumenta Historica*;

pp.= páginas;

rev.=revista;

s.d.= sem indicação de data;

s.l.=sem indicação de lugar;

trad = traduzido de

" A história faz-se, com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se, sem documentos escritos, se os não houver. (...) Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem."

Lucien Febvre, *Combates pela história*, 2<sup>a</sup>.ed., vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, imp.1984, p. 249.

" (...) o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio de ontem ou de amanhã. É saber fazer a história de que temos hoje necessidade. Ciência do domínio do passado e da consciência do tempo, deve, ainda, definir-se como ciência da mudança e da transformação".

Jacques Le Goff e Pierre Nora, "Apresentação", *Fazer História 1, Novos Problemas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 14.

## **Índice Geral**

	<b>Pág.</b>
<b>Nota Prévia .....</b>	<b>13</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
 <b>Primeira parte: Elementos para a História de Vida.</b>	
 <b>Capítulo 1</b> Trajectos biográficos:	
1.1- Família.....	19
1.2- Formação escolar.....	22
1.3- Formação profissional: veterinário e militar.....	23
 <b>Capítulo 2</b> Construção de uma nova mentalidade:	
2.1- A dimensão humanística.....	34
2.2- As preocupações sociais.....	36
2.3- A modernidade.....	38
 <b>Segunda parte: Projectos e Realizações.</b>	
 <b>Capítulo 1</b> Caracterização da área regional de Palmela/Setúbal:	
1.1- Enquadramento Geo-Histórico.....	40
1.2- Clima.....	43
1.3- Palmela.....	45
1.4- Setúbal.....	48
1.5- Pinhal Novo.....	50

**Capítulo 2** O Homem e a sua obra:

2.1- O investidor.....52

2.2- O político.....72

**Pág.**

**Terceira Parte: Contributo para o Património Local e Regional.**

**Capítulo 1** Desenvolvimento Regional.....78

**Capítulo 2** Património.....88

**Conclusão**.....105

Fontes e Bibliografia.....111

Anexos:

I – Documentos.....118

II – Quadros.....167

III- Mapas.....209

IV- Gravuras.....217

*Índice Onomástico*.....231

*Índice Toponímico*.....239



## Nota Prévia

Pretendemos com este trabalho dar a conhecer, embora, ainda, de forma limitada, os aspectos mais salientes que caracterizam a vida de José Maria dos Santos, bem como os seus recursos e actividades.

Uma primeira abordagem para a melhor compreensão da vida económica e social de Portugal, destinada aos que se encontram a residir na Região de Palmela/Setúbal e em especial aos habitantes do Pinhal Novo. E a quem falta, a maior parte das vezes, uma informação detalhada sobre os aspectos de natureza histórica, geográfica e económica do local onde residem.

Como o seu nome indica, trata-se de uma dissertação que desejaríamos entendida com a dimensão física que uma dissertação de mestrado obriga.

Estamos certos que, após este estudo, outros se farão que contemplem, para além dos aspectos de natureza física e humana, os de índole social e cultural, que melhor realçam as influências naturais e as da própria civilização, na vida dos nossos dias.

É através do mestrado de História Regional e Local que um povo sofrido de trabalhadores como os da Região de Palmela encontra a exacta dimensão e o meio para ver reabilitada a sua memória.

## **Introdução.**

Esta dissertação é produto do seu tempo e espaço: A região de Palmela e a figura de José Maria dos Santos entre os finais do século XIX, mais concretamente a partir de 1851, e os princípios do seguinte.

Porquê a partir de 1851?

Porque depois do golpe político-militar, chefiado militarmente pelo marechal-duque de Saldanha, teve início o movimento da Regeneração que permitiu introduzir em Portugal reformas políticas, económicas e administrativas que seduziriam José Maria dos Santos enquanto militar e veterinário, mais tarde como “grande agricultor” e investidor e, por fim, como político.

E, também, 1855?

Porque com a reforma administrativa e Decreto de 24 de Outubro desse ano, Palmela deixou de ser concelho e passou a integrar o concelho de Setúbal. O despacho do Rei D. Pedro V que decretou a anexação de Palmela a Setúbal diz o seguinte:

*Tomando em consideração os trabalhos que a comissão encarregada de reforma da divisão territorial do continente do reino e ilhas adjacentes, fez subir a Minha Presença, na conformidade da Carta de lei de 26 de Junho proximo preterito: e Reconhecendo a urgência (---) Hei por bem,. Usando da autorização concedida na mesma Lei e nas anteriores a que ella se refere, Decretar o seguinte. (...) Artº. 2º. São Suprimidas as comarcas, julgados, concelhos, e distritos de paz, que vão como taes declarados no mesmo mapa.*

= Rei.= *Rodrigo da Fonseca Magalhães = Frederico Guilherme da Silva Pereira.*<sup>2</sup>

Em 1 de Novembro de 1926, através do Decreto nº. 12615, Palmela voltará a ser sede concelhia.

A principal motivação que presidiu à sua redacção foi a procura da identidade de José Maria dos Santos, de quem tanto ouvimos falar quando

---

<sup>2</sup> Cf. documento e mapa publicados no Diário do Governo nº. 273 de 19 de Novembro de 1855.

fazíamos o estágio de professor na Escola Básica dos 2º. e 3º. Ciclos José Maria dos Santos no Pinhal Novo de que o mesmo é patrono e do seu contributo para a formação e desenvolvimento daquela povoação. José Maria dos Santos acreditou num futuro melhor para os portugueses, em particular, para os que viriam a fixar-se e a ajudar ao desenvolvimento sócio-económico das terras por ele detidas e que se estendiam por extensas áreas da região de Palmela.

Na nossa pesquisa utilizámos fontes históricas e memorialistas referentes ao período em que a colocamos, bem como relatos da imprensa regional e local. Procurámos, nem sempre com êxito, proceder a entrevistas. Porém as entrevistas, se não forem de fundo, com várias sessões e vários momentos, se não tiverem como entrevistados indivíduos comprometidos com uma certa verdade histórica, acabam por ter pouco significado na gesta dos acontecimentos.

Mas, o facto de documentos do passado poderem ter outros usos que não os meramente históricos é uma das razões que desincentiva muitas pessoas a partilharem os seus arquivos pessoais. Estes temores constituem a razão pela qual muitos documentos se encontram em arquivos privados e, logo, inacessíveis a grande parte dos investigadores.

A ausência de material pessoal sobre José Maria dos Santos não é certamente culpa das pessoas que lhe foram próximas e que preferem manter esses documentos fora do alcance de investigadores. José Maria dos Santos era cioso da sua vida privada e, ao que parece, nunca em sua vida concedeu uma entrevista biográfica. Seria obediência ao princípio segundo o qual as histórias dos indivíduos devem apagar-se, ou diluir-se nos objectivos colectivos? Não parece.

Para o caso de José Maria dos Santos foi necessário contornar algumas lacunas. Assim, a estrutura biográfica é uma combinação entre o Cronológico e algo a que chamaríamos Arqueológico. Cronológico, porque obedece, com muito poucos recursos, ao desenvolvimento da própria vida de José Maria dos Santos: nascimento, formação, casamento, "lavrador", investidor, político e também humanista. E Arqueológico, porque um dos objectivos desta biografia é enquadrar José Maria dos Santos no seu tempo conturbado politicamente. E isto, quanto a mim, passa por explicar como é que José Maria dos Santos se tornou no que se tornou, através do uso de conceitos, teorias, e apoiado em que tipo de

instituições. Deste modo, parece que não foram só as circunstâncias que "iluminaram" as escolhas e os episódios da sua vida.

Não me teria entusiasmado por esta figura se não tivesse leccionado na Escola Básica dos 2º. e 3º.Ciclos José Maria dos Santos no Pinhal Novo, como antes referi, e não tivesse tido o incentivo do Digníssimo Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, meu Coordenador de Estágio naquela Escola e, ainda, porque tive acesso a livros que me despertaram o interesse. Para além de tudo isto há o desejo de enquadrar e o de querer compreender José Maria dos Santos em relação quer ao momento histórico em que viveu quer ao espaço teórico em que desenvolveu as suas ideias e as pôde por em prática na dita região de Palmela.

Se na análise inicial a minha compreensão de José Maria dos Santos estava circunscrita ao que se dizia dele no Pinhal Novo, à medida que aprofundava as minhas pesquisas tornava-se mais claro que era preciso conhecer o veterinário, o "lavrador", o investidor, o político, e o humanista da sua época.

Embora a forma e o modo como abordámos os detalhes biográficos não sejam tão celebrativos como inicialmente se podia prever, em muitas passagens, pelo contrário, são críticos e levantam-nos dúvidas sobre o seu percurso, pelo que, insisto, é imperioso enquadrar José Maria dos Santos no seu tempo para melhor ser compreendido.

A base de trabalho que considerámos e que suporta o estudo da personagem encontra-se dividida em três partes:

### **Na primeira parte: Elementos para a História de vida.**

Far-se-á o estudo do Homem, tendo em conta: O trajecto biográfico; A dimensão Humanística; As preocupações sociais; A modernidade.

### **Na segunda parte: Projectos e Realizações.**

Caracterizaremos a área regional de Palmela/Setúbal e analisaremos a obra do Investidor e do Político.

### **Na terceira parte: Contributos para o Património Local e Regional.**

Analisaremos o seu legado projectado em duas dimensões: Desenvolvimento Regional e Património.

Contudo, o que esta dissertação se propõe fazer é olhar para o que foi o percurso de José Maria dos Santos e compreendê-lo através daquilo que ele ajudou a criar.

Convirá, desde já, referir algumas considerações de carácter metodológico sobre este estudo, indispensáveis a uma leitura e apreciação informada da análise realizada.

Em primeiro lugar, uma breve referência à região de Lisboa e Vale do Tejo, dado que nela se inclui a Península de Setúbal e porque concentra cerca de um terço da população total do País, correspondendo a sua superfície a aproximadamente 12,9% do território nacional.

Em segundo lugar, uma referência à unidade territorial em questão: A Península de Setúbal.

No caso da informação estatística procedemos à identificação e sistematização dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística relativos aos Recenseamentos de 1864 a 1920 e elaborámos, ainda, ao longo da nossa pesquisa, quadros síntese sobre elementos que reportámos de interesse.

## **Primeira parte: Elementos para a História de Vida**

## Capítulo 1 - Trajectos biográficos.

### 1.1- Família

José Maria dos Santos nasceu em Lisboa a 1 de Dezembro de 1831 <sup>3</sup> na freguesia de Sebastião da Pedreira, sendo filho de Caetano dos Santos, com a profissão de ferreiro, e de Gertrudes Vargas, doméstica, residentes na Rua do Andaluz n.º. 2, em Lisboa. Em Dezembro de 1857 casou com Maria Cândida Ferreira Braga São Romão (1813-1878) de 42 anos, viúva do “importante capitalista” lisboeta Manuel Gomes da Costa São Romão, o que se pode comprovar através da certidão de casamento que consultámos no Arquivo Nacional Torre do Tombo.<sup>4</sup>

*Em trinta e um de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e sete de manhã nesta Igreja Paroquial de Santa Isabel na presença do Reverendo Cura António de São Francisco e das testemunhas abaixo nomeadas se receberam por marido e mulher e Contrahirão o Sacramento do Matrimónio por palavras de presente e segundo a forma do Concilio Tridentino e Constituição do Patriarchado, tendo sido dispensados aos Contrahentes as Proclames por Alvará do Excellentissimo Vigário Geral interino, encarregado de governo do Patriarchado: José Maria dos Santos de idade de vinte e seis annos, solteiro, filho de Caetano dos Santos, e de Gertrudes Maria, natural de Lisboa, baptisado na Freguesia de São Sebastião da Pedreira, e morador na rua do Chafariz de Andaluz numero dois=com D. Maria Candida Ferreira Braga São Romão, de idade quarenta e dois annos, viuva de Manuel Gomes da Costa São Romão, que faleceu na freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, e moradora na Freguesia dos Santos Reis no Campo Grande. E de como assim se receberam foram testemunhas que comigo*

---

<sup>3</sup> Da leitura da certidão de casamento transcrita se conclui que 1831 corresponde à data de nascimento e não a de 1832 como é referida no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, Vol. III, (N-Z), Lisboa, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006, pp.581,583; e também na *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, pág. 369.

<sup>4</sup> *Arquivo Nacional Torre do Tombo 1853-1859, Registos Paroquiais de Lisboa*, freguesia de Santa Isabel, Casamentos, (C 15)-pp.136-137, CX 1529544-Rolo do microfilme n.º.1109 SGO.

*assignarão=António Pedro Barreto de Saldanha Tabelião em Lisboa, casado, morador na estrada do Rego, Freguesia de São Sebastião da Pedreira e Carlos Porfirio Pereira Faria, Proprietario, solteiro, morador na Rua de São Sebastião da Pedreira, numero cento e quarenta e um de que fiz este termo: Declaro que o Contrahente foi baptizado na Freguesia do Coração de Jesus: Era est supra. O coadjutor João das Dores Roiz. Antonio Pedro Barreto de Saldanha. Carlos Porfirio Pereira de Faria.*

José Maria dos Santos viria a falecer, em Lisboa, a 19/06/1913 com 81 anos de idade, tendo sido sepultado no dia 20/06/1923 no cemitério dos Prazeres em Lisboa no jazigo nº. 277. O articulista Aníbal de Sousa faz um levantamento exaustivo quanto à pertença do jazigo em que José Maria dos Santos foi sepultado referindo o seguinte:

*Este jazigo fora comprado em 1841 por Alexandre José Ferreira Braga e em 1851 pertencia a Manuel Gomes da Costa São Romão. Em 6/10/1887 era o jazigo posto em nome de José Maria dos Santos. E em 1981 a proprietária chamava-se Maria Luíza Correia de Orey Andrade. (...) Em Julho de 1924, José Maria dos Santos seria trasladado para o jazigo 5781, do mesmo cemitério, mandado construir por seu sobrinho António dos Santos Jorge. Foi uma transladação de grande vulto que praticamente separou a família de José Maria dos Santos do ramo dos São Romão. Curiosamente esta operação ocorreu um ano depois da morte de António dos Santos Jorge.<sup>5</sup>*

Aníbal de Sousa citando o jornal *Defensor da República* de 12/04/1919 diz-nos que este define António dos Santos Jorge como "antigo cacique monárquico" conceito que, segundo a " *Enciclopédia* " <sup>6</sup> significa: ...*"forma abusiva do poder politico ou administrativo local ou regional ditada por considerações pessoais ou motivações interesseiras"*

---

<sup>5</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 58, Setembro de 1984, p.5.

<sup>6</sup> Fernando Guedes, (dir.), *Enciclopédia*, vol. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 2004, p.1521.



Pedro Tavares de Almeida no seu livro *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)* citando Max Weber afirma :

*Que os partidos mantinham ainda o carácter de clubes de notáveis, sem uma verdadeira estrutura nacional, e que o voto era em grande parte a expressão de uma deferência pessoal ou de um vínculo clientelista...*<sup>7</sup>

Vitorino Magalhães Godinho é mais pungente na sua definição de cacique ao afirmar:

*Veja-se o espectáculo das eleições: vai o cacique como guardador de cabras, à frente dos seus homens como rebanho que lhe obedece cegamente"...*<sup>8</sup>

Sobre o funeral de José Maria dos Santos, Anibal de Sousa, citando o *Diário de Noticias* de 21/06/1913, diz o seguinte:

*Para tomar parte no cortejo haviam chegado de manhã, em vapores e fragatas, numerosissimos trabalhadores que se empregam nas grandes propriedades do Rio Frio. Na ocasião da saída do funeral, na Rua da Junqueira, tornou-se difícil o trânsito, pois não só os trabalhadores, como os pobres, que ali se aglomeravam, enchiam a larga rua, dificultando o trânsito dos eléctricos, apesar da presença de uma força de policia sob o comando de um chefe. No Largo do Calvário, o préstito levou cerca de uma hora a passar, sendo presenciado por milhares de pessoas. Depois de sair o funeral foram entregues pela família ao chefe da policia, 40\$000 réis, para serem distribuidos em esmolas de 100 réis...*<sup>9</sup>

O testamento de José Maria dos Santos, segundo Aníbal de Sousa, contempla não só a sua família como também Instituições de Beneficência,

---

<sup>7</sup> Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p.23.

<sup>8</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª.ed., Lisboa, Arcádia, 1980, p.157.

<sup>9</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 38, Setembro de 1984, p. 5.

colaboradores próximos e antigos rendeiros.<sup>10</sup> Serão estes últimos que por subscrição pública mandarão construir o busto de José Maria dos Santos que se encontra colocado numa das artérias principais do Pinhal Novo. Deste acontecimento se diz:

*Mais tarde, a 18, 19 e 20 de Novembro de 1916, realizaram-se no Pinhal Novo grandes festejos que assinalaram a inauguração do busto de bronze de José Maria dos Santos, construído por subscrição pública entre os antigos rendeiros do grande agricultor...*

O *Diário de Notícias* de 20/11/1916 fez eco dos acontecimentos publicando a notícia seguinte:

*...secretariado pelos Srs. João Salgado e Joaquim Jorge, usando da palavra e elogiando a obra do homenageado como lavrador de acção, os snrs. Jorge Nunes, deputado pelo círculo, e João Salgado, da Aldeia Galega, que também com justiça, prestaram homenagem às qualidades do benemérito que distinguiram o carácter de José Maria dos Santos (...)*

*Nessa mesma ocasião foi assinado pelos presentes o auto de inauguração do busto, do qual se lavraram três cópias.*<sup>11</sup>

## 1.2-Formação escolar.

Nada se sabe sobre a sua infância, nomeadamente até aos dezasseis anos. Por certo influenciado pelos conhecimentos e actividade do pai, de quem começou muito cedo a receber os princípios de educação, do esmero, do amor à sua terra e às suas gentes dedicou-se depois ao estudo que o levaria em 1847, a entrar para a Escola Veterinária Militar como “aluno interno pensionista do Estado”, obtendo em 1851 a carta geral de aprovação do curso da Escola Veterinária Militar. Foi precisamente em 1851 que a rainha D. Maria II, após conceder perdão aos

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, n.º.42, Janeiro de 1985, p. 5.

<sup>11</sup> *Ibidem*, n.º. 38, Setembro de 1984, p. 5.

revolucionários, concedeu, igualmente, uma "passagem adiministrativa" aos estudantes. D. Pedro V, ao comentar tal acto, afirma:

*Eu votaria em todo o caso contra o perdão de acto, porque, além disso, por ele saem nuvens de bacharéis que, semelhantes a vampiros, julgando-se logo com direito a tudo, chupam o sangue, ou, para melhor dizer, roem os ossos desta pobre nação.*<sup>12</sup>

O referido despacho beneficiou, ou não, José Maria dos Santos?

### 1.3-Formação profissional: veterinário e militar.

A 29 de Junho de 1847, no âmbito da "Quádrupla Aliança", é assinada a "Convenção de Gramido" que punha fim à guerra civil da Patuleia e em que foram amnistiados os revolucionários. 1847 é, também, o ano em que José Maria dos Santos entra para a Escola Veterinária Militar como aluno interno pensionista do Estado, obtendo em 1851 a carta geral de aprovação do curso da Escola Veterinária Militar.

Nesse tempo conturbado a agitação continuava e, em 1851, sob a orientação de Saldanha, teve lugar um pronunciamento militar triunfante, que o tornaria "figura de proa" e levaria à sua promoção a comandante-em-chefe do exército em 18 de Maio de 1851. Consequentemente constituir-se-ia o Ministério chamado de Regeneração, com Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo e presidido por Saldanha. Os protagonistas e o acontecimento iriam moldar fortemente a personalidade e o percurso militar e político de José Maria dos Santos que, entretanto, se encontrava a cumprir serviço militar no 2º. Regimento de "Artilheria" de Lisboa como Primeira Praça de Veterinário <sup>13</sup>. Portugal, entretanto, via-se sem dinheiro e sem crédito e com a economia depauperada.

Uma das primeiras medidas decretadas por Saldanha foi ... *um bónus aos militares, a chamada promoção monstro* que contemplava oficiais que se

---

<sup>12</sup> Maria Filomena Mónica, *D. Pedro V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007, p. 61.

<sup>13</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 3.

encontravam na *disponibilidade* e ainda os *oficiais de merecimento*... Estas medidas tinham um carácter mais abrangente pois destinavam-se ... *não só a premiar os que tinham ajudado o marechal, mas os outros, sobretudo os outros, a quem era preciso pacificar*.<sup>14</sup> É neste ambiente que, por carta de 26 de Maio de 1851, o “Duque de Saldanha” propõe à Rainha D. Maria II, que José Maria dos Santos seja promovido a Facultativo Veterinário com o posto de Alferes.<sup>15</sup> Surpreendentemente, ou devido à correlação de forças no terreno, nesse mesmo dia, a Rainha despacha favoravelmente o pedido apresentado pelo comandante-em-chefe do exército<sup>16</sup> e José Maria dos Santos é disso informado através do Ministério da Guerra.<sup>17</sup>

Entretanto, no Ministério de Saldanha, triunfa a política de fomento de Fontes Pereira de Melo, com a abertura de estradas, portos, caminhos de ferro, telégrafo, instituições de crédito, celebração de tratados de comércio de molde a fazer frutificar a riqueza do país. Fontes Pereira de Melo, com estas medidas, procurava converter capital estrangeiro em riqueza nacional. É neste espírito prático, que anima a “Regeneração”, que em 1852 através da acção do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria liderado por Fontes Pereira de Melo, se desenvolve o ensino técnico.

No período de 1853 a 1856, José Maria dos Santos vai repartindo a sua actividade de militar e veterinário entre o Exército e a Câmara Municipal de Lisboa na qualidade de “Fiscal Veterinário” do Matadouro de Lisboa. As deficientes condições de higiene e de espaço do Matadouro levam, entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa a propôr, por diversas vezes, à Rainha D. Maria II a construção de um novo edifício<sup>18</sup> como pode constatar-se nos seguintes documentos:

---

<sup>14</sup> “O Ministério Histórico e Seus Desperdícios”, Lisboa, 1961, in Maria Filomena Mónica, *op.cit.*, pp. 55 - 56.

<sup>15</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 5.

<sup>16</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 6.

<sup>17</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 7.

Doc.23-P.177-178

*...O Actual matadouro, Senhora, é em verdade não só deficiente e mal collocado, mas falta das precisas officinas, e das necessarias condições de limpeza e hygiene pública, indispensáveis a estabelecimentos desta ordem, que em todas as Nações Civilisadas têm merecido a mais séria atenção pela influência que exercem no bem estar dos Povos.*

*...Senhora! A construção de um novo matadouro em Lisboa, é de tão urgente reconhecida necessidade, que a Câmara se julga dispensada de aduzir razões para o provar;...*

Assinam o documento pela Câmara em 24/12/1952

*= como Presidente " Alberto António de Moraes Carvalho. = Raymundo José Pinto. = João de Mattos Pinto. = Manoel Sallustiano Damasceno Monteiro. = Aniceto Ventura Rodrigues . = António Esteves de Carvalho. = Francisco Antonio Marques Giraldo Barba. = José dos Reis e Sousa. = Domingos Ferreira Pinto Basto. = Geraldo José Braamcamp. = Christovão Carneiro de Andrade. = Manoel Marcellino Lourenço. = Está Conforme = O Escrivão da Camara, José Maria da Costa e Silva."*

Enquanto "Fiscal Veterinário" do referido "Matadouro de Lisboa", José Maria dos Santos produziu alguns relatórios semestrais que atestam a sua actividade e o cargo desempenhado. Lamentavelmente, não pudémos consultar todos os documentos em arquivo dado que, alguns deles, segundo informação que nos foi transmitida pelos funcionários que nos atenderam, estavam a ser recuperados devido a infiltração de água no edificio camarário, em Campolide, Lisboa. Por tal facto, somente tivemos acesso a algumas pastas cuja informação damos nota e reputamos de importante para a compreensão de José Maria dos Santos.

---

<sup>18</sup> *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa 1849 a 1852*, pp. 127 a 186.

No Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (Arco do Cego), na pasta C-20, do ano de 1853, existe uma carta datada de 2 de Novembro, assinada por José Maria dos Santos, destinada ao Exm<sup>o</sup>. Senhor “Manoel Damasceno Monteiro” a qual é acompanhada de duas listas onde se faz referência aos animais “reprovados” e de um mapa estatístico. Na pasta C-21, do ano de 1854, outra carta, esta dirigida ao Exm<sup>o</sup>. Senhor Joaquim Cândido da Costa com informação sobre as “ rezes regeitadas do consumo no matadouro do Campo de Santa Ana”. Na pasta C-22, do ano de 1855, há uma carta relatório, onde se faz exaustivamente a “ Relação de preços por que correm as carnes verdes nos Concelhos do Distrito Administrativo de Lisboa (vaca, carneiro, capado, porco): Concelhos-Alcacer do Sal, Alcochete, Alcoentre, Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Galega do Riba-Tejo, Alenquer, Alhandra, Alhos Vedros, Almada, Alverca, Arruda, Azambuja, Azeitão, Azneira, Barreiro, Belém, Bellas, Cadaval, Cascaes, Cezimbra, Cintra, Collares, Enxara dos Cavalleiros, Ericeira, Grandola, Lourinhãa, Mafra, Moita, Oeiras, Olivais, Palmela, Peniche, Ribaldeira, Seixal, Setúbal, Sines, Sobral de Mont-Agração, S.Thiago do Cacem, Torres Vedras, Villa Franca de Xira”. Na pasta C-23, do ano de 1856, há diversa correspondência relatando a actividade e factos sobre a “gestão” do matadouro.

Como pode facilmente comprovar-se a função de José Maria dos Santos e a produção e acesso a mapas estatísticos sobre as necessidades da Capital em carnes torná-lo-ia um profundo conhecedor destes assuntos bem como dos que se prendiam com a cadeia alimentar nacional.

Como e de que forma aproveitaria José Maria dos Santos esses conhecimentos para engrandecimento da fortuna da sua futura esposa e que o tornaria no denominado “ grande agricultor”? Tentaremos explicá-lo na segunda parte do nosso trabalho.

Entretanto por Carta de 12 de Maio de 1856, Fontes Pereira de Melo solicita autorização ao “Exm<sup>o</sup>. Senhor Duque de Saldanha, Ministro e Secretario d ´Estado dos Negocios da Guerra “ para que José Maria dos Santos desempenhe funções específicas no Ministério das Obras Públicas, Direcção de Commercio, Repartição da Agricultura, fundamentando o seu pedido do seguinte modo:

*Sendo necessario colligir diversos esclarecimentos para se organizar regularmente a estatistica de consumo de carnes n´esta Capital, e ainda que este serviço seja incumbido a pessoas que tenha as habilitações especiaes para bem desempenhar, vou rogar a V.Ex<sup>a</sup>. que se assim o julgar acertado, dar as suas instruções afim de que o Veterinario, José Maria dos Santos, fique às ordens d´este Ministerio para o indicado serviço, sem prejuizo da comissão , que actualmente exerce de Fiscal do Matadouro por parte da Camara Municipal, e continuando a receber os seus vencimentos pelo corpo de artilheria, a que pertence. Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup>.. Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria 12 de Maio de 1856.*

O Ministério da Guerra despacha favoravelmente em 15 de Maio de 1856 como segue:

*Expondo o Ministerio das Ob.P.comm I Ind. Em data de 12 do corrente a necessidade de colligir diversos esclarecimentos para organizar a estatistica do consumo das carnes nesta capital, e pedindo que o veterinario José Maria dos Santos seja posto à sua disposição para o indicado serviço, sem prejuizo da comissão que actualmente exerce de Fiscal do Matadouro por parte da Camara Municipal, e continuando a perceber seus vencimentos pelo corpo de Artilharia a que pertence, Sua Ex<sup>a</sup>. encarrega-me de dizer a V.Ex<sup>a</sup>. que, não havendo inconveniente se sirva expedir neste sentido as precisas ordens chegando-se a dar dellas para serem comunicadas áquelle Ministério.*

Do referido pode constatar-se que José Maria dos Santos se desmultiplicava por várias tarefas e por diferentes lugares. Que conclusões poderemos tirar? Que os militares continuavam a ter extrema importância na Sociedade Portuguesa e sem os quais a mesma se sentia desprotegida? Que havia falta de Veterinários na época e que, por isso, havia necessidade de recorrer aos que existiam? Que a competência de José Maria dos Santos era inquestionável? Que a reduzida actividade a desenvolver em cada um dos organismos permitia a acumulação de tarefas? Embora as quatro actividades pudessem complementar-se, parece-nos

correcto afirmar que José Maria dos Santos não poderia, certamente, desenvolver um bom serviço por impossibilidade física, dado não poder estar, simultânea e fisicamente, nos três locais.

Através de quadros síntese<sup>19</sup> pretendemos tornar mais visível o percurso de José Maria dos Santos, desde a data em que entra na Escola Veterinária de Lisboa (1847-1848), passando pela profissão de militar e veterinário até à data do seu pedido de demissão das funções militares (1858).

Relativamente ao “curso” de Veterinário de José Maria dos Santos, Conceição Andrade Martins, no estudo que realizou e em entrevista que lhe fizemos, levanta algumas reservas sobre a sua frequência, ao afirmar: “ É provável que tenha efectuado alguns estudos de agricultura e veterinária, mas o mais provável é que, como era hábito na época, tenha aprendido o ofício de veterinário com o seu pai”<sup>20</sup>. Dúvidas que compartilhamos dado que, nos seus processos individuais, quer no do Exército quer no da Câmara Municipal de Lisboa ou, ainda, no do Ministério das Obras Públicas, não encontramos cópia ou referência a um qualquer diploma atribuído, antes se mencionando, e nem sempre, que José Maria dos Santos é veterinário. Também, não encontramos registo da entrada de José Maria dos Santos no dito Curso de Medicina Veterinária, nas disciplinas que cursou, dos professores que lhe ministraram o ensino, nem mesmo do resultado dos pretensos exames que, porventura, teria feito ou, até, de algum estágio.

Neste contexto, optámos por confrontar na legislação publicada em 1830 e em 1845 a matéria que obrigatoriamente seria leccionada e enquadrar nela José Maria dos Santos. Consequentemente, pretendemos dar a conhecer a estrutura do curso de medicina veterinária e as reformas introduzidas nos reinados de D. Miguel I e de D. Maria II.<sup>21</sup>

O quadro nº. 4, em anexo, sintetiza o que de importante contempla o Alvará d’El-Rei relativamente ao Curso de Veterinária do qual seria dado

---

<sup>19</sup> Cf. anexo II, quadros nºs. 1, 2 e 3.

<sup>20</sup> Conceição Andrade Martins, “ Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, nº. 116-117., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1992, p.381.

<sup>21</sup> Cf. anexo II, quadros nºs. 4 e 5.



conhecimento e mandado publicar em Ordem de Serviço com o nº. 21 através do Quartel General no Paço de Queluz em 5/4/1830. Do que consideramos mais relevante diz-se o seguinte:

*Eu El-Rei. Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo de absoluta necessidade que nos Corpos de Cavallaria, e nas Companhias de Conductores de Meu Real Exercito hajaõ Veterinarios que adquirindo os precisos conhecimentos desta Arte, possaõ bem desempenhar as funcções daqueles lugares, com vantagem do Meu Real Serviço...*<sup>22</sup>

*“Artº. I. Criar-se-ha huma Escola Veterinaria composto de hum curso de quatro annos lectivos, nos quaes seraõ distribuidas as materias do modo seguinte:*

*No 1º. Anno ensinar-se-ha Anathomia discriptiva, Anathomia geral, Fisiologia, e conhecimento do exterior dos animmaes.*

*No 2º. Anno, repetição de Anathomia, Pharmacia, e Materia medica.*

*No 3º. Anno, Hygiene Trapeutica, e Doenças epizooticas.*

*No 4º. Anno, Phatologia externa, e interna, Medecina operatoria, e Clinica.*

*Artª.II. Alem do Curso estabelecido no artigo antecedente, haverá huma officina de forjar ferragem, e de ferrar.*

*Artº. III- A Escola Veterinaria se comporá:*

*Nº.10- ...de dezasseis Alunnos, que teraõ o vencimento de soldado de cavallaria até serem aprovados no primeiro anno do curso da Escola, (...) sendo aprovados no segundo anno, seraõ immediatamente promovidos a Furrieis (...) e*

---

<sup>22</sup> Arquivo Histórico Militar- 3ª. Divisão. 3ª. Secção nº. 4-D/22.

*vencimento de segundo e Primeiro Sargento logo que sahirem de aprovados no terceiro e quarto annos.*

*Artº.V. Serao admittidos a matricular-se nesta Escola todas as pessoas que o pretenderem devendo com tudo ser primeiro examinadas em lêr, escrever, contar, e Francez, por dois dos Professores, que o Inspector nomear.*

*Artº. VIII- Não se passará Carta geral aos Alunos que não forem primeiro aprovados em forjar, e ferrar.*

Mas a reforma da Escola Veterinária terá lugar no reinado de D.Maria II por intermédio de “Carta de Lei” cuja transcrição foi feita em Ordem de Serviço do Exército com o nº. 22 e em data de 26/5/1845.

O quadro nº. 5 reflecte a reforma introduzida por D. Maria II tendo em vista as necessidades do exército e que parece orientar-se para um ensino com predominância do prático sobre o científico. Vai ser nesta Escola de Lisboa que José Maria dos Santos cursará Veterinária e conseguirá a sua “Carta de Curso”. No boletim de registo de assentamento de praça no exército está escrito que José Maria dos Santos reúne as condições referidas para a função a desempenhar<sup>23</sup>. No entanto, se na ficha com informação reportada a 1 de Janeiro de 1852, consta que ele fala o “Francez”, no boletim de informação de 1853 , sobre o mesmo assunto, está escrito “não consta”.<sup>24</sup>

## **Carta de Lei**

*DONA MARIA, por Graça de Deos, RAINHA DE PORTUGAL e dos Algarves, etc.*

*Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que as Cortes Geraes Decretarão e Nós Queremos a Lei Seguinte:*

---

<sup>23</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 3.

<sup>24</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 4.

*Artigo 1º.-A Escola Veterinária tem por fim habilitar Alunos com os conhecimentos proprios para poderem tractar convenientemente as cavalgadas doentes pertencentes aos Corpos do Exercito: bem como exercerem a Arte Veterinária em qualquer parte do Reino, quando tenhaõ obtido a Carta Geral do respectivo curso; e estará debaixo de immediata direcção do Ministério da Guerra*

*Artº. 2º.A Escola Veterinária compreende as cadeiras e Disciplinas seguintes, distribuidas em trez annos.*

*Primeiro anno*

*Primeira cadeira. = Anatomia e Physiologia comparadas, com particularidade a dos animaes domesticos.*

*Segunda cadeira. = Patologia, Clinica e Therapeutica, frequentada como ouvintes.*

*Segundo anno*

*Segunda cadeira. = Patologia, Clinica e Therapeutica.*

*Terceira cadeira. = Partos , Castração, Operações, estudo de animaes domesticos.*

*Terceiro anno*

*Quarta cadeira. = Hygiene, Pharmacia, e Materia Medica.*

*Segunda cadeira. = Repetição de Patologia, Clinica e Therapeutica.*

*Parágrafo 1º.-Será ensinada a pratica da castração em todas as especies de animaes machos e femeas, em que se usa fazer esta operação.*

*Paragrafo segundo.- Todos os Alunos serão instruidos na Arte de ferrar.*

Concluídos os seus estudos era chegada a hora de José Maria dos Santos entrar na “vida activa”. Assim, de acordo com o estipulado no regulamento da referida escola, alistou-se a 26 de Maio desse mesmo ano no Exército, assentando praça como primeira praça de veterinário<sup>25</sup> no 2º. Regimento de “Artilheria”, sendo promovido a Alferes Facultativo em 1851. A 29 de Outubro, com antiguidade a 13/8/56 é promovido a “...Tenente Facultativo-Veterinário...” ao abrigo da Carta de Lei de D. Pedro V de 24/O4/56” que ordena a promoção para os Alferes Facultativos desde que tivessem completado “... 5 annos de effectivo serviço neste Posto...”.

Para além do cargo no Exército desempenhou, ainda e em simultâneo, o cargo de fiscal do Matadouro da Câmara Municipal e, em 1856, foi requisitado pelo Ministério das Obras Públicas ao Ministério da Guerra para “montar do dito matadouro os aparelhos necessário para pesar os gados em vivos e mortos” e de tomar outras providências “ tendentes a regular tão interessante ramo de serviço”. Essa actividade e função dar-lhe-ia a oportunidade de conhecer a estrutura agrária de Portugal e as necessidades de carne a consumir na região da Grande Lisboa, permitindo-lhe assim, poder quantificar os animais a criar para abate alertando-o, ainda, para a importância das condições naturais na preparação das actividades da lavoura. Era o início de uma brilhante carreira, de uma vida ocupada em prol do próximo, num país politicamente conturbado.

Entretanto o jovem militar e veterinário foi granjeando a estima e admiração de quantos com ele conviviam, por se tratar de um homem bondoso, perspicaz e de castro patriotismo consolidando, assim, a sua reputação de homem notável e inteligente.

O casamento que realiza a 31 de Dezembro de 1857 com Maria Cândida Ferreira Braga São Romão e as novas relações que estabeleceu a nível económico e social vão “obrigá-lo” a trocar a carreira militar e a de veterinário pela de agricultor e industrial. Assim, a seu pedido, o Quartel General solicita ao Rei D. Pedro V a demissão de José Maria dos Santos do cargo que ocupa no Exército.<sup>26</sup>O

---

<sup>25</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 3.

<sup>26</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 8.

Rei, depois de analisado o pedido e o seu fundamento, autoriza e decreta a sua demissão.<sup>27</sup>

Mas a actividade de José Maria dos Santos como veterinário, atingiu outra dimensão, tendo em conta os seus interesses de “classe”. Assim, a 8 de Março de 1894, um grupo de docentes do Instituto de Agronomia e Veterinária, reuniu-se com um grupo de veterinários de Lisboa e redigiu uma circular que endereçaram a todos os veterinários portugueses, com intuito de procederem à elaboração de estatutos e à constituição de uma associação para “bem cuidar dos interesses morais e materiais”. A carta era assinada por José Maria dos Santos, António Brito da Trindade, Paulino de Oliveira, Salvador Gamito de Oliveira, João Ferreira da Silva, José Maria Alves Torgo, Manuel Diogo da Silva, João Sabino de Sousa, João V. Paula Nogueira. Por dificuldades várias, a Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária só viria a ser constituída por Alvará do Governador Civil de Lisboa em 10 de Outubro de 1902.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Cf. anexo I, doc. n.º. 9.

<sup>28</sup> Conforme palestra proferida na sessão inaugural do congresso comemorativo dos 100 anos da Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias pelo Professor Doutor Fernando Bernardo.

## Capítulo 2- Construção de uma nova mentalidade

### 2.1 A dimensão humanística

Durante o século XVIII, as ideias de liberdade, democracia e auto-determinação foram proclamadas por pensadores progressistas e, na primeira metade do século XX, tais ideias surgiram com alguma eficácia no campo da educação. O princípio básico de tal auto-determinação era a substituição da autoridade pela liberdade, ensinando-se a criança “ sem uso da força” mas através do apelo à sua curiosidade e às suas necessidades espontâneas ganhando, assim, o interesse dela pelo mundo que a rodeia. Essa atitude marcou o início da educação progressista e foi passo importante no desenvolvimento humano.

A modificação que ocorreu na passagem do século XIX para o século XX foi, em grande medida, determinada pelas necessidades de organização duma sociedade industrial moderna. Como dirá *Brunetière*<sup>29</sup>, definir humanismo de forma lata significa: “ Todas as coisas reduzidas à medida do homem, concebidas em relação ao homem e explicadas em função do homem”.<sup>30</sup>

Como definir José Maria dos Santos e de que modo incorpora ele estes princípios? O humanismo acentuou a sua grandeza como homem? De que maneira?

É José Maria dos Santos o estratega, mas sobretudo “o individualista”, que define e planeia o seu futuro de vida o qual passa, obrigatoriamente, e numa primeira fase, pela sua formação académica e o início de uma carreira militar que, face às carências do Reino, lhe abriram as “portas da sociedade” e do poder.

De 1851 a 1858, José Maria dos Santos tomará contacto sobretudo com a realidade económica do país e, concretamente, sobre os factores de subdesenvolvimento em que, segundo Vitorino Magalhães Godinho,

---

<sup>29</sup> Fernando Brunetière ( 1849-1907), professor catedrático e crítico francês.Procurou aplicar à literatura a teoria do evolucionismo.

<sup>30</sup> Fernando Guedes, (dir.) *op. cit.* p. 4514.

*... a chave dos problemas em que nos debatemos parece estar nessa economia e sociedade agrícola e mercantilizada, nobilárquico-eclesiástica e de abortada burguesia mas poderosa oligarquia que os descobrimentos geraram e no bloqueio de desenvolvimento que dessa expansão veio a decorrer.*<sup>31</sup>

Ao integrar esse “mundo” José Maria dos Santos percebe que não se deve condenar a sociedade moderna, industrializada e urbanizada, sob a alegação de que ela limita todas as necessidades peculiares do homem e esmaga todos os poderes que lhe trazem glória antes, pelo contrário, defende que se devem aproveitar esses conhecimentos e aplicá-los, tanto quanto possível, à realidade portuguesa, a fim de tornar essa sociedade mais humana e mais próspera.

É neste contexto, já casado e depois de se ter demitido das funções administrativas e militares que então desempenhava, que José Maria dos Santos se voltará para uma nova e valorosa carreira de “Gestor e Investidor” dedicando especial cuidado e atenção à reconversão e aproveitamento de terras incultas nos domínios pertencentes à sua esposa. É para desenvolver tal projecto que permitirá a fixação de populações oriundas das Beiras, a quem arrenda terras e a quem, no seu testamento, contempla com um título de propriedade por “serviços prestados”.<sup>32</sup>

Na hierarquia das actividades económicas e das suas preocupações de política económica, a agricultura vem à cabeça, na qual investiu grande soma de capitais. Foi esta sua paixão pela agricultura que o levou a plantar, com a ajuda de “caramelos beirões”, a dita “maior vinha do mundo” com a qual foi conhecido em Portugal e no Estrangeiro. A esta prioridade segue-se a da indústria e a do comércio. É, pois, na defesa destes ideais que José Maria dos Santos se torna um seguidor de Fontes Pereira de Melo, ministro do primeiro governo renegerador que se mantém no poder desde 1851 a 1856 e, entra com o seu apoio, na política activa a partir de 1869. Mas José Maria dos Santos considera que a verdadeira origem da riqueza é o trabalho do homem e, mostra um indiscutível respeito pela

---

<sup>31</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 318.

<sup>32</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 42, Janeiro de 1985, p. 5.

vida e pela liberdade e, por isso, traça um quadro das necessidades humanas básicas que devem ser satisfeitas para que a vida seja boa.

Que fez então José Maria dos Santos? Como partidário das novas orientações políticas, não tinha receio de se assumir como diferente dos outros e orgulhava-se mesmo das suas capacidades, do seu esforço e do seu sucesso. José Maria dos Santos, curioso, crítico e racionalista, procurou conhecer a “Natureza”. Analisou plantas e animais, valorizou a observação e a experiência tendo, sempre, por objectivo a sua afirmação como homem num Portugal mais moderno.

## 2.2- As preocupações sociais

Enquanto continuava cada vez mais acirrado o duelo entre o Portugal da Tradição e o Portugal da Revolução, e “o país era uma charneca povoada de animais ferozes: Rodrigo caçou e domesticou os animais; Fontes arroteou a charneca, e fazendo *terra nova* promoveu a sua cultura. Rodrigo fez a paz; Fontes criou a riqueza”<sup>33</sup>.

Que razões de ordem económica e social levaram à tomada das ditas medidas?

Enumeremos algumas das causas tentando agrupá-las segundo critérios modernos :

- a) Muitos dos terrenos estão incultos, com charnecas, matos;
- b) Por falta de moutas e canais, que permitam controlar o volume das águas dos rios, dão-se inundações;
- c) Falta população nos campos e a que está activa dispõe de técnica atrasada: falta-lhe gado para o trabalho, as pastagens são ruins, lavra-se com pouca profundidade, utilizando-se um só tipo de arado ou charrua, gradam-se mal as terras, os camponeses são analfabetos, falta instrução aos lavradores, o Estado

---

<sup>33</sup> Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o seu reinado*, Vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p.105.



não define uma política de fomento agrícola; o mercado, devido à carência de estradas, canais, meios de transporte, não pode desenvolver-se; E, Lisboa, a capital, centralisa e tudo absorve. Será, pois, necessário o “fontismo”<sup>34</sup> e depois de realizada uma larga obra de fomento - estradas, portos, caminhos de ferro, telégrafo, instituições de crédito, que a agricultura pode arrancar e mudar, com resultados práticos, nas últimas décadas do século XIX e, deste modo, cativar José Maria dos Santos.

Mas, ao que parece, José Maria dos Santos, preocupou-se, igualmente, com o próximo. Registemos o que nos relata o articulista Manuel Maria de Sousa:

*Consta-se que o grande agricultor José Maria dos Santos, das várias propriedades que possuía...tinha também uma no Ribatejo, na zona de Rio Maior....um dia resolveu lá dar um passeio e, para a travessia do rio havia um pequeno bote comandado por um moleiro... Como o barco metia água, diz o grande agricultor: «- O barco está roto.*

*Não irá ao fundo?». ...Veja lá o senhor que o dono da herdade do outro lado do rio é tão rico que só que ele me desse um conto de réis, para ele não fazia diferença nenhuma e eu ficava com a minha vida direitinha.” «- Então o que é que fazia com o dinheiro?» perguntou o viajante. “Comprava outro barco.” responde o moleiro”. José Maria dos Santos depois de ouvir o moleiro aconselhou- o a procurar o proprietário daquelas terras para lhe falar das suas necessidades materiais, o que o moleiro fez. Mais tarde, novamente em presença do moleiro mas na qualidade de proprietário, José Maria dos Santos terá dito o seguinte: “ Pois eu escutei a sua conversa com muita atenção e verifiquei que é um homem dedicado ao trabalho, que mal ganha, para sustentar os filhos. Portanto, eu mandei-o cá vir para lhe dar o conto de réis e vá comprar outro barco, outra mula e conserte o carro...”<sup>35</sup>*

Outra situação que revela o carácter de José Maria dos Santos, encontra-se descrita no seu testamento quando contempla os seus familiares e instituições de

---

<sup>34</sup> Política de Fontes Pereira de Melo, realizando uma larga obra de fomento -estradas, portos, caminhos de ferro, telégrafo, instituições de crédito e tratados de comércio.

<sup>35</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 28, Novembro de 1983, p. 5.

beneficência e, ainda, os que com ele privaram e o serviram. Anotemos o que regista Aníbal de Sousa:

*...E deixou ainda: ao seu amigo Luiz Lamas 4 000\$00 réis; ao seu feitor Elias José Martins, 15.000\$00; ao seu antigo criado de quarto, João, 1.000\$00;...E deixou ainda 1.000\$00 réis para serem distribuídos em esmolas, além de grandes quantias a instituições como a Assistência Nacional aos Tuberculosos, (2.000\$00 réis). Colégio de S. José de S. Domingos de Benfica (1.000\$00). Associação Protectora da Primeira Infância (2.000\$00) e 1.000\$00 réis a cada uma das seguintes instituições: Asilo dos Pobres de Campolide, Asilo de Meninas Cegas, Asilo da Ajuda, Hospitais de Aldeia Galega, Alcochete,, Alcácer e Palmela...*<sup>36</sup>

### 2.3 A modernidade.

As condições económicas nem sempre bastam, é preciso também que os homens modifiquem os seus hábitos mentais e encontrem possibilidades políticas para que o seu espírito empreendedor e a conquista de novos mercados sejam possíveis. A formação de José Maria dos Santos foi evoluindo começando no “veterinário”, desenvolvendo-se através do seu “casamento”, progredindo através do “banqueiro” e do político e culminando no “grande lavrador” e investidor.

De que forma as condicionantes antes referidas influíram em José Maria dos Santos? Qual delas teve maior impacto na sua vida? O curso de veterinário, o casamento, o banqueiro ou o político?

Na segunda parte do nosso trabalho procuraremos demonstrar cada uma destas premissas e o contributo que deram à formação do capitalista e investidor. No entanto, José Maria dos Santos não se tornaria no que foi se não tivesse tido uma mudança de mentalidade em relação ao dinheiro, ao seu manejo, ao lucro e ao seu valor social, atitude e comportamento que foi modelando durante a sua actividade de administrador e gestor de bens.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, nº.42, Janeiro de 1985, p. 5.

<sup>37</sup> Cf. anexo II,quadro nº. 6.

## **Segunda parte: Projectos e Realizações**

## Capítulo 1- Caracterização da área regional de Palmela/Setúbal

### 1.1 –Enquadramento Geo-Histórico

A caracterização física e paisagística do território é fundamental em qualquer processo de Ordenamento, que se pretenda integrado com o meio, permitindo assim sustentar um desenvolvimento sócio-económico que assegure uma gestão racional dos recursos humanos.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, assim chamada até 2002, abrange zonas com carácter, ainda, marcadamente agrícola/rural, como sejam as Lezírias do Tejo e a região Oeste e a Península de Setúbal com uma forte componente da actividade industrial mas onde o sector terciário está em franco desenvolvimento. A Grande Lisboa que é parte integrante desta região tem-na influenciado com o seu ritmo de industrialização e capacidade de atracção contribuindo, deste modo, para a desertificação do centro e a constituição de periferias.

O crescimento demográfico que se verificou na referida Região, mais concretamente na Grande Lisboa, nas décadas de 60 e 70 do século XX, fez realçar a bipolarização urbana em torno de Lisboa e Porto; aumentou a densidade populacional nas regiões junto ao litoral; agudizou os desequilíbrios na distribuição da população do continente.

A Grande Lisboa fica, indubitavelmente, associada ao crescimento populacional dos concelhos envolventes de Lisboa através da fixação de uma população que “ atraída” pela capital e por melhores condições de vida, se vê obrigada a viver nas periferias. Mas, a capital gerará, igualmente, um movimento de repulsão de alguns dos seus moradores, que dela saiem, em procura de habitação a preços mais compatíveis com os seus rendimentos familiares. É conhecido que o crescimento e as dinâmicas populacionais verificadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo resultaram de migrações de natureza distinta:

- O primeiro movimento, e talvez o mais importante, tem origem na deslocação de populações oriundas de outras zonas do país;

- O segundo movimento está directamente ligado aos diferentes fluxos migratórios de populações naturais dos PALOPS-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e que ocorrem desde a década de 60;
- O terceiro movimento resulta de movimentos inter-concelhios, dentro da própria região.

A Região de Palmela/Setúbal, situada na Península de Setúbal insere-se no amplo espaço da Estremadura. Estremadura era termo empregue, desde há muito, para designar os territórios que os cristãos dominavam, fronteiros aos ocupados por Muçulmanos. Consolidada a linha do Tejo, após a conquista e ocupação das planícies alentejanas, o termo Estremadura permaneceu mas designando as terras baixas e litorais entre o Douro e o Tejo.

A sul do Tejo, nos primeiros séculos da nacionalidade o número de concelhos fixava-se em quantidade muito reduzida, sendo o de Palmela um dos mais antigos. Através dos elementos que compilámos, preparámos um quadro síntese<sup>38</sup> que permite acompanhar a construção e a evolução dos Concelhos de Palmela, Setúbal e da Zona de Pinhal Novo. Há diferentes versões sobre a origem dos Concelhos: Hinojosa diz-nos que foram os “Visigodos” que conceberam esta forma de administração enquanto Alexandre Herculano a reporta aos Romanos e Sanchez Albornoz ao tempo das Reconquistas. O que pode afirmar-se é que a sua evolução se processou de forma lenta durante os séculos XII e XIII sofrendo uma profunda transformação durante os séculos XIV e XVI.

As reformas introduzidas no período de 1801 a 1911,<sup>39</sup> que tiveram por objecto a redução do número de concelhos, mostram-nos, sobretudo, que o poder político procurava exercer a sua influência e controlo sobre o poder regional e, consequentemente, sobre as populações. Mas, essas reformas foram criticadas e tiveram a oposição de Herculano, ao afirmar que,

*A centralização é o despotismo administrativo, e o despotismo administrativo gera logicamente o despotismo político. A centralização é a pirâmide hierárquica das categorias sociais, que desciam dantes do rei até à plebe*

---

<sup>38</sup> Cf. anexo II, quadro n.º.7.

<sup>39</sup> Cf. anexo II, quadro n.º.8

*por gradações mais ou menos distintas, trasladada para uma coisa chamada pelos franceses o país legal e que em rigor não é senão o funcionalismo A centralização é a pirâmide hierárquica tendo por vértice o ministério e por base os cabos de polícia e os esbirros administrativos e fiscais.*<sup>40</sup>

Mas, foi, essencialmente, através do aumento demográfico da sua população, que ocorreu no período de 1864 a 1920, que o distrito de Setúbal começou a desenvolver-se. Dos quadros que preparámos e da sua análise constatamos que a sua população evoluiu, de forma significativa, ao nível das aldeias, vilas e cidades.<sup>41</sup> Nesse mesmo período, segundo Vitorino Magalhães Godinho,

*...Lisboa mais do que quadriplicou de habitantes, o Porto menos de quatro vezes, Coimbra quase outro tanto, as demais « cidades » duplicaram, umas triplicaram, outras; todavia estes coeficientes mais fortes resultam, nos casos em que se verificam, de aceleração do crescimento...*<sup>42</sup>

Mas, a procura de melhores condições de vida levava os portugueses a emigrar, cada vez mais, para novos mundos tendo como destino o Brasil e os restantes países da América. Comparando o número da população emigrada entre 1866 e 1920 <sup>43</sup> pode, facilmente, constatar-se que a saída dos portugueses vai aumentando com excepção no período de 1876-1880, diminuindo entre 1916-1920, período em que ocorre a 1ª. Guerra Mundial.<sup>44</sup>

É do conhecimento geral que a emigração constitui um dos factores que contribui para o envelhecimento da população devido, por um lado, à circunstância de a esmagadora maioria dos emigrantes ser constituída por indivíduos na força da vida e, por outro, ao facto de levar à queda da taxa de natalidade. E, se é certo que esta massa de mão-de-obra no estrangeiro pode

---

<sup>40</sup> Alexandre Herculano citado por Ernesto Castro Leal et alli, *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela, Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*. Colecção Cadernos Locais- Volume I, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1998, p.19.

<sup>41</sup> Cf. anexo II, quadros n.ºs. 9 a 22.

<sup>42</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.* p.32.

<sup>43</sup> Cf. anexo II, quadro n.º. 23.

<sup>44</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p.46

canalizar para o país somas muito vultosas, nem por isso deixa de traduzir um empobrecimento relativo do país, visto que a riqueza produzida por esses trabalhadores excede, com certeza, o montante das remessas tendo em conta o nível tecnológico das economias que servem.

Mas, parece-nos indiscutível, que a origem e evolução das povoações de Palmela e Setúbal se deve, sobretudo, à relação e ao intercâmbio de valores que foram estabelecidos entre ambas, ao condicionamento das mesmas aos grandes mercados da região, à influência e dinâmica dos seus vizinhos e ao espaço geográfico-temporal.

Neste contexto, e, por forma a enquadrar o estudo sobre a região de Palmela/ Setúbal optámos por destacar os seguintes factores de observação sobre os quais nos debruçámos:

- 1- Limites;
- 2- Morfologia do espaço;
- 3- Povoamento vegetal e animal;
- 4- Ocupação humana;
- 5- Povoamento rural;
- 6- Arquitectura rural/património ;<sup>45</sup>

com recurso à cartografia temática de base disponível (cartas militares, diferente bibliografia) para melhor enquadramento do assunto a nível regional.

## 1.2- O clima

“É no litoral português que se extremam duas regiões climáticas diferentes: *a mediterrânea e a oceânica*”.<sup>46</sup> De maneira geral, de norte para sul, o clima vai perdendo características atlânticas para dar lugar às do clima mediterrânico. O clima da Região de Palmela/Setúbal caracteriza-se por ter Estios quentes e secos; forte luminosidade; Invernos suaves, sem temperaturas baixas e com chuvas no

---

<sup>45</sup> Cf. anexo II, quadro nº. 24.

<sup>46</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed., rev. e ampl., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1998, p. 41.

Outono. Estas características climáticas específicas têm permitido a fixação das populações e o desenvolvimento do turismo na região, com reflexos na componente económica e financeira.



### 1.3-Palmela

Nos primeiros séculos da nacionalidade, o termo de Palmela estendia-se desde o rio Tejo até ao rio Sado cobrindo uma paisagem rural e marítima e fazia parte da zona de influência de Lisboa, grande centro consumidor. O rio Coina, que desde a época Romana <sup>47</sup> funcionava como via de comunicação importante, permitindo uma maior penetração no interior da Península de Setúbal, favorecia uma ligação rápida entre Palmela e Lisboa. No começo da monarquia, o território da Península de Setúbal estava dividido em três concelhos: Palmela, Almada e Sesimbra. Inicialmente, Palmela tinha preponderância eclesiástica, administrativa e judicial sobre as terras ribeirinhas da margem esquerda do rio Tejo. Setúbal libertar-se-ia do Termo de Palmela em 1343.

A presença humana na região terá sido efectiva desde tempos bem recuados. O estudo dos sítios arqueológicos revela indícios de ocupações humanas em especial no lugar das conhecidas “Grutas da Quinta do Anjo” ou “Grutas de Palmela” desde o Neolítico até ao início da Idade dos Metais, começo do Cobre-Bronze, chamando-se a esta época de transição: “Período Calcolítico ou Eneolítico”<sup>48</sup>.

A povoação desenvolveu-se no período da dominação Romana, durante quatro séculos e meio e sob domínio dos Árabes que a fortificam a partir de 711. O castelo bem amuralhado, com cerca de 260 metros de altitude <sup>49</sup> e com a sua situação estratégica, dominava toda a planície. Mas, o reforço desta região era complementado com os Fortes de Almada para Ocidente e Coina-a-Velha para leste e com a “eminência” da Península de Setúbal que constituía uma excelente atalaia avançada de Almada e Lisboa. Pela rectaguarda, o castelo de Sesimbra garantia a segurança de Palmela, e formava com este a defesa da zona. Razão

---

<sup>47</sup> Jorge Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, Ed. Verbo, 1974, pp. 67 e 68.

<sup>48</sup> Luis Chaves, *As Grutas da Quinta do Anjo ou Grutas de Palmela*, in “Livro Comemorativo das Festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal no Concelho de Palmela”, Palmela, CMP, 1941, pp. 110 e 111.

<sup>49</sup> Orlando Ribeiro, *A Arrábida: esboço Geográfico*, Lisboa, “Revista da Faculdade de Letras”, 1936, p. 38.

pela qual, dada a sua posição estratégica, Palmela fosse sempre disputada, quer por cristãos quer por Árabes.

Até à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147, viviam habitualmente nesta praça as mais abastadas famílias muçulmanas de Palmela, Sintra e Almada<sup>50</sup>. Palmela voltaria a ser tomada pelos Muçulmanos e reconquistada em 1165 e o Rei D. Afonso Henriques faria dela doação à Ordem de Santiago<sup>51</sup> no período de organização e formação do território português. Em Março de 1185, D. Afonso Henriques dá o primeiro foral à vila e termo de Palmela e, em 28 de Outubro de 1186, confirma aos cavaleiros a doação das povoações.

O concelho de Palmela com cerca de 460 Km<sup>2</sup>, é constituído por terrenos que, normalmente, não excedem os 100 metros de altitude, com excepção do morro de Palmela, da Serra de S. Luís e da Serra de S. Francisco que fazem parte do conjunto montanhoso da Serra da Arrábida.<sup>52</sup> Na paisagem do Norte e Oriente as terras baixas e arenosas ocupam a maior parte dessa península<sup>53</sup>. Montanha recente ...“profundamente deslocada, cortada de falhas, cingida ao Sul e Oeste por duas fossas marinhas, limitada ao Norte por um sinclinal, é uma zona que reúne muitas condições para que os sismos se façam aí com intensidade”...<sup>54</sup>; uma zona com alguma ondulação, a norte; e uma zona plana a este e a nordeste. Uma parte do território concelhio está integrada na Reserva Natural do estuário do Sado e uma outra no Parque Natural da Arrábida.

Na Idade Média, a actividade agrícola monopolizava as atenções da maior parte da população<sup>55</sup>. A exploração agrícola, pelo teor da carta de foral de 1170, constituía a principal actividade das comunidades. A política agrícola em questão, tinha como principal objectivo conseguir recursos indispensáveis à guerra que então se vivia, tendo a pecuária elevada importância na vida económica do termo de Palmela. São referidas várias cabeças de gado, desde o ovino, o suíno, o bovino até ao gado cavalar, que era utilizado na guerra e no transporte.

---

<sup>50</sup> Dr.José Augusto V. Silva, trad., *Conquista de Lisboa aos Mouros ( 1147): Narração pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial* (Texto Latino), Lisboa, S.I. da C.M.L., 1935, p.42.

<sup>51</sup> A Ordem surgiu, provavelmente, como associação particular de cavaleiros piedosos que se uniam para combater os sarracenos.

<sup>52</sup> Cf. anexo III mapas nº. 1e 2.

<sup>53</sup> Orlando Ribeiro, *A Arrábida-Esboço Geográfico*, Lisboa, “Revista da Faculdade de Letras”, 1957, p.52.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 54.

<sup>55</sup> A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1974, p.132.

*O gado de Palmela não seja sujeito a montado em nenhuma terra.(...) E os homens que quiserem apascentar com seu gado nos limites de Palmela recebam deles montado: do rebanho de ovelhas, 4 carneiros e manada das vacas, uma vaca.*<sup>56</sup>

Mas seria a videira e a produção vinícola que iriam permitir, de forma acentuada, o desenvolvimento da região de Palmela modificando, por completo, a paisagem rural.

Após a “Reconquista” o modelo de organização espacial do território não foi uniforme antes se adaptou às características do terreno. Palmela consolidou a aldeia fortificada em local elevado-Aglomeração Alcantilada<sup>57</sup>- criação e símbolo dos poderosos com vista a controlar os camponeses e, ao longo dos tempos, as formas de aglomeração foram-se estendendo das zonas altas para as mais planas.

Com o evoluir das técnicas de planificação as casas passaram a usufruir de melhores condições e as ruas, planeadas ou corrigidas, facilitaram o movimento dos cidadãos dentro da povoação e da sua ligação ao exterior. No que respeita à arquitectura, a casa urbana medieval, que consistia numa só fachada para a rua foi sofrendo sucessivas transformações descaracterizando-se, quase completamente, a partir dos anos 60 do século XX, o mesmo acontecendo em toda a antiga região. No entanto, a política, actual, da Câmara de Palmela com a elaboração de um *Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico*, visa a reabilitação de determinados edifícios.

Com a restauração do Concelho em 1926, através do Decreto-Lei nº. 12.615 de 1 de Novembro, iniciou-se a recuperação do tecido social e económico de Palmela. Hoje, o concelho passa por uma nova mudança, claramente expressa na diversificação do tecido sócio-económico e na demografia. Nas actuais zonas de expansão do Concelho continua a fixar-se população com níveis de instrução médio-altos pertencentes a grupos sócio-profissionais qualificados.

---

<sup>56</sup> P.M.H., *Leges I*, p.430.

<sup>57</sup> Cf. anexo IV, gravura nº. 1.

#### 1.4-Setúbal

A zona de Setúbal, situada na Península do mesmo nome, foi uma das comunidades ribeirinhas mais significativas a sul do Tejo, numa ligação permanente entre a terra, o rio Sado e o oceano Atlântico. A situação geográfica e orográfica de Setúbal, o litoral com diversas praias, as condições climatéricas e ambientais, a acessibilidade a água potável, as condições portuárias e as águas ricas em peixe foram factores importantes na fixação do homem contribuindo rapidamente para o desenvolvimento económico do local. Por aqui passaram diversos povos, desde Celtas, Fenícios, e Romanos que lhe deram o nome de “Cetóbriga”, pelos Árabes que ali permaneceram até ao século XIII altura em que foi conquistada por D. Sancho II.

Após a conquista foi doada à Ordem de Santiago em 1237 para ser repovoada, tendo-lhe sido dado foral em 1247. O povoamento rural consolidou-se, essencialmente junto ao rio Sado, com aproveitamento das óptimas condições portuárias, que desenvolveram o comércio e permitiram o escoamento de produtos agrícolas e transformados -Aglomeração portuária.<sup>58</sup>

Em 1343 foi concedido “termo” à vila de Setúbal com a desanexação de terrenos às vilas de Alcácer e Palmela. D. Manuel I concedeu-lhe “foral novo” em 27 de Junho de 1514 e, anos mais tarde, D. João III atribuiu-lhe o título de “Notável Vila”. Com o terramoto de 1755 e com o sismo de 1858 a vila sofreu avultados danos pelo que teve que ser reconstruída entrando em franco desenvolvimento económico.

D. Pedro V confirmou “a primazia de ser a povoação imediata em importância às primeiras cidades do reino” e concedeu a categoria de cidade à vila de Setúbal no dia 23 de Julho de 1860. Consequentemente, autorizou a construção de uma “linha de vapores” entre Lisboa e Setúbal e uma linha férrea entre o Barreiro e Setúbal, inaugurada em 21 de Fevereiro de 1861. Setúbal passa a sede de distrito em 1926 permitindo-lhe ...“fruir de todas as prerrogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencem”<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Cf. anexo III, mapas nº. 3 e 4.

<sup>59</sup> Hans Christian Handersen, *Uma Visita em Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação, 1984, pp. 55-56.

Entretanto, entre 1950 e 1970, consolida-se o processo de industrialização na região da Grande Lisboa e Vale do Tejo baseado em actividades fortemente dependentes do petróleo e das matérias primas importadas, pelo que os sucessivos choques petrolíferos e o aumento das matérias primas provocaram a crise em todo o País. Setúbal sofreria o impacto da crise internacional por ter apostado, quase exclusivamente, nas indústrias da construção e reparação naval, que teve sérias repercussões no tecido económico e social da região.

## 1.5-Pinhal Novo

A Zona de Pinhal Novo que em 1806 pertencia ao Barão de S. Romão era ...“constituída por matas silvestres e frequentadas por feras”...<sup>60</sup> assim se mantendo até 1813.<sup>61</sup> A sua origem remonta a 1856, quando se iniciaram os trabalhos da via férrea Barreiro/Vendas Novas no local onde, havia pouco tempo, tinha sido plantado um pinhal.

Estes acontecimentos levam a que nos finais do século XIX, os grandes proprietários da região comecem a colonizar a zona cedendo partes dela a imigrantes sazonais (Caramelos), “ratinhos” e trabalhadores agrícolas do Alentejo, em regime de “foro” conseguindo fixar populações, diversificar plantações e rentabilizar os solos. Nas terras de Pinhal Novo, que eram consideradas pouco férteis, a produção económica limitava-se a pouco mais que à recolha de lenha e à preparação de carvão destinados, quase na sua totalidade, aos mercados de Lisboa. O povoamento rural é considerado “Povoamento Alongado” por se ter desenvolvido ao longo da linha férrea.<sup>62</sup>

O progresso de Pinhal Novo, cuja origem assenta em colonizações passa a conhecer os seus dois vectores principais: o caminho de ferro e José Maria dos Santos. O professor Orlando Ribeiro no seu livro “ Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico” salienta o facto de José Maria dos Santos se encontrar na origem de uma “ experiência particularmente significativa de colonização interna”. José Maria dos Santos, ao converter a charneca de então na maior vinha a nível da Europa, transformou por completo a Zona. Foi pioneiro no uso, em grande escala, de adubos químicos, de videiras americanas, de processos de fabrico mecanizados.

A Freguesia de Pinhal Novo viria a ser oficialmente criada em 10 de Novembro de 1928, atingindo importância relevante pela plantação, transformação e qualidade dos seus vinhos. A proximidade dos grandes centros, nomeadamente, de Lisboa e Setúbal e a implantação na região de grandes unidades ligadas ao

---

<sup>60</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 8, Março 1982, p. 5.

<sup>61</sup> Cf. anexo III, mapa nº. 5.

<sup>62</sup> Cf. anexo III, mapa nº. 6.

comércio e à indústria fizeram desenvolver o parque habitacional e fixaram populações.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Cf. anexo III, mapa nº. 7.

## Capítulo 2- O Homem e a sua obra

### 2.1- O Investidor

Antes de nos debruçarmos sobre a actividade de José Maria dos Santos analisemos qual o estado da agricultura que se praticava em Portugal em pleno século XIX. Nesta época, predominava ainda uma agricultura tradicional, baseada na prática do pousio para descanso da terra- afolhamento trienal- no uso de instrumentos rudimentares e na rara utilização de adubos. A estrutura das explorações agrícolas constitui obstáculo ao progresso técnico e económico da sua grande maioria, representada pelos extractos sociais mais desfavorecidos. Na verdade os resultados económicos são tão baixos que impedem o seu intercâmbio com os demais sectores da economia, vendo-se desse modo impedidas de utilizar produtos e meios mais produtivos.

Por falta de elementos não pudémos analisar o problema do recurso a novas tecnologias mas, se o fizéssemos, constataríamos que uma escassa percentagem das explorações empregou novas técnicas. Idêntica situação se verificaria quanto a outros factores importantes, como o crédito, instrução, etc.

A partir do século XIX, registaram-se por influência da Europa e mais concretamente da Inglaterra, transformações profundas na agricultura que foram consideradas como uma “revolução agrícola”. Os factores que contribuíram para esta revolução foram essencialmente:

- A concentração de terras por parte dos grandes proprietários, quer ocupando terrenos comunais e abertos ( florestas, pastos, terrenos incultos), onde, até então, qualquer aldeão podia levar o seu gado a pastar, quer adquirindo terras a pequenos proprietários, que não podiam concorrer com os baixos preços dos produtos vindos das grandes propriedades agrícolas;

- A redução substancial do pousio, pela generalização do novo sistema de rotação de culturas - o afolhamento quadrienal - que permitiram a introdução de novas culturas (milho, batata, centeio, cevada) e a selecção de sementes e de animais reprodutores;



- O arroteamento de campos e a drenagem de pântanos que, facilitados pela legislação liberal, possibilitaram a expansão da área cultivada, em detrimento das áreas destinadas aos matos e às florestas;

- A fertilização das terras, através da utilização sistemática do estrume dos animais (agora concentrados nas grandes propriedades), e a maioria dos solos com a mistura de argilas e com a utilização dos adubos químicos;

- A construção de estradas e de linhas férreas transportando, mais rápido e com menos custos, os produtos do interior para os grandes centros, incentivavam, igualmente, ao aumento da produção e das áreas cultiváveis.

Todas estas alterações vieram possibilitar o aumento do cultivo do milho, do trigo e do arroz, com reflexos nas respectivas produções. A plantação da vinha começa igualmente a desenvolver-se. Mas foi, sobretudo, a utilização de maquinaria agrícola na grande propriedade, o aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e dos instrumentos de trabalho, que possibilitaram o aumento da quantidade de produção e da sua qualidade. Contudo, todas estas práticas implicavam, necessariamente, mudanças técnicas e sociais e sobretudo planificação. A planificação que tem pontos de contacto com a técnica, a produção, as relações sociais, a política, sendo a economia o seu objecto fundamental.

Os quadros<sup>64</sup> que preparámos permitem-nos conhecer a situação do Portugal do Século XIX e as medidas que foram tomadas pelos governos liberais que, de algum modo, serviram como indicadores e referências a José Maria dos Santos e a outros agricultores dinâmicos na exploração das suas propriedades.

Até ao século XIX os instrumentos e as técnicas utilizadas na lavoura eram ainda rudimentares. Os terrenos eram lavrados com velhos arados de madeira, com relha de ferro. Para desfazer os torrões e alisar a terra era utilizada a grade que era igualmente de madeira. A estas práticas seguiam-se a sacha, a monda, a ceifa que era realizada com a foice curta de cabo reduzido e a separação do cereal que se fazia com a pisa dos animais ou com mangual. Por fim, a limpeza dos grãos que era realizada em dias de vento permitia a separação da palha do grão. A limpeza das oliveiras, a apanha da azeitona fosse ripada à mão ou pelo varejo, e

---

<sup>64</sup> Cf. anexo II, quadros n.ºs. 25 e 26.

a vindima de que falaremos, mais detalhadamente, no capítulo dois da terceira parte, faziam com que o homem se dedicasse, a tempo inteiro, aos cuidados dos campos sem que daí obtivesse grandes resultados.

Será através da política de Fontes Pereira de Melo e da sua rede de comunicações dentro do país que a agricultura se desenvolve e se modifica nas últimas décadas do século XIX. Estas medidas são mais visíveis a sul do país, sobretudo, na grande propriedade, que se decide, no fim do século passado, pela lavoura mecânica, com resultados que se fizeram notar na economia de tempo e de braços e no aumento da produção da terra. Com a melhoria das comunicações, tornadas mais rápidas, generalizaram-se o emprego da charrua metálica, dos adubos químicos, da debulhadora mecânica, da prensa hidráulica que servia para espremer uvas ou azeitonas etc. Posto isto, debrucemo-nos sobre a figura de José Maria dos Santos e situemo-lo enquanto “lavrador”, pondo em prática as orientações, que melhor serviam os seus interesses, contempladas nas reformas regeneradoras.

José Maria dos Santos só foi conhecido como “agricultor” depois do seu casamento com Maria Cândida Ferreira Braga S. Romão, viúva do barão Manuel Gomes da Costa S. Romão que era detentor de meios mobiliários e imobiliários. Fernando Taveira da Fonseca ao debruçar-se sobre os percursos dos maridos da “baronesa” diz-nos que não diferem muito um do outro.

*São Romão fazia parte do grupo que, em 1844, adjudicou o contrato do tabaco a que andou ligada a concessão de um empréstimo ao Estado, no montante de 4000 contos. À data da sua morte, um património avaliado em 329 contos era maioritariamente constituído por activos financeiros (80%) dos quais uma boa parte (50%) eram acções de companhia, empréstimos (16%), participações em sociedades especulativas e arrematação de rendas e títulos da dívida pública portuguesa e estrangeira. Só (18%) do valor real da herança era constituído por propriedade imobiliária. Mas no final da década de 60 (após o casamento da viúva de São Romão com José Maria dos Santos), os bens imobiliários haviam suplantado todos os outros. ...muitas das aquisições destes dois capitalistas são*

*feitas a partir da su-rogação de bens vinculados ( troca desses bens por títulos de dívida, que, assim, adquirem natureza vincular, deixando livres os bens imóveis).*

*José Maria dos Santos... primeiramente, faz-se rendeiro dos nobres devedores à casa São Romão, com contratos muito prolongados e extremamente vantajosos para si; depois apodera-se das propriedades por execução dos empréstimos sobre hipotecas ou por prévia negociação das dívidas.<sup>65</sup>*

O que pode concluir-se desta prática de gestão? Que a fortuna do “Barão de São Romão” assentava essencialmente em valores mobiliários –acções<sup>66</sup> e obrigações<sup>67</sup>- logo especulativos. Que numa época de instabilidade e incerteza políticas impunha-se diversificar os investimentos aplicando os valores monetários em bens imobiliários.

Na posse de tal fortuna, o que fez José Maria dos Santos? Numa primeira fase, José Maria dos Santos, face à instabilidade política, reduz o risco das suas aplicações ao converter os títulos mobiliários (acções de empresas e obrigações, que representavam a maioria do seu capital) em moeda corrente. Seguidamente, por sua influência, a “ Casa São Romão” ao deter e poder disponibilizar fundos próprios, financia lavradores que necessitavam de empréstimos. Esta medida que comportava elevados riscos encontrava-se salvaguardada por contratos de hipoteca que José Maria dos Santos acordara e subscrevera com o outro contratante. Assim, na data da liquidação do empréstimo, o credor limita-se a exigir o reembolso ao devedor ou acciona a hipoteca permitindo-se, por este último meio, incorporar o bem hipotecado no restante património de que é titular.

Conceição Andrade Martins refere-nos um caso particular de um agricultor de Beja que se lamentava da forma como se processava a atribuição do crédito agrícola, afirmando:

---

<sup>65</sup> Fernando Taveira da Fonseca, « Estruturas e Conjunturas Sociais: Elites e Classes Médias» in Mattoso, José (dir. de), *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*, vol. V, (Coord. de Luis Reis Torgal e João L. Roque), Lisboa, Editorial Estampa, (s.d.), p.477.

<sup>66</sup> As acções representam *parte do capital* de certas espécies de sociedades comerciais, consubstanciadas num documento representativo dessa participação no património social.

<sup>67</sup> As obrigações são *títulos de crédito* que correspondem a uma fracção de um empréstimo, geralmente a longo prazo.

*...que a agricultura se encontrava na «dependência ruínosa e aviltante de duas entidades em que nem há a boa ou a má, mas a má e a pior, o crédito predial e o agiota» (...). Contudo...” continuava a imperar o sistema de crédito particular, justificado em grande parte pelas (...) poucas formalidades para serem atendidos, empréstimos demorados e segredo do negócio»...*<sup>68</sup>

Como definir e enquadrar José Maria dos Santos em todo este processo? José Maria dos Santos actuava como capitalista e “investidor” e, como tal, limitava-se a aplicar os seus fundos num perspectiva de lucro. Nada a apontar, portanto, em seu desfavor. Limitava-se a “actuar” segundo o que era comum na época e a “lei” lhe permitia. Poderia proceder doutro modo? Certamente. Pelo seu poder e sagesa era respeitado e, também temido, por outros homens de negócios. Registe-se o que nos refere A. C. Matos, citando João Maria Parreira Cortez a propósito de um negócio que lhe foi proposto por José Maria dos Santos e que envolvia duas propriedades em Serpa:

*Em Outubro de 1867...(estada em Lisboa ) fui procurado por José Maria dos Santos e instado pelo mesmo para lhe vender a Lobata, autorizando-me a pedir-lhe dinheiro ou então oferecendo-me a compra da Quinta de D.Luis, por isso que, diria ele, a Lobata sem a Quinta não tem valor, e a Quinta sem a Lobata nada é, sendo as duas juntas um grande investimento.*<sup>69</sup>

João Maria Parreira Cortez, homem providente, ao consultar o seu amigo e banqueiro da praça de Lisboa António José de Andrade, acrescenta: ..."o Andrade deu-me de conselho que me não metesse com José Maria dos Santos (vulgo o Canita)".<sup>70</sup> Apesar do alerta do banqueiro a operação de compra e venda das propriedades viria a realizar-se, assinando-se a escritura em 25 de Janeiro de 1869.

---

<sup>68</sup> A.C.Matos/M.C. Andrade Martins/M.L.Bettencourt, pref. Jaime Reis, *Senhores da Terra—Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, p.42.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem.*, p.121.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem.*, p.125.

Entretanto, José Maria Parreira Cortez, passando por dificuldades de tesouraria, resolveu sondar o “lavrador” para um possível financiamento, ao que acrescenta:

*...José Maria dos Santos, oferecendo-me dinheiro quando eu o não necessitava, mostrava-me franqueza e amizade, agora que o necessitava, ria-se e não tinha!...*<sup>71</sup>

Compreende-se o lamento de José Maria Parreira Cortez mas o sistema capitalista e os seus defensores limitavam-se a actuar segundo as “leis de mercado” em vigor. O capital não vivia de lamentos mas sim de resultados, de lucros sem rosto.

José Maria dos Santos, ao conseguir obter e ser detentor de capitais pelo casamento, adquiriu influência económica e social. Mas deve ter sido, sobretudo, a sua aptidão para os negócios e para a forma como soube estar na “vida política”, o conhecimento que dela foi adquirindo quer da sua participação como deputado e par do reino, quer fazendo parte de diferentes grupos ligados à lavoura, nomeadamente:

- Ao integrar, em 1860, a Comissão Instaladora da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa - RACAP (com exposições agrícolas, pecuárias e de alfaías agrícolas em diferentes datas;<sup>72</sup>
- Ao integrar, em 1888, a Comissão Central da Exposição dos Vinhos Portugueses em Berlim;
- Ao participar, em 1889, como representante do distrito de Beja, na formação da Liga Agrária;
- Ao assumir-se como um dos fundadores da Associação dos Logistas e Industriais de Setúbal, em 1896;
- Apoiando a realização do Congresso Cooperativista, que tinha por função proteger os interesses em presença;

---

<sup>71</sup> Idem, *ibidem.*, p.134.

<sup>72</sup> Cf. anexos IV gravuras n.º. 2 e 3.

- Apoiando a criação dos Sindicatos Patronais Agrícolas cujo principal objectivo era facilitar a análise das terras, aumentar o emprego e a garantia de adubos químicos;

que fizeram dele a pessoa importante, interventora e influenciadora da sociedade de então.

Entretanto, em Outubro de 1896, a CUF (Companhia União Fabril), ligada aos adubos químicos, atinge dimensão nacional, permitindo-se servir a lavoura portuguesa e os novos métodos de produção.

José Maria dos Santos tornou-se, pelas razões indicadas, o proprietário dos maiores latifúndios situados em Rio Frio, Palma e Machados e de outras propriedades rústicas e urbanas em Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Setúbal, Alcochete, Benavente, Moura, Serpa, Lagoa da Palha, Venda do Alcaide, Palhota e Pinhal Novo, Vila Franca, Alenquer e Lisboa, que administrou directamente, por intermédio de feitores. Não se conhecem os limites das referidas propriedades rústicas dado não existir cadastro das mesmas tal como o reconhece D. Pedro V, que ao tomar-se conta da realidade do país e dos impostos cobrados, comenta:

*Temos desordem na arrecadação dos impostos e rendimentos públicos, porque não conhecemos o estado económico e os recursos do país, resultando daí grande desproporção no lançamento das contribuições..., ao que acrescenta: ...mas havemos de ter cadastro, digo-o eu...*<sup>73</sup>

Dadas as dimensões das suas propriedades, que lhe permitiam por em prática novos métodos e equipamentos agrícolas, José Maria dos Santos foi defensor da cultura na grande propriedade e procurou fazê-lo de uma forma inovadora e racional. O latifúndio e a sua gestão cuidada e rentável eram os princípios que, também, D. Pedro V apoiava, comentando: *Todos lamentam como eu a extrema divisão da propriedade...*<sup>74</sup> Com o seu espírito empreendedor, José Maria dos Santos foi aumentando a área das suas propriedades e transformou-as, de regiões bravias e pantanosas, em terras de cultivo e arvoredo, sendo

---

<sup>73</sup> Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p.93.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem.*, p. 97.

considerado um dos homens mais ricos de Portugal. É o “lavrador” mas, também, o industrial e, sobretudo, o capitalista que manda plantar enorme vinha em Rio Frio, com a ajuda dos *Caramelos* oriundos de Aveiro e do baixo Mondego, exímios no trabalho das valas e arrozais; e dos *gaibéus* do Norte do Ribatejo;<sup>75</sup> um grande montado de sobro na Herdade da Palma, e ainda um extenso olival na Herdade dos Machados, em Moura. É, ainda, “o lavrador” mas, sobretudo, o gestor que procedeu à colonização da região de Pégões e Rio Frio, através da cedência de courelas, e deu forma a uma denominada “colonização interna”, como é referido por Vitorino Magalhães Godinho.

O que tinha de extraordinário essa “colonização interna”? Registemos o que José António Cabrita escreve sobre o assunto , citando Paulo de Moraes:

*O concelho de Setúbal deve em grande parte a sua moderna prosperidade agrícola à emphyteuse (...) Existe n´este concelho a colónia do Pinhal Novo, fundada pelo grande proprietário sr.José Maria dos Santos (...) O prazo dos arrendamentos no concelho é de um a nove annos.Para os colonos do Pinhal Novo é de nove annos, renovavel indefinidamente.*<sup>76</sup>

Esta renovação por tempo indefinido leva-nos a colocar algumas questões: Que significado a dar ao termo “ tempo indefinido”? Circunscrevia-se aos contratantes vivos ou prolongava-se nos descendentes? Por quantas vidas? Havia entrega de valores monetários ou o seu pagamento era efectuado através da execução de certas obras de benfeitoria? Certamente que o contrato incluiria no seu clausulado informação específica de como proceder para com o rendeiro em caso de incumprimento. Mas será que José Maria dos Santos ao celebrar os ditos contratos por tempo indefinido o fez com o propósito, não só, de valorizar essas terras mas, também, de fixar, indefinidamente, essas populações que procederiam ao arroteamento e à limpeza das propriedades, sem outros custos?

Mas, há sempre um mas que aparece para alertar os nosso espíritos. Vejamos como A. de Matos Fortuna ao prefaciар o livro de José António Cabrita,

---

<sup>75</sup> Orlando Ribeiro, *op.cit.*, p.139.

<sup>76</sup> José António Cabrita, *JOSÉ MARIA DOS SANTOS. E antes do “grande agricultor” ?* Pinhal Novo, Junta de Freguesia, 1999, p.17.

*José Maria dos Santos. E antes do “grande agricultor”, se refere à dita colonização:*

*Não posso, todavia, calar a alusão às sesmarias <sup>77</sup>que anexou a Rio Frio, arrendadas parcialmente a dúzias de pequenos proprietários e autênticos servos da gleba, arvorados, por esse motivo, a agricultores de conta própria, a quem, no testamento, elevou de rendeiros a donos de pleno direito.<sup>78</sup>*

O que quererá afirmar A. de Matos Fortuna ao referir-se aos rendeiros como “autênticos servos da gleba”? Que os mesmos estavam circunscritos única e simplesmente ao espaço arrendado do qual, para proverem às suas necessidades e às das suas famílias, não podiam sair? Que direitos lhe eram atribuídos?

Orlando Ribeiro ao debruçar-se sobre os contratos de aforamento diz-nos que,

*Pelo contrato de aforamento, muito em uso até há meio século, o dono alienava ao foreiro o domínio útil da terra e este, mediante a prestação de cânone(foro) podia vender, arrendar, doar, deixar em herança, hipotecar ou até remir a sua parcela. Em herdades enormes, a que os donos mal sabiam a extensão e o valor e não tinham recursos para explorar, fizeram-se muitos aforamentos, alguns em que o senhor da terra nada mais procurava garantir além de um direito simbólico sobre ela; estão nestes casos os foros (...) As Fazendas de Almeirim, os Foros de Coruche, Pinhal Novo (Palmela) ... <sup>79</sup>*

A atribuição da propriedade aos rendeiros terá sido a forma encontrada por José Maria dos Santos para os compensar pelos trabalhos realizados?

---

<sup>77</sup> Fernando Guedes,(dir) *op. cit.*, p. 7779.

(Lei das sesmarias-Diploma publicado por D.Fernando I (...) destinado a intensificar a cultura da terra.Continha entre outras as seguintes disposições: todos os proprietários de herdades próprias (...) possuídas por qualquer meio, eram obrigadas a lavrá-las e a semeá-las.(...) Os que não pudessem amanhoar as suas terras teriam de dá-las a quem as cultivasse por prazo determinado e mediante pensão ou renda).

<sup>78</sup> José António Cabrita, *op.cit.*, p.17.

<sup>79</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.81.



Não sabemos, mas parece-nos legítimo, com as dúvidas e reservas expostas, tirar conclusões genéricas das informações disponíveis. Estas informações podem revelar-se erradas. Mas a melhor forma de chegar a conclusões geralmente aceites é publicar as que pareçam discutíveis. Essa dita colonização tinha por objectivo plantar e desenvolver a produção vinícola destinada à companhia de vinho constituída por José Maria dos Santos para depois ser vendido por grosso e a retalho. O grande “lavrador e industrial” procurava, por este meio, controlar a produção desde a plantação até à sua colocação no consumidor, assumindo-se verdadeiramente como gestor “de vanguarda”. Estas estratégias, embora cautelosas e lentas, que poderiam ser apelidadas de “revolucionárias” para a época, vão entrar em conflito com os métodos tradicionais.

À medida que o processo se ia consolidando, José Maria dos Santos assumia-se, cada vez mais, como capitalista que tinha como objectivo rentabilizar, ao máximo, as suas propriedades através duma boa planificação, gestão e controlo. Ao planificar, passava a conhecer as características físicas das suas propriedades, a sua localização, as aptidões agrícolas de cada uma delas e o modo de as rentabilizar. As particularidades da sua planificação derivam dos traços específicos da sua economia, mais ou menos típica para todos os países que pretendiam romper com os métodos tradicionais praticados no regime monárquico. Que traços são esses?

1º. Particularidade da estrutura social: coexistência do sector do reino com formas feudais com o sector capitalista e com a pequena produção.

2º. Baixo nível económico geral de um carácter agrário da economia: baixo rendimento nacional por habitante, escassa produção do trabalho, técnica primitiva e ausência de especialistas qualificados.

3º. O carácter primário da indústria: como um dos sistemas de dependência económica destes países. Os sectores extractivos e de matérias primas são os que compõem fundamentalmente a indústria dos países que querem desenvolver-se.

4º. Sujeição de Portugal ao comércio externo. As possibilidades de industrialização, o fornecimento de matérias primas à indústria, levantando sérias

objecções dos Ingleses, Alemães e Franceses e de artigos de consumo à população estão em grande medida, vinculados aos volumes e à estrutura do comércio exterior.

A concluir tudo isto, registemos o que nos diz Luis Salgado de Matos a propósito do Portugal oitocentista:

*Em todo o Portugal, com excepção do Porto, a segunda cidade do reino, a banca e o negócio, as manufacturas e todas as empresas industriais duma certa importância estão quase exclusivamente nas mãos de estrangeiros, que lá se estabeleceram em número de milhares-escrevia por volta de 1860 Charles Vogel, um observador arguto e parcial do Portugal oitocentista.-Habitam sobretudo Lisboa, o Porto e o Funchal. Os mais ricos e influentes são os Ingleses, possuidores da maior parte dos capitais investidos nas grandes explorações do país e principais credores da dívida portuguesa.<sup>80</sup>*

O quadro nacional descrito e do conhecimento de José Maria dos Santos, levá-lo-ia a defender a sua política agrária baseada num controlo rígido sobre os bens e sobre a sua forma de os administrar. Assim, através de uma boa gestão de meios e de pessoal levava à prática as suas opções, conseguindo captar a atenção dos seus empregados por quem era respeitado e obedecido. No controlo que exercia, por vezes através de visitas surpresa, observava como se geria a produção, como se processava a saída dos produtos e se a empresa estava a ser bem fornecida de matérias primas. Do mesmo modo, apercebia-se, no local, se as suas ordens eram cumpridas, corrigindo o que necessário fosse e dando novas instruções aos seus feitores. Os feitores eram, de facto, os administradores das explorações, o elo de ligação entre o proprietário e os trabalhadores que prestavam serviços nas herdades. Mas o controlo era, em rigor, o primeiro passo prático para a organização da gestão económica de José Maria dos Santos. Para esta forma de gestão muito devem ter contribuído a sua formação académica, a função que desempenhou no Matadouro Municipal de Lisboa e, muito seguramente, a sua mulher que deve ter exercido grande influência sobre o seu

---

<sup>80</sup> Luis Salgado de Matos, *Investimento Estrangeiro em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 84-85.

comportamento e aptidões agrícolas. Poderemos, sem receio de errar, que antes do “ agricultor” José Maria dos Santos existiu, certamente, a “agricultora” Maria Cândida Ferreira Braga São Romão.

É em estreita ligação com a actividade agrária que José Maria dos Santos virá a ser parte activa e membro:

- Do Conselho fiscal da Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal;
- Do Conselho Superior da Agricultura;
- Do Conselho do Mercado Central de Produtos Agrícolas;
- Da Comissão Permanente dos Cereais;
- Da Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites da 3ª. Região;
- Da Comissão Permanente que tratava dos adubos e sementes;”

e, será com estes meios e na defesa dos seus princípios que José Maria dos Santos conseguirá aumentar e melhorar a sua lavoura, recuperando terrenos, drenando pântanos, desbravando charnecas, permutando ou vendendo propriedades quando a distância a que se encontravam do centro de decisão as tornava menos rentáveis.

Para levar à prática tais propósitos, foi pioneiro no uso de adubos químicos, plantou videiras americanas na sua herdade de Rio Frio por serem mais resistentes à filoxera, doença que atacava as videiras, seleccionou sementes mais produtivas, utilizou processos de fabrico mecanizado e meios de escoamento mais rápidos. Em Moura mandou plantar um grande olival e semear cereais. Com o aproveitamento do “ bagaço “ da azeitona permitia-se alimentar gado suíno e com o restolho apascentar rebanhos de gado ovino.<sup>81</sup> Na herdade da Palma, com terras de menos capacidade agrícola dominava e explorava-se o montado por onde circulavam varas de suínos.<sup>82</sup> Mas a gestão destas herdades obrigavam de tempos a tempos à limpeza das terras que lhe permitiam fazer agricultura, semeando cereais; do corte e limpeza dos sobreiros e azinheiras extraía madeira que era utilizada como matéria combustível e bastante procurada.

Segundo J. Amado Mendes, é a partir da segunda metade do século XIX que se registaram as maiores inovações na indústria em Portugal, tais como:...”a

---

<sup>81</sup> Cf. anexo IV gravura nº. 4.

<sup>82</sup> Cf. anexo IV, gravura nº. 5.

substituição (...) de rodas hidráulicas por máquinas a vapor(...) a introdução de nova tecnologia na moagem (...) em substituição das tradicionais mós; a instalação de novas indústrias como a do cimento (...); e o incremento da indústria do vidro”.<sup>83</sup> Mas a sua implantação não foi tarefa fácil por várias razões:

- devido à falta e deficiente preparação de técnicos;
- às dificuldades levantadas pela banca na concessão de crédito e pelos juros elevados que exigiam;
- à deficiente e fraca linha de transportes e comunicações;
- à resistência dos nossos parceiros económicos, Grã Bretanha, França e Alemanha, a que já fizemos referência.

Que dificuldades encontrou o “agricultor” José Maria dos Santos, quando se tornou, também, industrial, ao constituir e dar forma à sua empresa vitivinícola? As condições sócio-económicas de José Maria dos Santos eram diferentes das da maioria dos agricultores portugueses. Como temos vindo a referir ao longo da nossa análise José Maria dos Santos desfrutava de condições ímpares na sociedade que lhe permitiram complementar as suas funções e actividades, criando infraestruturas, transformando os seus produtos, experimentando e adquirindo equipamentos, e participando em associações patronais. Em todas elas não poderemos dissociar o lavrador do industrial e mesmo do político. Mas em todas elas estará presente o “capitalista” que estando a par das ditas inovações, compreendeu que era preciso definir planos económicos por sectores e determinar a sua orientação. Esses planos deveriam estipular o desenvolvimento preferencial dos tipos de produção e processos tecnológicos mais eficazes, a mecanização e automatização das produções, a utilização de modelos de máquinas,<sup>84</sup> materiais e artigos novos.

Nesta sua forma de gestão, que hoje poderíamos definir “gerir por objectivos” deve ter tido alguma influência a actividade que desenvolveu como Veterinário na Câmara Municipal de Lisboa, já referida, que lhe permitiu conhecer e inventariar dados estatísticos sobre as necessidades alimentares da capital e que

---

<sup>83</sup> J. Amado Mendes, «Estruturas e Conjunturas Económicas: Evolução da Economia Portuguesa», in José Mattoso (dir) *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*, Vol.V. (Coord. de Luis Reis Torgal e João L. Roque), Lisboa, Ed. Estampa, (s.d.), p. 364.

<sup>84</sup> Cf. anexo IV gravuras nºs. 6 e 7.

lhe viriam a ser úteis enquanto agricultor. Esse trabalho dar-lhe-ia a possibilidade de conhecer a estrutura agrária portuguesa, as suas debilidades, as transformações e os investimentos que era necessário fazer, as formas de gestão a aplicar tendo em conta a utilização da máquina e po-lo-ia, igualmente, em contacto com “pessoas importantes”. E, sobretudo, haveria de torná-lo consciente das actividades quotidianas como industrial.

Mas para que tais medidas fossem implementadas haveria que recorrer a fontes de financiamento, fossem elas privadas ou públicas e, sobretudo, saber estar bem informado. E José Maria dos Santos estava, de facto, “bem informado” pois: através do seu casamento, passou a ter influência económica e nos meios aristocráticos; ao desempenhar funções de deputado ficou a par da política económica e financeira do Reino; como director no Banco de Portugal (1863 e em 1866-1868) tomava consciência da realidade capitalista e adquiria o conhecimento de que, numa economia de mercado, a banca é um centro de poder particularmente importante: baseando a sua actuação em capitais alheios, dominando os mecanismos dos mercados monetário (dinheiro a curto prazo) e financeiro (dinheiro a médio e longo prazo) e adquiria as informações mais importantes sobre o essencial da vida empresarial.

Ao saber utilizar tais conhecimentos, José Maria dos Santos veio a tornar-se num dos homens mais poderosos do seu tempo, mobilizando os meios para desenvolver e modernizar a agricultura e a indústria, importantes factores da manutenção dos equilíbrios económicos e naturais. Essa melhoria, como temos vindo a referir, incidirá em fornecimentos e equipamentos, em novos mercados e preços, em créditos e na utilização da terra

José Maria dos Santos agricultor mas, também, industrial e gestor, ao planificar o investimento, a exploração das suas propriedades e a sua rentabilidade permitir-se-á :

- definir, a nível regional, o desenvolvimento e a modernização da sua agricultura, o seu lugar na economia;
- estruturar a sua lavoura em função da diversidade, tendo em vista as aptidões agrícolas das diferentes herdades bem como a sua localização;

Ao ligar a produção à transformação e à comercialização dos produtos agrícolas, conseguirá:

- o escoamento dos produtos e facilitará adaptações e reconversões úteis;
- orientar a produção em função das necessidades, procurando novos mercados dentro e fora do país;
- melhorar a organização dos mercado, em especial, a carne, o leite, o arroz, os legumes e o vinho.

No entanto, José Maria dos Santos não poderia ser um “grande agricultor e industrial” se não fosse um gestor atento à mudança dos tempos e às inovações que ocorriam na Europa e que foram seguidas e implementadas por Fontes Pereira de Melo. “Agricultor” que deu corpo às políticas definidas para a agricultura do país e se preocupou com o modo de produção, a modernização e racionalização da sua lavoura. “Agricultor revolucionário”, diremos nós, porque pôs em prática novos métodos de exploração; passou a utilizar adubos orgânicos e químicos nas suas propriedades agrícolas; diversificou as culturas em função da constituição e rentabilidade dos solos, do clima; e substituiu os equipamentos tradicionais por novos equipamentos.

É a este ambiente de mudança a que J. Amado Mendes se refere ao tratar da evolução da economia Portuguesa, quando afirma:

*Nas décadas de 60-80 registou-se um certo desenvolvimento na agricultura-inclusive com algumas experiências na utilização de novas máquinas-no comércio e na indústria. As estatísticas publicadas, relativas à produção e ao comércio, bem como a criação de um número razoável de bancos, inclusivé em cidades de província, reflectem essa evolução.*<sup>85</sup>

Mas, José Maria dos Santos continuou a experimentar e a inovar e, neste contexto, passou a gerir a sua lavoura em função do resultado das análises efectuadas aos seus terrenos e da sua proximidade que lhe permitia uma gestão mais cuidada, de menores custos de homens, de animais e de equipamentos.

---

<sup>85</sup> J. Amado Mendes, *op.cit.*, p. 323.

Embora não tenhamos o cadastro das propriedades nem o registo das receitas e dos custos com os quais poderíamos desenvolver estudos mais consistentes e quantitativos registemos, contudo, os que são referenciados por alguns estudiosos e pela imprensa local e qual o seu modo de produção. Em “Pégões, Rio Frio” José Maria dos Santos, “o agricultor”, plantou a que foi chamada “a maior vinha do mundo” e a que, como industrial, através da constituição da sua companhia vinícola, soube dar dimensão nacional e internacional ao colocar o produto transformado junto dos consumidores.

Para melhor compreender José Maria dos Santos e a sua actividade de vitivinicultor, vejamos, antes de mais, em que consistia e de que modo se consolidou e desenvolveu a cultura e tecnologia do vinho em Portugal. Não é possível indicar com precisão as origens da vinha. Há, contudo, indícios da presença da videira no mundo desde os tempos mais remotos, e o mesmo se pode afirmar quanto à transformação da uva em vinho. A importância do vinho na economia portuguesa representa, desde o início da nacionalidade até aos nossos dias, um factor de desenvolvimento da economia à escala nacional, sendo importante salientar o lugar de topo que o vinho, pelo menos desde o séc.XIV até ao século XX, ocupou nas exportações portuguesas para o estrangeiro.

Segundo Oliveira Marques, durante a Idade Média, o solo arável era ocupado essencialmente pela exploração cerealífera e vinhateira, acrescentando mesmo que,

*... sem esquecermos essas numerosas almoínhas, esses abundantes ferregiais ou os pomares tão frequentes na vida agrícola portuguesa, parece-nos, no entanto, possível afirmar que os campos agricultados do Portugal medievo estavam longe de conhecer a variada policultura dos de hoje. “ Pão” e vinha surgem, com constância quase obsecante, no conjunto documental da Idade Média, como bases de toda a agricultura que aspirasse a próspera*<sup>86</sup>.

É, contudo, nos fins do século XIX que começam os grandes arroteamentos de terras para a plantação e exploração mais intensa da vinha, levando, com isso, a

---

<sup>86</sup> A.H.Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 46- 47.

tratar os terrenos e consequentemente à aplicação generalizada do emprego de adubos químicos a partir de 1884.

O desenvolvimento e alargamento dos transportes, caminhos de ferro e estradas permitiram ligar mais rapidamente as regiões entre si e, mais concretamente, com os grandes centros e levaram os proprietários a entender os investimentos na agricultura, como mais atraentes e rentáveis. Estas condições, mobilizaram os proprietários para o arroteamento das suas terras e, deste modo, de forma progressiva, foram extinguindo a charneca- “uma espécie de época histórica de pioneiros da colonização dessas terras” – que teve em José Maria dos Santos, na região do Pinhal Novo, talvez, o seu expoente máximo. Esta prática estendeu-se quase a todo o território e em último lugar, ao que parece, na Península da Arrábida, nos foros de Palmela, Pinhal Novo ou Azeitão.

Nas terras do Pinhal Novo, que eram consideradas pouco férteis, a produção económica limitava-se a pouco mais que à recolha de lenha e à preparação do carvão destinados, quase na sua totalidade, aos mercados de Lisboa. Mas o grande motor desenvolvimento para a região teve a sua origem, e começou, logo após a construção, em 1961, da via férrea que iria atravessar a área do Pinhal Novo o que permitiu uma maior ligação entre as pessoas e o meio de transporte mais eficaz e barato para a colocação dos produtos da região. Estas condicionantes levaram à exploração de novas ideias e investimentos, logo, à plantação e à exploração da vinha na região. Contudo e apesar das dificuldades conjunturais a viticultura foi sempre uma actividade compensadora.

As condições naturais existentes em todo o país, e também na Zona de Palmela colocavam Portugal próximo dos Países Mediterrânicos ( depois da França, Itália e Espanha) e incentivavam os proprietários a plantar, cada vez mais, vinha. Palmela “ terra mãe de vinhos”, ao que parece, é assim que a denominavam os que se deslocavam por estas regiões e que, de uma forma ou de outra, vieram enriquecer e fazer parte do seu património cultural e com os quais se projectou e deu forma o desenvolvimento da região. A riqueza destas gentes encontramo-la nos artefactos deixados e encontrados, através das alfaías agrícolas que inventaram, a que deram corpo, que foram transformando à medida das suas necessidades.



Mas, o “capitalista” não se deteve na sua exploração vitivinícola e desenvolveu outras actividades como agrícola e industrial. A sua dinâmica de empresário levou-no a investir, cada vez mais, nas suas propriedades, experimentando novos métodos e novas produções. Na Aldeia Galega transformou salinas em campos de cultura, arrozais e hortas. Na Herdade da Palma plantou um grande montado de sobreiro que utilizou para a exploração de cortiça e na produção de gado suíno. Na Herdade dos Machados, em Moura, plantou um extenso olival que explorou na produção de azeite, e “bagaço” que servia de complemento alimentar aos suínos. Nas suas propriedades em Serpa semeou o trigo e o centeio para transformar em pão, forragens e pasto para rebanhos de ovelhas, com finalidades múltiplas.

A gestão das suas propriedades era feita através de Lisboa, onde residia, donde transmitia as suas ordens a feitores que eram o seu braço activo junto dos trabalhadores. A distância que o separava das suas terras não o impedia que, de tempos a tempos, visitasse as suas propriedades para verificar se as ordens que tinha transmitido estavam, ou não, a ser postas em prática. Pela dimensão e processos variados procurou controlar o mercado tanto de produtos agrícolas como de mão-de-obra.

Mas estas medidas implicavam a tomada de outras que se prendiam com os transportes e escoamento dos produtos produzidos. Assim, antes do caminho de ferro lhe permitir o transporte dos seus produtos, e por forma a fazer chegar rapidamente a Lisboa o vinho que produzia, mandou abrir um canal de 18 quilómetros entre o Tejo e o Rio Frio. Era, o que poderíamos afirmar, saber gerir os recursos de que dispunha tendo em conta o objectivo último –a rentabilidade e a maximização do lucro.

José Maria dos Santos sabia que a agricultura ocupava grande parte da população e que nas suas propriedades no Alentejo não poderia produzir somente trigo, dado que aquela região não oferecia as melhores condições para a produção daquele cereal. Por causa do clima seco, das chuvas irregulares e da própria constituição dos solos, o rendimento do trigo no Alentejo dependia da utilização de todos os espaços disponíveis. Sabia, igualmente, que para minorar os custos de

produção tinha que investir em máquinas e alterar a forma de produção das suas propriedades.

É em representação da RACAP- Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, que tinha como função específica difundir as publicações de carácter agronómico e organizar exposições e concurso de máquinas agrícolas, que José Maria dos Santos toma conhecimento da charrua inglesa, do grande arado com uma aiveca, das grades triangulares, da charrua dobrada de *Valcourt* e da charrua *Dombasle*.

É como representante de organismos ligados à lavoura e à indústria e ainda como político que aprova, directa ou por interposta pessoa, legislação que vai ao encontro das suas necessidades empresariais.

Através da revolução industrial, José Maria dos Santos fica a par dos conhecimentos e das máquinas mais recentes como nos refere J. Amado Mendes ao afirmar: “De entre o leque das inovações agronómicas, é a debulha mecânica a vapor a que melhor simboliza o progresso neste campo e a mais representativa da « industrialização » da actividade agrícola.” É esta revolução dos equipamentos e das técnicas que seduzem e convidam José Maria dos Santos a estar atento ao progresso no domínio das técnicas agrícolas e pecuárias, e que o levaram, como industrial, a desenvolver uma florestação efectiva e à construção de equipamentos hidráulicos nas suas terras.

Importa referir que, ao longo do século XIX, o aumento do consumo de recursos florestais como madeiras, águas minerais, obrigou os governos a alterarem a perspectiva com que olhavam para os recursos naturais. Foi necessário repensar a utilização dos mencionados recursos, não apenas do ponto de vista da gestão e consumo dos recursos disponíveis, mas criando uma política de planeamento, utilização e produção desses bens a escalas nacionais, sobre a totalidade do território.

De 1834 a 1852, um período político muito instável em que ao nível da questão florestal, o estado português apenas se preocupou em gerir as suas propriedades, ao nível das bacias hidrográficas, regulamentar estas condições e operacionalidade da navegação dos rios Tejo e Douro.

O período de 1852 a 1867, pode considerar-se o período da tomada de consciência da necessidade da intervenção do estado na construção e investimento de obras de correcção geográfica, associada ao sector das obras públicas quer ao nível dos meios de comunicação como um dos meios privilegiados para o desenvolvimento do mercado interno e mesmo para os melhoramentos agrícolas. A partir de 1852, com o início da Regeneração, os vários governos aplicaram o que a opinião pública por eles participada acreditava. Aplicando os mesmos métodos seria possível chegar rapidamente perto dos níveis de desenvolvimento dos países que serviam de "modelo".

Este mesmo desenvolvimento industrial, o aumento demográfico, o aumento de consumo de madeiras para combustível doméstico e industrial, levaram o Estado a compreender que era necessário proceder a um investimento na produção florestal, uma vez que as madeiras se tornavam um bem raro e ao mesmo tempo se verificava um crescimento contínuo no consumo de um bem que não se renovava. Durante o período mencionado, o desejo em acompanhar os níveis de desenvolvimento europeu, promovido por uma classe dirigente apoiada por uma opinião pública, que se via a si mesmo como esclarecida e sem dúvida actualizada ao nível das inovações técnicas aplicadas noutros países europeus levou à introdução e aplicação de maquinaria agrícola e de legislação.

É tomando conhecimento dessas políticas, como representante da RACAP e, sobretudo, como deputado e par do reino, que José Maria dos Santos vai experimentando novos métodos de equipamentos mais modernos que lhe permitem tornar-se num dos maiores produtores e distribuidores nacionais de vinho, de arroz, de trigo, de madeira e de cortiça. Contudo, em todo este processo, não se deve perder de vista que para o agricultor José Maria dos Santos, "investidor", a principal vantagem de qualquer inovação depende, sempre, dos resultados que com ela se possam obter.

Mas será o investimento estrangeiro que permitirá abrir estradas e o caminho-de-ferro, ligar o interior à capital, como uma vasta rede, uma rede que contribuirá poderosamente para assegurar e aproximar mercados e regiões. Dada a importância que o caminho-de-ferro tinha para a economia do reino o seu

desenvolvimento fez-se a um ritmo elevado e contou com o apoio político de José Maria dos Santos.

Tendo em conta que os caminhos-de-ferro portugueses foram construídos em grande parte com financiamento e técnica estrangeiros, importa questionar o seguinte:

- Em que medida os caminhos-de-ferro foram criando um mercado nacional?

- A sua construção terá criado riqueza para pagar as dívidas externas contraídas?

O que pode constatar-se é que, sem o recurso ao crédito externo, não era possível a Portugal desenvolver a sua rede de transportes e comunicações. Por tal facto, e conscientes da realidade, os políticos da época defenderam e aprovaram estas medidas de carácter económico.

## **2.3-O político**

Antes de iniciar a análise da prática política de José Maria dos Santos, não podemos dissociá-la da do agricultor que possuía extensas propriedades na região de Palmela/ Setúbal onde muitos empregados trabalhavam. A população desta região composta, na sua maioria, por agricultores, operários e pescadores, de baixo nível cultural,<sup>87</sup> era, como deve calcular-se, facilmente influenciada pela propaganda dos detentores dos poderes político, económico, social, e religioso. É curioso que as reformas de Passos Manuel de 1836-1837, sob a inspiração do governo de Mouzinho da Silveira, estabeleceram a obrigatoriedade do ensino para toda a população, mas sem sucesso, pois na Reforma seguinte, a de Costa Cabral de 1844,<sup>88</sup> esta obrigatoriedade aparece acompanhada de sanções para quem não cumprisse o estabelecido. Assim, só no período de 1878 a 1881 é que as autoridades se começaram a preocupar com as causas profundas do absentismo

---

<sup>87</sup> Cf. " Censo da população no Reino de Portugal no 1º. de Dezembro de 1900", in Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jaime Moniz: Antecedentes e destino histórico*, Lisboa, Edições Colibri, p.80, a taxa de analfabetismo rondava ainda os 75,1%..

<sup>88</sup> Maria Cândida Proença, *ibidem*, pp.103-104.

escolar, apesar de já existir, há cerca de vinte anos a Direcção geral do Ensino, criada em 1859 por Fontes Pereira de Melo.

José Maria dos Santos inicia a sua actividade política em 1869 candidatando-se e sendo eleito sucessivamente por diferentes Círculos Eleitorais até 1893. Assim nos anos de:

- 1869, 1870 e 1871 é eleito pelo Círculo Eleitoral do Redondo;
- 1874 e 1878, muda de Círculo Eleitoral e é eleito pelo Círculo de Évora;
- 1879, 1881, 1882 a 1884, 1884 a 1887, 1887 a 1889, 1890, 1893 volta a mudar de Círculo Eleitoral e é eleito pelo Círculo Eleitoral de Aldeia Galega.<sup>89</sup>

Pese embora o número de eleições que ganhou e da sua tomada de posse como deputado e Par do Reino, não encontramos registo significativo do seu desempenho político. Para uma análise quantitativa das presenças de José Maria dos Santos e da sua actividade legislativa enquanto parlamentar consultámos os elementos de informação disponíveis junto do Arquivo Histórico e Parlamentar da Assembleia da República. Por razões de ordem informática e de gestão do próprio arquivo não nos foi possível consultar registos anteriores a 1882 pelo que, para as informações anteriores àquela data, voltámos a socorrer-nos do *Dicionário Biográfico e Parlamentar, 1834-1910*, vol.III (N-Z). Nesta conformidade optámos por preparar alguns quadros <sup>90</sup> que registam informação complementar à que consta dos “Livros de Registo do Pessoal Político da Câmara dos Senhores Deputados, capítulo I”. Durante a pesquisa tivemos acesso a um dossier que tratava da eleição de José Maria dos Santos a Par do Reino, sobre o qual a “Comissão de Verificação de Poderes” deu parecer favorável em 29 de Janeiro de 1886.<sup>91</sup>

Em resultado da análise efectuada pode concluir-se, sobre José Maria dos Santos, o seguinte:

- Que faltava frequentemente às sessões parlamentares e na maioria das sessões nem justificava a sua ausência;
- Que o número de faltas injustificadas superam em muito as justificadas;

---

<sup>89</sup> Cf. *Dicionário Biográfico Parlamentar*, pp.582/583 e *Livro de registos do Pessoal da Câmara dos Senhores Deputados*-Legislaturas de 1882-1884, pp.105 a 107; Legislaturas de 1884-1887, p.136. Legislatura de 1887-1889, p.112. Legislatura de 1890, p.112. Legislatura de 1893, não paginado.

<sup>90</sup> Cf. anexo II, quadros n.ºs. 27 - 42.

<sup>91</sup> Cf. anexo I, docs. n.ºs. 10 - 17.

- Que embora integrasse diversas comissões, por vezes em simultâneo, não é muito visível o registo da sua actividade. Contudo, não deve descurar-se a influência económica e política que devia exercer mesmo ausente ou, ainda e quando, representado por interpostas pessoas.

Registemos o que nos relata Maria da Conceição Quintas sobre a influência exercida por José Maria dos Santos a propósito das eleições realizadas em Setúbal em 1879. Para melhor compreensão dos acontecimentos notemos que por alteração da Lei Eleitoral em 1869, o Círculo de Setúbal, que incluía Palmela e Azeitão, a que fora atribuído o N.º. 74, passava a integrar Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém (que incluía Sines).

*O climax da apoteose regeneradora, em Setúbal, teve lugar no dia 19 de Outubro, quando o Conselheiro Arrobas venceu (...) Apenas em Alcácer do Sal (...) o processo parece subvertido. (...) É que em Alcácer do Sal, dominava e manobrava o rico proprietário José Maria dos Santos, regenerador que, face à conjuntura político-económica de que as suas explorações agrícolas estavam dependentes, apoiava o candidado do governo, embora progressista. Assim o candidato regenerador foi derrotado, embora no círculo ficasse eleito.*<sup>92</sup>

Assinalemos uma outra situação de influência mas, sobretudo, de domínio económico e de opções estratégicas.

*... a região abrangida pelo círculo eleitoral cujo centro era Setúbal, foi campo de lutas entre as duas forças económica que a dominavam.*

*De um lado José Maria dos Santos, proprietário de um dos maiores latifúndios portugueses, dominando toda a economia agrícola da região.*

*Do outro, as grandes famílias setubalenses, comerciantes e industriais.*

*Enquanto os segundos envidavam todos os esforços para transformar Setúbal numa cidade turística, onde o comércio ocuparia o primeiro lugar, José Maria dos Santos exercia as suas influências em sentido inverso (...) O importante proprietário, e influente político, não estava interessado na transformação*

---

<sup>92</sup> Maria da Conceição Quintas, *Setúbal nos finais do Século XIX*, Lisboa, Caminho, 1992, p.145.

*económico-social (...) prejudicial às explorações agrícolas de grande porte, (...) assim como à sua influência política na região.*<sup>93</sup>

O que podemos constatar, em face do exposto, é que José Maria dos Santos pretendeu, como sempre o parece ter feito, manter o seu estatuto de homem influente. Aberto ao progresso desde que não fossem postos em causa os seus domínios ou influências. No que respeita aos projectos de Lei que subscreveu, e que adiante referimos, estavam, como pode, facilmente, verificar-se, directamente ligados à sua actividade e interesses particulares. Alguns exemplos:

- 1- Construção da linha do caminho de ferro do Sueste (18.11.1871).
- 2- Contratação do caminho de ferro da Beira, com um ramal para a Covilhã (14.3.1873).
- 3- Para elevar os direitos dos cereais importados.

Em 26 de 1899 foi publicada a Lei dos Cereais conhecida pela " Lei da fome". A isenção dos direitos de importação de cereais, em resposta à quebra de produção, levou a que abundasse o trigo estrangeiro sem que o nacional obtivesse escoamento. Face à contestação do mundo rural, o governo restabeleceu o imposto à entrada de cereais. Estas medidas proteccionistas da agricultura portuguesa tinham quatro objectivos:

- Primeiro, ao aumentar os impostos sobre os cereais importados, tornava-os mais caros em comparação com os produzidos no país e consequentemente beneficiava a produção nacional;
  - Segundo, ao garantir um preço para a produção nacional, permitia-se o seu escoamento e insentivavam-se os lavradores a produzirem mais;
  - Terceiro, para aumentar a produção os lavradores ver-se-iam obrigados a aplicar técnicas mais inovadoras e à utilização de máquinas e adubos químicos;
  - Quarto, as condicionantes anteriores permitiriam aos agricultores os rendimentos necessários, investir nas suas propriedades, reduzir as importações e por em prática uma pretensa "reforma agrícola";
- 4- Organizar o crédito agrícola e os postos agrícolas ( 22 e 26.6.1888);

---

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, p.170.

5- Para que a Câmara elegeisse uma comissão de inquérito que estudasse e inquirisasse acerca das necessidades da agricultura nacional;

6- Para aumentar os direitos sobre a farinha de trigo e os cereais, e subsidiar a panificação nacional.

Sobre este assunto, J. Amado Mendes diz-nos que, " Os primeiros passos(...) foram dados em 1889, com a aprovação da lei que instituiu o regime proteccionista para o trigo. Esta lei foi exigida, principalmente pela grande lavoura alentejana e ribatejana, liderada pela (RACAP)- Real Associação Central da Agricultura"... integrada por José Maria dos Santos.

7- Para acabar com as deduções nos vencimentos dos servidores do Estado (30.1.75);

8- Abolição da isenção de impostos sobre os estabelecimentos bancários;

9- Diminuir os direitos de consumo dos vinhos e acabar com os direitos de exportação dos mesmos;

10- Promover a criação de depósitos de vinho no estrangeiro;

11- Projecto de lei sobre o comércio de vinhos;

Para além destes projectos, José Maria dos Santos subscreveu outros ao integrar várias comissões parlamentares.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Cf.anexo I, docs nºs.19-31.



### **Terceira Parte: Contributo para o Património Local e Regional**

## Capítulo 1 – Desenvolvimento Regional

Antes de nos debruçarmos sobre o conceito “ Desenvolvimento Regional” devemos considerar, antes de mais e separadamente, os termos “desenvolvimento” e “região”. De seguida, referir que as actividades económicas do distrito de Setúbal se desenvolveram em três centros principais que favoreceram a criação da unidade e individualidade da região: o fluvial, o marítimo e o terrestre. O rio Tejo, a norte, o Sado, ao centro, funcionando como eixo unificador do território, o mar a ocidente e a planície alentejana, a oriente.

A influência do mar prolongou-se para o interior através das grandes bacias do Tejo e do Sado, contribuindo para a implantação, na região, de actividades económicas com características comuns, tais como: salinicultura, pesca, moagem, navegação fluvial e marítima, construção naval uma forte industrialização junto dos estuários e da costa marítima. Na era da industrialização, os efeitos da máquina a vapor chegaram bastante cedo ao distrito de Setúbal.

Também nesta fase de industrialização se assistiu a uma relação estreita entre o todo do distrito que se manifesta em vários domínios de transformação económica e social: implantação de estabelecimentos fabris, do norte do distrito até Sines; na obtenção de matérias primas, designadamente cortiça do território da região para as fábricas que se instalaram em todo o distrito, e o pescado para as fábricas de conserva de peixe de Setúbal, Sesimbra, Almada e Seixal; tipo de indústrias que são comuns em quase todo o distrito, tais como a corticeira, de produtos químicos, de conserva de peixe e de construção naval; a instalação do caminho-de-ferro a partir do Barreiro, tornando a região mais unida e mais próxima, beneficiando da ligação que se estabelecia com Lisboa através do barco. Enfim, alterações profundas chegaram ao distrito na passagem do século XIX para o século XX.

No que concerne à Zona de Pinhal Novo, era formada, em 1806, por matas silvestres e era pertença do Barão S. Romão. O seu desenvolvimento começa logo após a construção do caminho de ferro que ligaria o Barreiro a Vendas Novas, e teve como seu artífice José Maria dos Santos que deu corpo a um grande projecto agro-industrial.

O projecto, para além do carácter económico e de desenvolvimento, deu origem a uma forte migração interna e permitiu a fixação de populações oriundas das Beiras Litoral e Interior, que vieram a fixar-se nas extensas propriedades de José Maria dos Santos para trabalhar nas zonas pantanosas junto ao Rio Tejo, e nas terras de Pinhal Novo e Poceirão na plantação da “maior vinha do mundo”. A colonização foi feliz dando consistência ao projecto e “desenvolvimento” da “região” permitindo que, com a riqueza produzida, as gerações se sucedessem ao longo dos anos.

Quanto ao significado dos conceitos “desenvolvimento” e “região”, torna-se extremamente difícil defini-los dado que “desenvolvimento” é, na maioria das vezes, confundido com “crescimento” quer se trate de uma aldeia ou de uma cidade, enfim, da comunidade envolvente. No entanto, o seu significado é bem mais complexo, porque engloba factores sociais, económicos e culturais. Com efeito, poderá aceitar-se que o crescimento seja indispensável a desenvolvimento mas poderá não se identificar com ele.

Desenvolvimento pressupõe progresso social no sentido duma sociedade melhor; quer dizer que o crescimento é material, é quantitativo; mas o desenvolvimento pressupõe alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, ou a independência, ou a cultura. De acordo com Nuno Portas , ...” para muitos, talvez a maioria, o desenvolvimento significa, antes de mais, facilitar a fixação de iniciativas e de capitais (...). Para outros, impõe-se uma estratégia que não só procure abranger outros sectores produtivos como fomenta a actividade cultural na vertente patrimonial (folclore, monumentos, centros históricos) ou na vertente animação (desporto, espectáculos, festivais, feiras, exposições, etc.). Creio que se pode dizer que a manifestação do cultural, mesmo quando esporádica ou incipiente, se está a tornar gradualmente uma preocupação generalizada dos responsáveis locais, não só como elemento de motivação e fixação, mas também de atracção turística(...)”<sup>95</sup>.

Para Alain Birou o termo desenvolvimento significa “um crescimento orgânico, harmonioso e, portanto, um progresso da economia que se inscreve

---

<sup>95</sup> Nuno Portas , “ Sobre Alguns Problemas de Descentralização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* ,25/26, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura, 1988, p. 90.

num progresso geral da sociedade. Para que haja desenvolvimento, o progresso económico é indispensável, mas este deve estar ao serviço de um progresso social e humano. O desenvolvimento económico implica obrigatoriamente a componente social e um progresso da sociedade como conjunto vivo.”<sup>96</sup>

Em qual destas definições de “desenvolvimento” devemos colocar o projecto de José Maria dos Santos? Entendemos que, na sua fase inicial, o projecto se enquadrava no que é defendido por Nuno Portas mas, com o andar dos tempos, foi além do sector produtivo. Há, assim, que fazer uma distinção entre desenvolvimento, num sentido mais geral, e num sentido mais restrito, visto tratarem de conceitos diferentes. É óbvio, que para existir desenvolvimento tem que haver envolvimento local e regional, isto é, desenvolvimento integrado entre as regiões, onde se forma uma rede de interdependências que condicionam e promovem o desenvolvimento.

José Manuel Henriques, ao debruçar-se sobre esta temática, define desenvolvimento como ...“um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e da suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa”.<sup>97</sup>

Para Stohr, o desenvolvimento é como ...“ um processo integral de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente, às escalas pequenas e intermédia, e através da mobilização integral das suas capacidades e recursos para benefício comum em termos sociais, económicos e políticos.”<sup>98</sup> Poderemos, assim, afirmar que o desenvolvimento significa progressos na economia, ao mesmo tempo que melhora a condição de vida e o nível de uma dada sociedade e que é promovido em primeira instância pelo poder local.

Qual o suporte legal e de que forma podem as autarquias promover esse desenvolvimento?

---

<sup>96</sup> Alain Birou, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1982, p.110.

<sup>97</sup> Greffe, in José Manuel Henriques, *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher, 1990, p. 29.

<sup>98</sup> Stohr, in José Manuel Henriques, *op. cit.* p. 54.

De acordo com o Decreto-Lei N.º. 100/1984, de 29 de Março, são atribuições das autarquias locais, tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente:

- a) À administração de bens próprios e sob sua jurisdição;
- b) Ao desenvolvimento;
- c) Ao abastecimento público;
- d) À salubridade pública e ao saneamento básico;
- e) À saúde;
- f) À educação e ao ensino;
- g) À protecção à infância e à terceira idade;
- h) À cultura, tempos livres e desporto;
- i) À defesa e protecção do meio ambiente e qualidade de vida;
- j) À protecção civil.

Apesar de todas estas alíneas, a alínea b), que refere como atribuição autárquica o desenvolvimento, engloba as restantes dado que todas elas são parte integrante e indissociável do desenvolvimento, quaisquer que sejam os seus termos ou amplitude. No entanto, estas variáveis, se interpretadas isoladamente, apenas contribuem para o crescimento mas, ao mesmo tempo, provocam assimetrias do ponto de vista social, ao beneficiar uns itens relativamente a outros.

Mas, para definir desenvolvimento, devemos ter em linha de conta o conceito de *Espaço* porque é no espaço que se processam as relações entre os intervenientes, o qual deixa de ser apenas físico para passar a reflectir as interacções que nele são produzidas. Passa, por isso, a ter identidade, por se complementar com as relações sociais que se estabelecem no seu meio. Este conceito é muito importante, visto ser ele que origina a identificação dos residentes com a zona, porque a ele estão associadas vivências que, em nenhum outro lugar, se processam de igual modo. Donde se conclui que devem ser os próprios habitantes, através da actuação do Poder Local, a promover o seu próprio desenvolvimento, por serem eles que têm consciência da especificidade do espaço enquanto local de vivência.

E “Região”, o que é e quais são os seus limites? É igualmente difícil definir região. Deverá pressupor a existência no espaço de um conjunto de características centrado na qualidade do território, das pessoas e das organizações que o tornam mais ou menos homogéneo? Deverá ser visto em função da riqueza que produz e do que representa a nível do PIB - Produto Interno Bruto? Deverá ser compreendida em função dos votos que podem trazer a um qualquer partido político em tempo de eleições? Pedro Barbosa define região como (...) “uma divisão baseada na geografia física, muito embora, numa óptica de produção de excedentes para colocação no mercado tenhamos que ter em conta o ordenamento político da região, e sobretudo os seus grandes eixos de circulação e pólos de recolha e distribuição”.<sup>99</sup>

A discussão pública dos diversos projectos de lei de regionalização tem sido, a nosso ver, marcada por preocupação excessiva de salvaguarda de certos interesses regionais, por vezes rivais e conflituantes, além de estar, as mais das vezes, ligada às previsões de estratégia eleitoral dos partidos do governo, num dado momento.

Como compreender a região de Palmela/Setúbal? No tempo da “Reconquista” considerada zona estratégica, depois zona de desenvolvimento económico e hoje, como chamar-lhe? São questões que poderão sempre ser levantadas e que terão, certamente, respostas conformes com os interesses em “jogo”.

José Manuel Henriques, através de um inquérito que dirigiu a todos o Presidentes de Câmara (ao qual nem todos responderam) avaliou a experiência portuguesa do poder local na promoção do desenvolvimento, onde constatou que todos os autarcas entendem as tarefas do desenvolvimento local como atribuição e competência municipal e, simultaneamente, não consideram que a legislação seja obstáculo à sua prossecução. Mais: afirmam que, com base na experiência adquirida, os municípios podem intervir de forma decisiva na promoção do desenvolvimento, tendo-lhes sido possível contribuir para a dinamização da vida económica local. A mesma opinião é perfilhada por todos os autarcas que, embora

---

<sup>99</sup> Pedro Gomes Barbosa (Coord.) e AA.VV., *Arte, História e Arqueologia - Pretérito (sempre) Presente*, Lisboa, Ésquilo, 2006, p.116.

admitindo ser insuficiente a autonomia municipal para garantir o sucesso das iniciativas camarárias, consideram da sua competência a promoção do desenvolvimento local, evidenciando a participação das comunidades nesse mesmo processo.

Esta noção de desenvolvimento passa pelo entendimento e necessidades básicas como sendo infra-estruturas e saneamento básico, mas, ao mesmo tempo, ... "existem referências suficientes de interpretações não convencionais que valeria a pena aprofundar nos seus respectivos contextos particulares. Estão nesta situação: «saúde», «emprego», «desenvolvimento cultural», «planeamento para a preservação do património e para a habitação», «desenvolvimento turístico», «defesa da regeneração de recursos naturais renováveis», «graus de ensino mais diversificados e superiores», «construção de uma ponte e de uma barragem agrícola», «abertura de uma fronteira» e, finalmente, criação de um «gabinete de qualidade de vida»(...). As iniciativas municipais referidas pelos Presidentes das Câmaras Municipais inquiridos, cobrem um leque alargado de âmbito de actuação municipal. Revelam a predominância de uma concepção «integral» do desenvolvimento aproximando-se, portanto, da concepção do desenvolvimento do paradigma «territorialista»."<sup>100</sup>

Está, pois, presente na mentalidade dos autarcas que o desenvolvimento não depende apenas daquilo que a Câmara ou as Instituições Privadas criam, antes, sabem que é necessário um envolvimento da população em todo este processo para que haja realmente desenvolvimento, caso contrário, apenas se alcança crescimento económico.

José Manuel Henriques aborda, seguidamente, "o paradigma «territorialista» que, segundo ele, assenta na afirmação explícita de que a satisfação das necessidades básicas das populações regionais e locais constitui o seu critério de referência e orientação. Todavia, não surge claramente explicitado o modo como concretamente se articula a mobilização do potencial endógeno com as necessidades básicas das populações regionais e locais. O paradigma «territorialista» reconhece, explicitamente, um papel central às « comunidades locais», ao considerar que os impulsos básicos do processo de desenvolvimento

---

<sup>100</sup> José Manuel Henriques, *op cit.*, pp. 97-111.

ocorrerão de «baixo para cima», de «dentro para fora». Às comunidades locais, como forma de organização humana, à menor escala territorial, é reconhecido um papel-chave na mobilização dos recursos disponíveis.

“ O paradigma «territorialista» assenta, pois, num conjunto de valores fundamentais:

- a) a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, entendida como melhoramento das condições de vida da população de qualquer sociedade territorial em termos qualitativos e quantitativos, constitui o seu critério de referência fundamental;
- b) o desenvolvimento deverá ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os seus recursos naturais, humanos institucionais para a satisfação de todas as suas necessidades básicas;
- c) o desenvolvimento deverá ser igualitário e comunalista por natureza;
- d) o desenvolvimento deverá assentar num grau elevado de autodeterminação territorial ( «self-reliance»);
- e) deverá tratar-se do desenvolvimento de pessoas e não de lugares;
- f) deverá ser defendido um crescimento económico selectivo, orientado para a redistribuição, e deverá ser atribuída prioridade ao desenvolvimento de toda a população numa actividade produtiva ( criação de emprego);
- g) o desenvolvimento pressuporá estruturas de tomada de decisão articuladas territorialmente e a várias escalas.”<sup>101</sup>

Neste conjunto de reflexões estão claramente demarcadas as linhas pelas quais o paradigma territorialista se deve pautar e nelas se incluem a satisfação das necessidades básicas, a mobilização dos recursos naturais, humano e institucionais para a satisfação das necessidades, onde são os naturais a determinar o desenvolvimento, e através do seu conhecimento desenvolver e criar emprego e determinar qual é a ocupação principal e original. Para a concretização destes objectivos é necessário o envolvimento da população no processo de decisão.

---

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*, pp.53-54.



Estamos perante o paradigma territorialista em que as principais características são a visão integrada e diferenciada do desenvolvimento. O levantamento das necessidades das comunidades locais é outro dos parâmetros pelo qual se rege o paradigma territorialista, isto é, são estas que definem o desenvolvimento. “A intervenção directa do Estado na produção de valores de uso nos chamados “ sectores sociais” através da criação de equipamentos colectivos ( saúde, educação, segurança social), só por si, pode não ser garantia de maior satisfação das necessidades básicas”.<sup>102</sup>

Actualmente, as identidades locais e regionais são valorizadas pois remetem ao passado, funcionam como uma identificação e é esta mesma identificação que conduzirá à implementação de políticas com o objectivo de elevar e dar a conhecer o capital adquirido da zona, seja em termos de artesanato, tradições ou turismo. O paradigma territorialista tem por base uma efectiva defesa do ambiente, sendo este parte integrante do desenvolvimento. Estamos portanto perante um modelo onde predomina o desenvolvimento descentralizado, isto é, a partir de baixo, onde se exploram as principais capacidades de cada local. Mais: estamos perante uma forma de desenvolvimento adaptada a cada território, onde coexistem diversas formas de produção, sendo a interdisciplinaridade predominante.

Esta forma de desenvolvimento assenta nas identidades regionais e locais, pois são estas que acentuam as principais características da região. O desenvolvimento é portanto atribuído às capacidades endógenas da região, seja através de actividades ( tais como festas e tradições) ou de recursos ( tal como a ligação à produção vinícola no caso de Pinhal Novo). A especialização neste quadro é regional. No entanto, assenta na diversificação e na integração da população e da sociedade, ou seja, existe um espaço onde há lugar para as solidariedades que se estabelecem entre população e desenvolvimento.

Os espaços rurais e o espaços urbanos são valorizados devido à já referida diversidade permitida, onde são utilizados todos o factores locais e onde a variedade cultural, económica, social, política e institucional são uma realidade e onde existe descentralização de todos estes factores. Os principais agentes que

---

<sup>102</sup> Idem, *ibidem.*, pp.22-23.

fomentam este modelo são as autarquias locais, as associações, os organismos culturais, recreativos, sociais, económicos, políticos, as escolas e os cidadãos.

No fundo, o que interessa fazer ressaltar numa análise de âmbito local é a capacidade de resposta desse mesmo local às pressões exteriores que, ao invés de serem consideradas como constrangimentos a evitar, devem ser encaradas como um factor de desenvolvimento do potencial endógeno.

Que necessidade têm os indivíduos de se identificar com o local? Desde sempre, houve a necessidade de identificação dos indivíduos com o local. Esta necessidade não foi criada através de qualquer vontade exterior mas porque o local faz parte integrante do indivíduo e esta é uma forma de identificação própria.

Ainda, e de acordo com José Manuel Henriques, ... " os municípios constituem historicamente a entidade local de mais fortes tradições na evolução da administração pública (...) . A tradição municipal portuguesa provém, para M.Castro de Almeida e Armando Pereira, da força que ao longo dos séculos foi sendo atribuída aos concelhos pelos forais ou cartas de legitimação dos concelhos." <sup>103</sup>

Através da partilha dos mesmos espaços, reconhecidos como elementos constitutivos do enraizamento local, forjam-se representações colectivas do território às quais se associa esse sentimento de pertença a uma colectividade particular e a um território específico. E, assim, ... " a participação concretiza-se no envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas em torno da criação de « comunidades de interesses». A « participação» é entendida como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objectivos comuns." <sup>104</sup>

Articulando os fenómenos sociais com a actividade económica, é lícito observar as tendências de evolução das relações sociais de produção, a divisão social do trabalho e os grupos sociais que corporizam o desenvolvimento local. Nestes termos, os grupos sociais definem-se por um "saber-fazer" no contexto da actividade de produção, de distribuição e consumo de bens e serviços podendo surgir grupos sociais com interesses distintos e, portanto, passíveis de evoluir para

---

<sup>103</sup> Almeida, Pereira, in José Manuel Henriques, *op. cit.*, p.85.

<sup>104</sup> José Manuel Henriques, *ibidem.*, p.27.

situações contraditórias e conflituais. Neste caso não há coesão social, existe apenas luta por interesses pessoais. É o que parece ter havido na colonização e “desenvolvimento” da Região de Pinhal Novo visto que as origens, a cultura e a tradição dos povos que o colonizaram eram diferentes entre si.

Mas, face a todos os interesses passados e presentes, como tem evoluído o Pinhal Novo? O Pinhal Novo, que deve a sua “origem” ao dinamismo de José Maria dos Santos, tem vindo a revelar-se, nos últimos anos, como um importante centro estratégico sobretudo devido às suas acessibilidades, à vitalidade dos seus agentes económicos e ao dinamismo da sua população. De facto, O Pinhal Novo, pós José Maria dos Santos, tem conseguido “desenvolver-se” compabilizando o rural e o urbano, tanto no aspecto físico, quanto nas realizações de carácter cultural.

## Capítulo 2 -Património

É da nossa experiência quase quotidiana vermos desaparecer pontos de referência que balizam e constroem a identidade do grupo. Quase sempre sem que outras alternativas sejam consideradas. Alguns constituem elementos com força aglutinadora e denunciadora de intenções e esperanças colectivas- por isso se carregam de força simbólica. Nas freguesias do actual Concelho de Palmela pode encontrar-se uma grande variedade de património que, ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, foi construído (...) “sob a batuta e influência de poderosos encomendantes, como foram, entre outros, o Mestrado das Ordens militares, as confrarias e irmandades sediadas em S. Pedro, os Mestres da Ordem espartária, os senhores da Ordem de Malta, algumas famílias aristocráticas aqui sediadas e os poderosos latifundiários dos séculos XIX e XX”<sup>105</sup>

No que concerne, propriamente, ao Pinhal Novo, povoação sobre a qual tem incidido o nosso estudo, porque a ela está directamente ligado José Maria dos Santos, podemos dizer que existem poucos monumentos importantes, no sentido corrente. No entanto, existem e/ou existiram elementos que condicionaram, e construíram, aspectos colectivos da vivência do espaço e em função dos quais a população tomou atitudes e directa ou indirectamente, gisou comportamentos. Vejamos alguns deles:

A estátua de José Maria dos Santos<sup>106</sup> situada junto da Igreja de S. José, foi mandada construir em 1916, sendo os custos suportados pelos seus rendeiros, segundo referido na lápide que nela se encontra colocada. “ É formada por uma estrutura de pedra, esculpida, e pelo busto de bronze do benemérito, assinado pelo escultor Costa Motta Sobrinho (...). A alta estrutura, tripartida, é amparada dos lados por duas voluptas apoiadas no segundo degrau, cujos perfis apresentam uma decoração de parras e cachos de uvas, ligeiramente relevadas.(...) Uma placa de bronze, centrada por uma colmeia com três abelhas e em forma de brasão, encosta-se à parte inferior da estrutura, revestida com um baixo-relevo onde estão representadas alfaias agrícolas- uma pá, um ancinho, uma foice e uma

---

<sup>105</sup> Vítor Serrão e José Meco, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2007, p13.

<sup>106</sup> Cf. anexo IV, gravura nº. 8.

enxada- entrelaçadas por uma fita que empresta movimento à composição.”( ...)  
O busto de bronze é (...) uma magnífica escultura de pendor naturalista”...<sup>107</sup>

A Igreja Matriz que tem como “Orago” S.José,<sup>108</sup> inicialmente capela consagrada a Nossa Senhora das Candeias, foi construída, em 1872 e foi concluída em 1874, em terrenos cedidos por José Maria dos Santos à população de Pinhal Novo.” A actual frontaria mantém a porta de cantaria, com o seu arco abatido desadornado(...) encimada por uma janela que abriga uma imagem de *S.José*, de fabrico recente.(...) O corpo do templo, de nave única, inclui um coro alto sobre a entrada e dois altares colaterais”.<sup>109</sup>

O Coreto da Sociedade Filarmónica União Agrícola,<sup>110</sup> situado no jardim frente à estação da C.P.( Largo José Maria dos Santos), foi construído em 1927. “... De formato octogonal, o Coreto assenta numa plataforma de pedra lioz, com as faces almofadadas de mármore e acesso por uma escada dupla, cujo patamar apresenta na frente, gravada, a data « 19-6-927», certamente da inauguração. A protecção da escada e do recinto é feita através de um gradeamento de ferro forjado que no remate da escada apresenta uma lira adossada também de ferro. A estrutura está completada por oito colunas de ferro fundido nos ângulos da plataforma, sobre os quais assenta a cobertura em forma de chapéu arqueado”...<sup>111</sup>

A Estação de caminho de ferro<sup>112</sup> aberta a 1 de Fevereiro de 1861 foi demolida em 1931 e substituída por um pavilhão provisório de madeira enquanto durou a construção da Estação Nova, concluída em 1935. “ De arquitecto desconhecido, o edifício caracteriza-se pelo ar pesado e pouco elaborado”...<sup>113</sup>

O Palácio de Rio Frio<sup>114</sup> foi mandado construir em 1918 por António Santos Jorge, sobrinho e herdeiro de José Maria dos Santos. “...esta destacada obra da arquitectura civil portuguesa do início do século XIX impõe-se pela originalidade

---

<sup>107</sup> Vítor Serrão e José Meco, *ibidem*, p.322.

<sup>108</sup> Cf. anexo IV, gravuras nºs. 9-10.

<sup>109</sup> Vítor Serrão e José Meco, *ibidem*.,p. 313-314.

<sup>110</sup> Cf. anexo IV, gravura nº.11.

<sup>111</sup> Vítor Serrão e José Meco, *ibidem*., pp. 323.

<sup>112</sup> Cf. anexo IV, gravura nº. 12-13.

<sup>113</sup> Vítor Serrão e José Meco, *ibidem*., pp. 324.

<sup>114</sup> Cf. anexo IV, gravura nº.14.

da sua concepção, devida ao arquitecto José Luis Monteiro ( embora seja, com frequência, considerada projecto de José Ribeiro Junior).”<sup>115</sup>

O Monumento ao ferroviário,<sup>116</sup> construído em 1999, fica situado na rotunda do Largo da Quinta do Pinheiro...”algo rígido de figura, executada em «pedra rija» mas animado pelo bom enquadramento numa estrutura metálica que dinamiza as formas”...<sup>117</sup>

As grandes explorações vitivinícolas, que sofreram a influência da técnica e dos conhecimentos científicos praticados e desenvolvidos na, então, considerada “ maior vinha a nível mundial” mandada plantar por José Maria dos Santos.

Estamos, em face do exposto, perante um tratamento de território que merece um pouco de reflexão pelo seu Património Cultural. Como devemos defini-lo?

Neste espaço circunscrito do Pinhal Novo podemos defini-lo como sendo um legado de monumentos ( obras de arquitectura e escultura), de lugares (obras do homem) deixadas por gerações anteriores.

Num sentido mais abrangente, como é definido por diferentes autores “Património Cultural” engloba a componente arqueológica, industrial, etnográfica, educativa.” São espaços identitários marcados por sinais e símbolos que assinalam os percursos de vida de quem neles viveu e de quem neles foi deixando as marcas de sucessivas intervenções (...) Sinais e símbolos de poder ( político, administrativo, militar, religioso, operário ou burguês) ou de cultura ( monumentos, edifícios, ruas, largos, praças, esculturas, jardins ou apenas memórias)”.<sup>118</sup> Seja qual for o contexto, todo o indivíduo deve assumir a responsabilidade de defender, conservar e transmitir os bens da colectividade a que pertence.

Devemos defender não só a igreja, o palácio, mas o moinho de vento, as danças e cantares, o artesanato local, os costumes e histórias tradicionais, a vida animal e a flora. Do mesmo modo, quando se constrói uma casa, esta não pode perturbar as características do envolvimento local. O mesmo se aplica à evolução

---

<sup>115</sup> Vitor Serrão e José Meco, *ibidem.*, pp., 342.

<sup>116</sup> Cf. anexo IV, gravura nº. 15.

<sup>117</sup> Vitor Serrão e José Meco, *ibidem.*, p. 312.

<sup>118</sup> Leonel Fadigas, “Cidade e (é) Obra de Arte, Reflexão a propósito da regeneração dos núcleos urbanos antigos” in Pedro Gomes Barbosa (Coord.) e AA.VV, *Arte, História e Arqueologia- Pretérito (sempre) Presente, op. cit.*, p.240.

do artesanato: não se trata de repetir modelos do passado, mas sim de criar novos, respeitando as características da matéria –prima e da técnica tradicional.

As comunidades ao defenderem os seus usos e costumes tentam preservar uma forma de arcaísmo, uma tradição, que se revela na preservação de um modo de vida, um património, uma paisagem. Trata-se, com efeito, de cultivar a especificidade cultural e histórica de uma comunidade, o que implica a execução de políticas sistemáticas de protecção do seu património ( habitat, festas, costumes, artes populares), património que desempenha múltiplas funções, tanto a nível individual como colectivo: memória colectiva, identidade, testemunho, formação, instrução, diversão. A ideia de arcaísmo conjuga-se assim, em larga medida, com a ideia de “ narrativa das origens”.

É esta a verdadeira essência de uma comunidade, as origens. Preservando-as, é possível manter uma identidade de grupo que gera solidariedade dentro do grupo, já que todos se identificam e se revêem neste regresso ao passado. Mas será que devemos preservar tudo? Obviamente que não. Há que seleccionar o que se pode e deve preservar, tendo em conta as condições dos objectos, a sua recuperação e os meios técnicos e financeiros disponíveis.

Mas, preservar porquê e para quem? Preservar, porque o ambiente presente está enquadrado no ambiente definido pelo passado e toda a geração deve transmitir à geração seguinte, nas melhores condições, o legado artístico-histórico das gerações anteriores. No entanto, esse legado deve ser adequado ...” a uma política urbana activa, inteligente e inovadora, capaz de regenerar e refazer(...) numa perspectiva cultural de reforço do seu papel como núcleos organizadores da memória, da identidade e da vida urbana”<sup>119</sup>

É neste contexto e à medida que o interesse pelas antiguidades foi crescendo, que houve necessidade de definir normas de salvaguarda e de preservação do Património. As primeiras normas sobre o património remontam à Antiguidade e ...” há registo de alguns exemplos, em especial da época romana, nomeadamente um Decreto de cerca de 44 d.C., descoberto na cidade de Herculano, Itália,( ...) a bula do Papa Martinho V *Etsi in cunctar orbis* de 30 de

---

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, p.247.

março de 1425,(...) a bula do Papa Sisto IV *Quum provvida* de 25 de Abril de 1574" (...) *Proclamation agayns breakyng or defacing of monuments*; (de 19 de Setembro de 1560) da Rainha Isabel I de Inglaterra,(...) *Alvará em forma de Ley* (de 20 de Agosto de 1721) do Rei D. João V de Portugal"<sup>120</sup>.

Mas, também, ao longo dos tempos, os Estados têm produzido legislação que, de algum modo, tem conseguido salvaguardar o Património Mundial. "Portugal teve várias *Comissões dos Monumentos nacionais desde 1870* (de carácter temporário até 1893) e o primeiro Decreto(...) em 24 de Outubro de 1901."<sup>121</sup>

As normas sobre o património arquitectónico e arqueológico encontram-se agrupadas da seguinte forma: "as convenções, tratados ou pactos (aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos); as recomendações (...) sem carácter vinculativo; as resoluções do Conselho da Europa, (...) não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo; e os restantes actos: cartas, orientações, princípios, conclusões sobre determinada matéria (...) não têm carácter vinculativo."<sup>122</sup>

Entretanto, ao longo dos tempos, vários organismos internacionais têm chamado a atenção dos poderes políticos e da comunidade em geral para a salvaguarda do Património a nível Mundial.

Registemos alguns acontecimentos, a título de exemplo: "*A Convenção de Bruxelas*, de 27 de Agosto de 1874; *As Convenções de Haia*, de 29 de Julho de 1899; Conclusões do 6.º. Congresso Internacional dos Arquitectos, de 6 a 13 de Abril de 1904; *Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos*, em 1931; *Carta de Atenas dedicada ao urbanismo moderno*, em 1933; A UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; O ICOM-Conselho Internacional de Museus; O ICOMOS-Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios; O Conselho da Europa."<sup>123</sup>

Em Portugal, só após o 25 de Abril de 1974, a sociedade e os poderes autárquicos começaram a preocupar-se, verdadeiramente, com o "Património" e,

---

<sup>120</sup> Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, *Património arquitectónico e arqueológico-Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p13-14.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p.15.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, pp.15-16.

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*., pp.17-21.



acima de tudo, com a sua preservação. As razões podem ser de ordem política, cultural e também económica se se tiver como objectivo último o aproveitamento do turismo como forma de dar a conhecer e a rendibilizar as tradições.

Mas como será possível preservar se são enormes as dificuldades económico-financeiras dos Poderes Central e Locais? Como proceder se os poucos inventários que existem são da responsabilidade das autarquias e não têm sido trabalhados, tanto quanto sabemos, para serem inseridos numa investigação de conjunto? E que tem feito o poder Central? Sendo detentor das verbas que faltam às autarquias não deveria financiá-las tendo em conta o papel que as mesmas desempenham na defesa do Património? E as autarquias, têm sabido defender, convenientemente, o património concelhio? Quantas escavações de emergência têm sido feitas em locais onde estão a ser construídos imóveis com autorização camarária?

Embora compreendamos muitas das decisões tomadas a nível autárquico- porque são necessárias para financiar muitas das despesas com a actividade e serviços da Câmara-, entendemos, contudo, que elas devem ser bem ponderadas e o seu cumprimento deve passar por uma boa planificação, com organização de tempo e trabalho, no respeito pela legislação nacional e das normas internacionais. Devemos, pois, começar por um Inventário<sup>124</sup> que poderá ser considerado Parcial, de Estudo ou de Emergência consoante a definição que os técnicos e os poderes políticos lhe atribuírem.

É importante lembrar que o Inventário realizado a nível local deverá evoluir para o nível regional e que culminará no todo nacional. Só através desta actuação saberemos o que existe, onde existe e como existe. Seguidamente os poderes devem: classificar os achados; definir prioridades sobre o que há a recuperar; preparar cadernos de encargos para o que tiver sido considerado mais prioritário; quantificar os custos e os fundos a envolver e tomar as decisões convenientes, que poderão passar, eventualmente, por candidaturas a fundos comunitários e, também e porque não, por estabelecer parcerias público-privadas; contratualizar a manutenção e exploração dos espaços e responsabilizar os contratantes; envolver técnicos e cientistas por forma a poderem ser atingidos os objectivos definidos;

---

<sup>124</sup> Registo Patrimonial ( bens móveis e ou imóveis, quantidade, estado e localização)

preparar os apoios logísticos para recolha e identificação dos utensílios a encontrar.

Mas, para além de uma forma eficaz de gerir o tempo, é importante ter disciplina e maneira de colocar os planos em prática, bem como alguma flexibilidade para entender quando podem ser utilizados e quando devem ser alterados.

À medida que se inventaria o património deve proceder-se à abertura de uma ficha de levantamento, numerada, que deve ter como informação: a identificação do técnico que a fez; a identificação do local onde foi encontrado o objecto de estudo; o tipo, do objecto de estudo; a cronologia; o proprietário, a quem pertence; fichas anexas à principal, se houver que realizar acrescentos arquitectónicos, ou obras de reconstrução; a descrição, com as características do objecto estudado; a situação do imóvel, para se saber se está ou não classificado e qual o seu tipo de classificação ( se é um Monumento Nacional, ou um Imóvel de Interesse Público...). A ficha deve, ainda, ser acompanhada por plantas do local, fotografias e desenhos dos objectos encontrados. Para toda esta informação deverá ser criada uma base de dados a nível nacional que registará e controlará a informação actualizada permitindo que, com base na mesma, outras investigações se desenvolvam.

Entretanto, nesta preocupação constante de salvaguarda do património, em 1962, a UNESCO aprovou a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, que tem como objectivo " a salvaguarda do património construído e da paisagem que o sustenta (...) a necessidade de planear e agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, « a criação de emprego e a articulação de actividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as pequenas indústrias, as actividades de lazer, etc»".<sup>125</sup>

E a Escola, que papel se lhe deve atribuir quanto à preservação do Património? Deve ser um espaço fechado reservado unicamente ao ensino, ou deverá abrir "as portas" à comunidade envolvente e, com ela, procurar e ajudar a defender o "seu" Património?

---

<sup>125</sup> Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, *op. cit.*, p.34.

Retrocedamos no tempo. Quando a humanidade se começou a desenvolver e quando começou a produzir grandes civilizações, foi também confrontada com um problema que não se lhe apresentara anteriormente ou, pelo menos, com tamanha importância, a saber: o lugar que era obrigada a dar ao conhecimento adquirido e como transmiti-lo. Concretamente, isto traduziu-se pela obrigação, cada vez maior, de ter em conta os mecanismos de aprendizagem e de os garantir o mais eficazmente possível.

A humanidade não se enganou quando constatou que era preciso, necessariamente, dar lugar às exigências da aprendizagem e também um período da infância centrado sobre ela, adultos destinados a ajudar indivíduos durante a aprendizagem, edifícios construídos para acolher estes indivíduos, quantias monetárias destinadas a financiar estes empreendimentos, etc. Esta exigência fez-se sentir de uma forma especialmente forte quando a humanidade inventou a escrita, o que aconteceu na Mesopotâmia, nos III e IV milénios antes da nossa era, depois no Egipto, depois na Grécia e depois em numerosos pontos do globo. Há todo um conjunto de realidades e de valores que, com a escrita, entram na humanidade.

O problema que se vai pôr na escola, desde as suas origens, é o das suas relações com a cultura, ou seja, com essa realidade essencialmente interior, gratuita, e que, sob certos pontos de vista, pode parecer inútil.

Irá a sociedade aceitar que uma das suas principais instituições, a escola, se centre apenas, ou principalmente, no desenvolvimento do indivíduo e não na utilidade social? Irá, ao contrário, fazer da utilidade social a sua referência de base, de tal forma que a cultura se encontrará ora defendida ora considerada como um simples instrumento? Estes problemas põem-se a todas as sociedades a partir do momento em que entram numa determinada fase de desenvolvimento. Se a escola funciona e até se desenvolve, se não deixou de crescer desde a Idade Média, é porque na realidade o princípio cultural desempenha nela um papel muito importante, diremos mesmo um papel principal.

Na Renascença aspira-se à obediência do grupo social e à sua submissão, sem que a questão da sua produção e da sua rendibilidade seja posta de forma muito premente.

Na época moderna, pelo contrário, quer-se assegurar o crescimento colectivo através da produção mas sob a direcção de uma elite técnica e burocrática detentora dos instrumentos de comando.

De qualquer maneira, como é que as classes inferiores teriam acesso a uma cultura que apenas lhes é apresentada através de determinadas finalidades e com a condição de que as aceitem? Como é que por exemplo o filho do operário, de hoje em dia, que em princípio é capaz de descobrir a leitura e de dedicar-se a ela o pode fazer tendo em conta o quadro, o momento, o lugar em que lhe é ensinada? Os camponeses - a grande maioria da população, praticamente não participam na cultura, tenha forma escrita, visual ou oral.

E a sociedade contemporânea, que entendimento teve, e tem, da Escola? A Revolução Francesa marca a ruptura. A Revolução reclama a generalização da instrução pensando que esta constitui, só por si, o motor do progresso social e humano. A Revolução Industrial, por sua vez, ao necessitar de mão de obra especializada obrigava os governos a tomarem medidas no sentido de preparar homens capazes de trabalhar com eficácia técnica. Pela influência que recebeu destes dois movimentos o século XIX é, com justiça, considerado o século da educação. Agora a sociedade é concebida como uma grande máquina que os dirigentes políticos conduzem. No século XIX, os progressos da leitura através da alfabetização farão com que a escola assuma um papel importante, sendo a aquisição de sabedoria o objectivo seguido pela escola.

E em Portugal, qual o estado de alfabetização da sua população? Portugal apresentava, nos finais do século XIX, uma taxa de analfabetismo na ordem dos 76,00%,<sup>126</sup> o que revela a fragilidade das políticas centradas na educação e na cultura dos portugueses. No entanto, com a instauração do Liberalismo em Portugal, procurou-se alterar a situação mas, por razões sociais e económicas, tal não foi conseguido. Eram estas mesmas razões que permitiam que os ensinos particulares e domésticos coexistissem com o ensino oficial o que deixavam antever as dificuldades do estado. "A situação só viria a alterar-se a partir da década de oitenta, com maior incidência a partir da reforma de 1895".<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> Cf. "Censo da População no Reino de Portugal no 1º. De Dezembro de 1900" in Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jayme Moniz: Antecedentes, e destino histórico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p.50.

<sup>127</sup> Maria Cândida Proença, *ibidem*, p.48.

Assim, só no período de 1878 a 1881 é que as autoridades se começaram a preocupar com as causas profundas do absentismo escolar, apesar de já existir, há cerca de vinte anos a Direcção geral do Ensino, criada em 1859 por Fontes Pereira de Melo. “ A Reforma de 1878, promulgada por Rodrigues Sampaio contou com a colaboração de Jayme Moniz (...) nela eram abordados no diploma novas disposições sobre currículos e programas escolares, ensino normal e formação de professores, normas de inspecção escolar e propostas de dotações financeiras”<sup>128</sup>. Esta reforma tinha como inovação a descentralização do ensino atribuindo às Câmaras a responsabilidade do ensino primário e o pagamento do vencimento aos professores. Contudo, estes, receando não serem pagos no vencimento devido às dificuldades financeiras que as Câmaras atravessavam, opuseram-se à medida preconizada no diploma.

Em 1893, Bernardino Machado tendo sido nomeado Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, no Ministério de Hintze Ribeiro, introduziu novas orientações a nível do ensino com aulas de instrução primária masculinas e femininas, com cursos diurnos e nocturnos, em várias escolas industriais e procedeu à reorganização de cursos e currículos no ensino agrícola. Apesar de todas estas reformas, “ao longo do século XIX, o sistema de ensino foi uma autêntica manta de retalhos repartindo-se a responsabilidade sobre as diversas escolas por diferentes ministérios (...)”<sup>129</sup>

Temos vindo a falar de Escola, da sua organização ao longo dos tempos, de alguma regulamentação, levantando-se, agora, a seguinte questão: como avaliar o sistema escolar e a sua relação com o meio envolvente?

A Escola elementar, secundária, universitária não tem sido, quanto a nós, capaz de criar o gosto para a pesquisa pelas seguintes razões:

- porque depende em primeiro lugar da família e em segundo lugar do meio circundante não escolar;

- porque inserida num meio cultural e economicamente pobre, a escola não pode ter outro efeito que o de levar ao insucesso e à ignorância.

---

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*. p.63.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*., p.95.

As críticas feitas às escolas por diversas personagens têm sido, cada vez mais, numerosas levando a um afastamento progressivo entre ambas. “ Mas os professores e também os alunos, estão a ficar cada vez mais descontentes com este estado de coisas, o que os pode levar a considerarem as transformações, quaisquer que elas sejam, interessantes e inovadoras (...) A mudança torna-se, no essencial, uma ruptura com o hábito (...) faz-se para refrescar ideias, para eliminação do tédio e da repetição”<sup>130</sup>.

Mas uma transformação geral da educação é um processo longo que exige reflexão e aplicação constantes ao longo do tempo. Para Miguel Monteiro “... as mudanças não surgem de um dia para o outro, como por magia. São processos lentos que evoluem em termos teóricos, pelo que todo o próprio processo de transposição para a realidade prática, que não é uma questão simples, também se recente”.<sup>131</sup>

E o aluno, de que modo se revê na Escola? O aluno dispõe, na vida corrente, de um conjunto de informações sem relação umas com as outras e de que não é capaz de distinguir aquilo que lhe pode ser útil. Algumas dessas informações estão em relação com a realidade da vida, mas fora da realidade da escola. Outras formas de informação- como a televisão, por exemplo- propõem à criança modelos de acção fantasista que têm um grande impacto, mas que não têm relação nenhuma com a vida quotidiana e muito menos com a escola, o que leva o aluno a não procurar essa fantasia nas suas próprias acções.

O que a escola tem vindo a propor aos alunos são modelos de acção estruturados pelo adulto e que estão fora da realidade da vida. Perante a ausência ou a demissão dos pais, o professor torna-se, um dos poucos modelos de acção e de identificação disponíveis. Mas é um modelo limitado a certas actividades: as aprendizagens escolares e as actividades ditas intelectuais, que estão muito afastadas da vida da sociedade. A escola continua, efectivamente, a ser pensada em função das aprendizagens escolares e profissionais, tendo como objectivo responder às solicitações da sociedade.

---

<sup>130</sup> Ivor Morrish, *Para uma educação em mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p.30.

<sup>131</sup> Miguel Monteiro, *O Ensino da História numa Escola em Transformação*, Lisboa, Plátano Editora, 2003, p. 10.

Quais são as expectativas e que realidades? Quando falamos de educação, pensamos o conceito como um processo que constrói o indivíduo socialmente. Etimologicamente educar, significa "conduzir pela mão", o que quer dizer levar a atingir um fim, um objectivo. Hoje a Reforma do Sistema Educativo Português aponta para a formação de cidadãos com aptidões e competências fundamentais para aprender.

Como compreender as relações dos pais com a escola e com os filhos? Desde o início que o Estado Novo instaurou uma ordem baseada em princípios de autoridade indiscutível. A partir de 1926, o sonho de educação republicana começa a desvanecer-se e a alfabetização e a progressão dos estudos são considerados perigo para a estabilidade do povo português. Neste espírito foram educados avós, pais e professores dos alunos que hoje estudamos; algumas gerações, num tempo suficiente para que algo imposto de cima para baixo, passasse a dado adquirido, interiorizado e aceite como o modelo ideal e absoluto para formar as crianças.

As famílias rurais de hoje reflectem muito essa ideologia, são parte de uma identidade cultural que assim se quiz forjar. E tal foi o desejo que de facto se transformou em realidade: muitas famílias camponesas vêem ainda hoje como algo duvidoso, os benefícios resultantes da educação escolar prolongada, que arranca os seus filhos da produção doméstica e os faz ambicionar a fuga do campo para a cidade. E, assim, nos surge novo desencontro e choque cultural nas práticas educativas: as imagens que os pais têm da escola e as expectativas que daí advêm, com as realidades escolares de hoje; as novas metodologias e as novas estratégias que pelo menos alguns professores mais inovadores vão tentando implementar.

Neste ambiente e embora, ainda, se verifique o que acabámos de referir, constatamos, contudo, que "quando os pais se envolvem", as crianças têm melhor aproveitamento escolar e vão para melhores escolas. O problema, que agora se coloca, é o de poder suportar os custos inerentes, sejam eles em escolas públicas ou privadas.

Ora uma vez que a nossa pesquisa se circunscreve à região de Pinhal Novo e se desenvolve no universo de camadas de parcos rendimentos, as escolas privadas ficam fora do universo a investigar.

Prestemos atenção a dois alunos de camadas distintas. Ambos chegam à escola e são detentores de saberes resultantes da sua própria vida, mas divergem entre si porque cada um teve a sua experiência, logo a turma a quem é fornecido um currículo escolar único é bastante heterógenea culturalmente. Pergunta-se: estarão estes alunos em pé de igualdade? De que modo entenderão e defenderão o seu " Património"? Certamente, que de maneira muito diferente.

A problemática do comportamento escolar tem merecido a atenção de cientistas dos mais variados quadrantes, principalmente a partir da "Revolução de 25 de Abril de 1974", analisando normalmente o insucesso ou o sucesso.

No caso Português, a explicação mais difundida, seja por parte da investigação, seja pelo próprio Estado, tem colocado a tónica nas carências das crianças, aos mais diversos níveis. A hipótese central de todo o trabalho é a de que o conhecimento para a criação de relações sociais e para o desenvolvimento do trabalho produtivo é feito para além da escola. Todavia, a instituição escolar, seja na primária, ciclo preparatório ou secundário, existe e a ela estão obrigados a assistir rapazes e raparigas que acabam por aprender na escola da vida o que não conseguem aprender na dita instituição escolar. O problema que se coloca é o de, justamente, entender a contribuição do ensino no lar e do ensino na escola, na construção do conhecimento dos membros individuais da nossa sociedade.

Sem dúvida que o trabalho da escola, não deixa de ter importância nas concepções que os futuros adultos têm acerca da vida social. Mas há culturas onde os grupos são hierarquizados e o saber está dividido por sexo, assim como por organização de trabalho social. Entre nós o caso é diferente. A escola tem sido considerada como o lugar normal de ensino do património do conhecimento que o Estado-Nação tem desenvolvido através do tempo. As teses liberais desde muito, e no século XX em Portugal, tornaram obrigatório o acesso à escola e apostaram numa educação que permitisse, por igual, o acesso de todo o indivíduo a todo o conhecimento.



Programas, decretos e leis não têm contudo varrido uma realidade que parece gritante na aprendizagem: por um lado, a prática de trabalho dos pais de tradição oral que não permite o apoio e a reprodução do saber nos seus filhos; por outro lado, as condições de ensino com que se defronta o corpo docente no seu próprio acesso ao saber erudito e à produção de cultura para si próprios. Assim como o estudante tem sido e é depositário de um saber que o professor lhe oferece, também o professor é depositário de um saber que o Estado obriga a reproduzir.

Mas há um divórcio entre o que se ensina na escola e no lar. Também existe um divórcio entre o que um docente aprende quando é treinado para ensinar, e as sucessivas reformas do saber acumulado, fazem do ensino um campo de areias movediças que levam o docente a dois factos principais: a ter de reproduzir o seu saber a partir dos próprios manuais escolares adoptados; a desenhar um estudante ideal para encontrar um objectivo permanente na sua prática profissional. Por seu lado, o estudante encontra uma barreira forte entre o lar que lhe ensina as práticas sociais que lhe permitem viver, e a escola os saberes eruditos que manda saber o Estado.

Todas as pesquisas que efectuámos no decurso das nossas leituras revelaram-nos um esquema fundamental, inerente ao sistema de ensino, o do conhecimento obrigatório, que se opõe, ao do conhecimento livre. Uma das consequências mais importantes, desse complexo técnico-autoritário é a importância dada ao diploma. A importância dada a esse objecto explica-se pela exigência do sistema social vigente que "exige" pessoas competentes, para preenchimento de lugares e de funções. Por outras palavras: o diploma avalia, classifica, define. Quanto ao sistema escolar considera um insucesso terrível o facto de certos indivíduos não obterem diplomas. Mas ao consegui-los a sociedade aceita-os, valoriza-os, incorpora-os e, logo, controla.

Fala-se cada vez mais na realização de exames como forma de fazer saber ou mostrar que se sabe em determinado momento. Será esta a forma ideal? Esta barreira é construída porque o aluno tem de responder à escola com a avaliação, e ao lar com trabalho; e, se a avaliação é negativa, as suas possibilidades de

progredir escolarmente são virtualmente inexistentes enquanto que, se não responder ao trabalho do lar, o seu sucesso na vida é virtualmente impossível.

A prática escolar é, assim, uma aprendizagem paralela à prática da vida. Mas, é, essencialmente, na família que se começam a moldar as estruturas mentais do indivíduo. As formas de pensar que aí se geram poderão vir a favorecer, ou contrariar a mudança que se pretende com a remodelação cultural da escola.

Qual a função da escola na preservação do património local? A escola deve sensibilizar os alunos e respectivas famílias para o conhecimento do Património Local e Regional onde vivem, responsabilizando-os para a sua protecção, preservação e valorização. Ao fazê-lo envolve-se com a área que a circunda e com a origem do seu património.

Com que actividades? Colaborando com os poderes autárquicos, propondo actividades curriculares fora do espaço da escola, colaborando em inquéritos científicos básicos, na investigação de problemas relacionados com a educação, em entrevistas e em visitas aos sectores de actividade da região, museus, arquivos, bibliotecas, jornais locais e regionais, Câmara Municipal, Junta de Freguesia e a outras instituições de interesse. Estas actividades, se bem orientadas, permitem conhecer e dar a conhecer os problemas e as virtudes da região e do País e desenvolvem massa crítica no aluno.

E o professor que "papel" deve desempenhar? O professor, devido à sua precária situação perante o saber, estabilidade e situação profissional tornaram-no um ser fragilizado mas, continua a ser ele, o interlocutor do saber. " Ser professor implica ser bom observador,(...) ter a percepção para identificar os alunos que têm dificuldades em estar concentrados, que se agitam nas cadeiras, que têm conversas paralelas e que manifestam comportamentos menos correctos.(...) Perante alunos com estas características têm de ser definidas estratégias diferenciadas, que conduzam ao sucesso das suas aprendizagens, quer cognitivas, quer transversais, de modo a se fazer destes alunos cidadãos"...<sup>132</sup> "No

---

<sup>132</sup> Ana Cristina Marques dos Reis, *A Dimensão Cívica da História Regional e Local- Contributo para uma Didáctica do Património*, Lisboa, Dissertação discutida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 21-22.

entanto, um professor só consegue atingir estes objectivos com êxito (...) se a sua avaliação for para além da aquisição de conhecimentos, se souber apostar numa «relação educacional» positiva”.<sup>133</sup>

Muito embora as reformas educativas tenham vindo a incrementar um conjunto de conceitos que apelam à interligação da escola com o meio onde se insere, na prática, o professor, pouco mais conhece que a profissão dos pais dos alunos, a residência, transporte utilizado para a escola, do qual está, só recentemente, a usar esse conhecimento para agir com o aluno.

“ Numa época de desassossego geral e de rupturas das estruturas sociais, o professor é chamado a experimentar inovação após inovação”...<sup>134</sup> “ Ao nível de mudança ideal (...) temos as modificações nas dimensões e âmbito da operação, que exigem decisões sobre o emprego do dinheiro disponível, os equipamentos a escolher(...) há que contar com a aquisição de novas técnicas, com a formação e reciclagem de professores (...) há que pensar no ensino em equipa e nos trabalhos de grupo(...) há a modificação dos objectivos(...); nestas condições o professor torna-se um auxiliar que não dirige”.<sup>135</sup>

Mas a definição de novos patrimónios está a colocar novos desafios à comunidade e aos professores. Assim, em 1962, a UNESCO aprovou a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*. Esta Recomendação teve como objectivo chamar a atenção para a importância científica e estética das paisagens, factores fundamentais nas condições de vida das populações. É neste estreitar e entrelaçar de conhecimentos orais e escritos que o professor tem um papel fundamental na identificação e preservação do património.

Como pode o professor contribuir para a investigação e conservação do património? Agrupando as pessoas interessadas no processo, os pais dos alunos, alertando as entidades locais, escrevendo no jornal da terra, propondo visitas guiadas” e elaborando “ trabalhos de Projecto” para os alunos, como estratégia didáctica. De referir que o trabalho de projecto, surgiu no seguimento do

---

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

<sup>134</sup> Ivor Morrish, *op. cit.*, p.10.

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*, pp. 39-40.

movimento de educação progressista, associado ao pensamento de John Dewey<sup>136</sup>, que define o experimentalismo, o apelo aos interesses dos alunos, a preocupação de ligar a educação a objectivos pragmáticos e práticos e reconhecimento de diferenças individuais no ritmo de projecto.

Contrariamente à metodologia tradicional, onde a aprendizagem não era mais do que receber os ensinamentos do professor o “ Trabalho de Projecto”, tem por meta a aprendizagem dos alunos, por esforço próprio, resolvendo problemas que surgem no percurso de cada trabalho e que se resolvem no encontro dos seus interesses, necessidades e motivações, em trabalho de equipa.

Foi neste contexto e na sequência da investigação que efectuámos em 2005<sup>137</sup>, continuada em 2008, sobre a actividade vitivinícola de José Maria dos Santos que conversámos com o Senhor Doutor Nuno Miguel Lopes Branco, proprietário e gerente da Sociedade Vitivinícola A.L.S.Tomé, no Pinhal Novo, o qual foi discorrendo sobre o programa, métodos e utensílios utilizados na exploração vinícola<sup>138</sup> com resultados benéficos, para os alunos e professores então envolvidos, e para própria escola onde se encontra um dossiê constituído.

Mas, se considerarmos que “ o meio ambiente é causa de um certo número de factores que dão ao sistema de ensino a predisposição e os meios para efectuar mudanças” <sup>139</sup> talvez possamos concluir que é possível que os melhores sistemas sejam aqueles que se aproximem mais do processo industrial de pesquisa e desenvolvimento, adaptados ao ensino e que melhor nos ajudem na preservação do “nosso património”.

---

<sup>136</sup> J. Dewey (1859-1952) nasceu em Burlington (Vermont). Estudou na Universidade de John Hopkins, em Baltimore, onde foi discípulo de filósofos de nítida influência hegeliana como George Silvester. Doutorou-se em Filosofia e Pedagogia e foi professor nas universidades de Chicago e de Columbia em Nova York. Dados recolhidos in Maria Cândida Proença, *op.cit.* pp. 34-35.

<sup>137</sup> Esta entrevista é a continuação da que realizámos conjuntamente com o Prof. Valdemar Bravo quando fazíamos o estágio na Escola Básica dos 2º. E 3º. Ciclos José Maria dos Santos, no Pinhal Novo, em 2005.

<sup>138</sup> Cf.anexo I, doc nº. 32.

<sup>139</sup> Ivor Morrish, *op. cit.*, p.31

## **Conclusão**

Ao escrevermos sobre José Maria dos Santos não pretendemos julgar a sua personagem mas, sim descrever, compreender, reflectir e procurar a sua vida através de testemunhos e vestígios materiais.

Uma das principais características da nova história narrativa é o procurar explicar os pontos de vista, caracterizando-os. Foi isso que procurámos nos testemunhos, orais e escritos, de indivíduos situados em posições geográficas, sociais e políticas diferentes.

Através do anexo III, mapa nº. 2, podemos verificar os contrastes que opõem, no continente, a topografia e o relevo do território a norte e a sul do rio Tejo; da existência de uma faixa litoral menos acidentada, em oposição às regiões planálticas e montanhosas do interior.

Uma certa diversidade regional pode ainda ser notada quando se comparam as características da cobertura vegetal e os regimes hidrográficos, que acentuam a diversidade climática entre as metades setentrional e meridional do continente.

Aos povoamentos de árvores de folha caduca, com particular extensão na parte setentrional do país, sucedem-se já a sul do rio Tejo as de folha persistente (sobreiro, azinheira).<sup>140</sup>

Assim se a natureza e as características topográficas de toda a região litoral permitiram o desenvolvimento de uma faixa onde as facilidades de circulação se tornaram evidentes, por outro lado as condições climáticas, acusando uma acção benéfica e moderadora do oceano, favorecera o desenvolvimento das actividades agrícolas, o que terá levado muitas populações das regiões mais acidentadas do interior a trocaram os seus modos de vida da montanha, pela vida agrícola do fundo dos vales e das planícies.

Com a realização do primeiro Recenseamento da população em 1864, passamos a dispor de informações precisas sobre a distribuição e o crescimento da população portuguesa que se pode traduzir por um acréscimo da população

---

<sup>140</sup> Cf. anexo III, mapa nº. 8.

residente, que duplicou em menos de um século e por um aumento das densidades populacionais, em particular nos distritos do litoral, de Braga a Setúbal.

Embora o crescimento se tenha processado até essa data de forma contínua e regular, parece-nos no entanto oportuno salientar a importância das pestes e das guerras como as principais responsáveis pelas perdas dos habitantes. Com efeito para além das guerras e das epidemias, a emigração tem sido um dos grandes responsáveis não só pelas perdas directas que acarreta, mas pelas variações que induz na própria natalidade, sobretudo quando se contam entre os emigrantes, muitos jovens em idade de procriação.

Esta situação, que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, realça um certo número de desequilíbrios de natureza demográfica, económica e social.

Como já referimos, o conhecimento exacto da população portuguesa só a partir de 1864 pode ser feito com algum rigor, dado que só então se iniciou a realização periódica da contagem dos habitantes

Dos seus habitantes há a notar um crescimento bastante lento ocasionado pela “fuga” constante para os países da América do Sul durante o século XIX e, a partir dos anos cinquenta do século XX para o velho Continente. Esta situação, que tem a ver não só com o nível e o desenvolvimento recente da agricultura, do comércio e da indústria, tem como razões históricas mais antigas, que se podem encontrar nas prioridades de valorização dos recursos naturais e humanos disponíveis no território.

Daí a demora relativa no processo de industrialização e urbanização, de reformas no sector agrícola e na melhoria das condições sociais e de ensino dos seus habitantes.

A ausência de uma revolução industrial, semelhante à que no decurso dos séculos XVIII e XIX se operou em algumas regiões do centro da Europa, é em parte responsável pelo processo actual de industrialização do continente português, limitado à faixa litoral, desde Setúbal até Viana do Castelo.

Com efeito, a participação de Portugal neste processo ficou parcialmente reduzida desde o início do Século XVIII, quando após a celebração de vários acordos com a Inglaterra, em particular do Tratado de Methween (1703), se

acordou a importação maciça dos têxteis ingleses e a equivalente exportação dos vinhos do continente para aquele país.

Esta situação manteve-se praticamente durante todo o século XIX e só durante o último quartel é que se alterou, em particular depois de 1892 após a promulgação de uma pauta aduaneira, que veio a facilitar a instalação de novas indústrias: químicas, alimentação, cimentos.

Chegados, assim, ao limite da nossa "obra", precisamos projectar alguma luz sobre o papel que José Maria dos Santos desempenhou nos destinos da lavoura portuguesa durante o século XIX, na projecção de Pinhal Novo e do seu património. Para o conseguirmos tivémos que recorrer frequentes vezes às fontes jornalísticas cuja importância é realçada por António Ventura ao afirmar que, ..."A análise do seu conjunto proporciona-nos outros dados a partir dos quais é mais fácil recriarmos o quotidiano urbano- agenda, notícias pessoais, casos de polícia, (...) ou as repercussões de acontecimentos endógenos ou exógenos".<sup>141</sup>

A imprensa regional e local afirma que José Maria dos Santos ficou conhecido como o "Grande Agricultor" que ajudou ao desenvolvimento sócio-económico da Zona de Pinhal Novo com base na plantação da dita " maior vinha do mundo". Tal medida provocou migrações internas e levou à fixação de populações na referida Zona. Realçando, na sua essência, as deficientes condições económicas responsáveis pelo acelerar do movimento migratório.

Não dispomos de documentação sobre a infância de José Maria dos Santos até à sua entrada no Exército. Mesmo no desempenho das suas funções militares, a própria documentação a que tivémos acesso é fraca e por vezes limitada na informação que regista. Sobre o curso de veterinário não encontrámos registos que dissipassem as nossas dúvidas. Também não encontrámos documentos que pudessem descrever a sua vida familiar, antes e enquanto casado, ou a da totalidade dos bens que possuía, fossem eles mobiliários ou imobiliários.

De uma forma genérica os arquivos, a que tivémos acesso e que consultámos, só forneceram elementos pontuais para o conhecimento e actividade

---

<sup>141</sup> António Ventura, *A importância das fontes jornalísticas na história local-Portalegre no Séc.XIX*-Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984, p. 470.

de José Maria dos Santos. A informação suportada por documentos começa no desempenho dos cargos públicos e políticos e, após o seu casamento.

José Maria dos Santos viu e soube aproveitar o que a situação social e política da época lhe disponibilizava. Seria, contudo, absurdo ignorar ou não reconhecer os imensos talentos, em todos os campos e a envergadura deste investidor. Ele considerava em si mesmo uma qualidade essencial, a mais importante e insubstituível: uma firmeza de espírito que consiste não em ser precipitado, e o de fazer recair inteiramente sobre si a responsabilidade da decisão.

A protecção da propriedade, de toda a propriedade, converteu-se em pedra angular da política de José Maria dos Santos, subordinando quando lhe era permitido e necessário os interesses dos outros lavradores aos seus interesses. Os principais motivos da política económica de José Maria dos Santos eram o desejo de dar à “sua” agricultura um lugar de topo no mercado nacional pelo que, como referimos, apoiou directa e indirectamente os Projectos de Lei convenientes.

No domínio das relações com os seus empregados, José Maria dos Santos soube conciliar a sua actividade de patrão com a de “benemérito e insigne lavrador”. A explicação talvez se encontre no facto de os trabalhadores compreenderem intuitivamente que a forma como José Maria dos Santos geria a sua lavoura, era para eles mais vantajosa do que as antiquadas ideias feudais ou o recurso à emigração.

José Maria dos Santos apresentava-se como o representante de uma era nova, industrial e progressista no domínio económico, e as suas ideias representavam um papel “revolucionário” abalando as bases do Portugal feudal.

A ausência de documentos não nos permitiram ir mais longe na nossa pesquisa .

Pelo que constatamos também Anibal de Sousa, ao continuar a sua pesquisa sobre “Quem foi José Maria dos Santos” se lamenta do mesmo facto ao afirmar que ...” as grandes jornadas de homenagem, logo a seguir à sua morte, foram seguidas por um enorme e inexplicável silêncio. Ninguém mais se lembrou



desse homem, na altura dito tão importante e tão benemérito. Consta-se até que foram incendiados os seus espólios, livros e documentos."<sup>142</sup>

Em face do exposto, parece não restarem dúvidas que o que conseguimos reunir são discursos sobrepostos sobre uma vida que se desenrolou sobre a influência de circunstâncias variadas, das quais os documentos encontrados não nos podem dar senão uma pálida imagem e que por isso deixam a investigação em aberto.

A pergunta mantém-se. Quem foi José Maria dos Santos? O que o fez tornar-se no denominado "Grande Agricultor"?

É nosso entendimento, face aos elementos de informação compulsados, que José Maria dos Santos não foi somente o "Grande Agricultor" mas complementou essa actividade com a de Veterinário, de Político, de Capitalista e, sobretudo, com a de "Grande Investidor" que soube viver a sua época, capitalizar os conhecimentos adquiridos, fossem eles de ordem social, económica ou política.

Monárquico e Regenerador? Com certeza. Progressista? Também, porque soube compreender que a sua época era de mudanças e que a agricultura não podia progredir sem o mercado oferecido pelo crescimento da indústria.

Defensor do regime? Sim. Embora não tenhamos encontrado documentos que o pudessem comprometer politicamente, soube apoiar, através de Projectos de Lei, medidas que protegessem a agricultura nacional, quer fosse através da imposição de taxas aos cereais importados ou pela diminuição dos impostos sobre os produtos a exportar.

Defensor do património? Embora o conceito de património da época não fosse tão abrangente quanto o dos nossos dias, José Maria dos Santos ao criar e dando consistência a um projecto sócio-económico, inovador e de grande dimensão; ao envolver populações oriundas de locais distintos do Reino que traziam consigo usos, costumes e culturas diferentes e ao integrá-los no "seu" projecto pessoal de "Vitivinicultor", promoveu a construção e defesa do património local e regional.

E depois de José Maria dos Santos?

---

<sup>142</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº.38, Setembro de 1984, p. 5.

Dados os poucos vestígios encontrados seria interessante ir mais além na sua “biografia”. Seria um desafio conhecer como se manteve o património após a sua morte. Conhecer o cadastro das propriedades; se as mesmas mantiveram a área inicial ou se foram fragmentadas; se foram vendidas e quantas vezes mudaram de proprietário; se são pertença de cidadãos nacionais ou de estrangeiros; qual o tipo de actividade que mantêm e como se faz a sua exploração; se os actuais proprietários recorrem ao crédito a curto, médio ou a longo prazo como forma de financiamento das suas actividades.

A controvérsia é própria da História, sabemos isso, contudo, será através da continuidade dos caminhos de investigação, agora iniciados que poderemos, sem rodeios e baseados em documentação, aprofundar o nosso conhecimento sobre uma figura algo polémica mas tão interessante como é a de José Maria dos Santos.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **I - FONTES**

#### **1- FONTES MANUSCRITAS**

##### **1.1- ARQUIVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Caixa D/1 - *Comissão Administrativa* - (1869-1873), (1875-1882), (1885-1891).

Arquivo nº. 2640. - *Comissão de Verificação de Poderes* – 1879.

Caixa D/5 - *Comissão da Fazenda* - (1870), (1875-79), (1883-1885), (1891).

Caixa D/18 - *Comissão da Agricultura* - (1870-1873), (1875-1880), (1882-1885), (1887), (1891) e Arquivos nºs. de 1825 a 1831).

Caixa D/78 - *Comissão do Comércio e Artes* - (1870), (1878-1879).

Caixa D/43 - *Comissão de inquérito sobre o Imposto do Sal* - (1885).

##### **1.2 - ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO**

1853-1859. *Registos Paroquiais de Lisboa, freguesia de Santa Isabel, Casamentos*, (C 15) - pp.,136-137 - Cx. 1529544. Rolo do microfilme nº. 1109-SGO.

##### **1.3 - ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

*Synopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, durante a sua gerência (1849/1852).*

1.4-ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (ARCO DO CEGO), *Matadouros*, Cx. 86/SGO, C 20-23.

##### **1.5- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR**

*Processos individuais-José Maria dos Santos*, Cx.3673.

*Ordem do Exército* nº. 21 de 5 de Abril de 1830 - Caixa 4-D/33.

*Ordem do Exército* nº. 5 de 20 de Janeiro de 1837 - Caixa 4-D/33.

*Ordem do Exército* nº. 22 de 26 de Maio de 1845 - Caixa 4-D/41.

*Ordem do Exército* nº. 5 de 31 de Maio de 1851- Caixa 4-D/57.

*Ordem do Exército* nº. 5 de 23 de Janeiro de 1856 - Caixa 4-D/52.

*Ordem do Exército* nº. 23 de 10 de Maio de 1856 - Caixa 4-D/52.

*Ordem do Exército* nº.49 de 17 de Outubro de 1856 - Caixa 4-D/52.

*Ordem do Exército* nº.43 de 30 de Setembro de 1858 - Caixa 4-D/54.

1.6-BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DO  
EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO  
TERRITÓRIO, *Processos individuais-José Maria dos Santos.*

## 2 - FONTES IMPRESSAS

### 2.1 - Publicações periódicas

#### 2.1.1 - Publicações Oficiais.

*Censo da população no Reino de Portugal no 1º.de Dezembro de 1900*, 1º. Vol.,  
Lisboa, Imp. Nacional, 1905.

*Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869-  
1890.

*INE - Instituto Nacional de Estatística, Recenseamentos de 1864 a 1920.*

*Portugaliae Monumenta Historica, Leges I.*

#### 2.1.2 - Imprensa e artigos de imprensa

CABRITA, José António, "Quem foi José Maria dos Santos"., *Linha do Sul*, Pinhal  
Novo, nº. 164, p. 5, nº. 165, p. 5 e nº. 166, p. 5.

CAROLINO, C., " Subsídios para história de Pinhal Novo", *Linha do Sul*, Pinhal  
Novo, nº. 10, p.4.

*LINHA DO SUL*, Pinhal Novo, nºs. 1, 8, 26, 28, 33, 38, 42, 58, 93, 165 e  
166.

*REVISTA DE SETÚBAL*, nº. 124, de 18 de Novembro de 1886.

SOUSA, Aníbal de, " Quem foi José Maria dos Santos?", *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 25, p. 1 e nº. 27, p. 4.

## II-BIBLIOGRAFIA.

### 1-Instrumentos de trabalho

#### 1.1-Dicionários Históricos e Enciclopédias

*DICIONÁRIO BIOGRÁFICO PARLAMENTAR, 1834-1910, vol.III (N-Z)*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.

*A ENCICLOPÉDIA*, vol.30, Lisboa, Editorial Verbo, 2004.

*GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA*, vol. XXVII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s/d.

#### 1.2-Estudos e Ensaios sobre Portugal

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Ed. Verbo, 1974.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

AMARAL, J. Duarte - *O Grande Livro do Vinho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

BARBOSA, Pedro Gomes, (Coord.) e AA.VV., *Arte, História e Arqueologia - Pretérito (sempre) Presente*, Lisboa, Ésquilo, 2006.

BESSA, José Marcelino de Almeida (coord.), *Manual para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

BIROU, Alain, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

BRAZ, Mário Batista, *A Medicina Veterinária Portuguesa. Um Século de Notabilidades. Licenciaturas de 1830 a 1839*, Lisboa, Ordem dos Médicos Veterinários, 1996.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no Século XIX*, 2ª. ed., rev. e acresc., Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

CABRITA, José António - *Entre a Gândara e a Terra Galega*, Pinhal Novo, Junta de Freguesia do Pinhal Novo, 1998.

Idem, José Maria dos Santos. *E antes do "grande agricultor"?*, Pinhal Novo, Junta de Freguesia Pinhal Novo, 1999.

CHAVES, Luis, " As Grutas da Quinta do Anjo ou Grutas de Palmela, in *Livro Comemorativo das Festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal no Concelho de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1941.

DIAS, Mário Balseiro, " Palmela, Aldeia Galega do Ribatejo e a romaria de Nossa Senhora da Atalaia", *História de Palmela ou Palmela na História*, col. Estudos Locais, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1988, pp.13-35.

FONSECA, Fernando Taveira da, « Estruturas e Conjunturas Sociais: Elites e Classes Médias» in José Mattoso, (dir.), *História de Portugal, vol.V, O Liberalismo (1807-1890)*, (Coord. de) Luis Reis Togal e João L. Roque), Lisboa, Editorial Estampa, (s.d.),

GIRÃO, Aristides de Amorim e VELHO, Fernanda Lopes. *Migrações Internas; 1890-1940; Estudos da População Portuguesa* (C. E. G. U. C.) .

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* ,4ª. ed., Lisboa, Arcádia, 1980.

HANDERSEN, Hans Christian, *Uma Visita em Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação, 1984.

HENRIQUES, José Manuel, *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher, 1990.

LEAL, Ernesto Castro et alli, *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela, Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*. Colecção Cadernos Locais- Volume I, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1998.

LOPES, Flávio, CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico - Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

MAIO, José Alberto Fraga Martins e outros, *Direcção dos Serviços de Abastecimento (um contributo para a sua história)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Direcção dos Serviços de Abastecimento Divisão de Apoio Técnico, 1988.

MARTINS, Conceição Andrade, " Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso São Romão e José Maria dos Santos", -*Análise Social*, nº. 116-117., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 380-381.

Idem, " José Maria dos Santos", *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. III (N-Z), 1834-1910, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 581-583.

MATOS, A.C./M.C.Andrade Martins/M.L.Bettencourt, pref. Jaime Reis, *Senhores da Terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

MATOS, Luis Salgado de, *Investimento Estrangeiro em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

MENDES, J. Amado, «Estruturas e Conjunturas Económicas: Evolução da Economia Portuguesa», in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol.V, *O Liberalismo (1807-1890)*, (Coord. de Luis Reis Torgal e João L. Roque), Lisboa, Ed. Estampa, (s.d.).

MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e industriais (1870-1914)", *Análise Social*, nº.99, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 819-863.

Idem, *D. Pedro V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Temas e Debates, 2007.

MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Didáctica da História. Teorização e Prática: algumas reflexões*, Lisboa, Plátano Editora, 2001.

Idem, *O Ensino da História Numa Escola Em Transformação*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003.

MORRISH, Ivor, *Para uma educação em mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

OLIVEIRA MARQUES, A. H.-*Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edição Cosmos, 1978.

Idem, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1974.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho do Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963.

PORTAS, Nuno, "Sobre Alguns Problemas de Descentralização". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura, 1988.

PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz: Antecedentes e destino histórico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos Finais do Século XIX*, Lisboa, Caminho, 1992.

REIS, Ana Cristina Marques dos, *A Dimensão Cívica da História Regional e Local- Contributo para uma Didáctica do Património*, Lisboa, Dissertação discutida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

RIBEIRO, Orlando, *As transformações do povoamento e das culturas na área do Pinhal Novo 1911*, Lisboa, 1997.

Idem, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico* – 7ª. ed., rev. e ampl., Lisboa, Sá da Costa, 1998.

Idem, *A Arrábida: esboço geográfico*, "Lisboa Revista da Faculdade de Letras", 1936.

Idem, *A Arrábida: esboço geográfico*, Lisboa "Revista da Faculdade de Letras", 1957.

RODRIGUES, António Simões, (coord. de), *História de Portugal em Datas*, (s.l.), Círculo de leitores, 1994.

SERRÃO, Vitor, MECO, José, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2007.

SILVA, Dr. José Augusto V., (trad.), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147): Narração pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial* (Texto Latino), Lisboa, S.I. da C.M.L., 1935.

SOBRAL, José Manuel e ALMEIDA, Pedro Ginestal Tavares de, "Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901", *Análise Social*, nº. 72-73-74, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp., 649-671.

VENTURA, António, *A importância das fontes jornalísticas na história local - Portalegre no Séc. XIX* - Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984.



## **Anexos**

**I - Documentos**

**II - Quadros**

**III - Cartografia**

**IV - Gravuras**

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 1 - As grandes datas da vida de José Maria dos Santos**

**1831** - 1 de Dezembro, José Maria dos Santos nasce na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa.

**1847** - Entrou para a Escola Veterinária Militar como aluno interno pensionista do Estado.

- Assinatura da Convenção de Gramido que coloca termo à guerra civil confirmando a vitória do governo cartista

**1849** - Regresso ao poder de Costa Cabral, apoiado por Saldanha, que assumirá a chefia do governo.

- Reorganização militar do país

**1851** - José Maria dos Santos obtem a Carta Geral de aprovação do Curso da Escola Veterinária Militar.

- Abril-Golpe político-militar, chefiado pelo marechal - duque de Saldanha que deu origem ao governo constitucional "regenerador".

- 26 de Maio. José Maria dos Santos assenta praça no 2º. Regimento de Artilharia como primeira praça de Veterinário conforme Ordem do Exército nº.5 de 26 de Maio e informação referida em 1 de Janeiro de 1852 pelo 2º. Regimento de Artilharia de Lisboa.<sup>143</sup>

- Foi nomeado para "Facultativo Veterinário Militar..." com a graduação de Alferes por proposta do Marechal Saldanha, despacho da Rainha D. Maria II e comunicação do Ministério do Exército de 26/5/1851<sup>144</sup>

**1852** - 13 de Dezembro. Uniformização do sistema de pesos e medidas

**1853** - Morte de D. Maria II e regência de D. Fernando

**1855** - Aclamação de D. Pedro V

- 24 de Outubro - Extinção do Concelho de Palmela que passou a pertencer à comarca e concelho de Setúbal até 1926.

---

<sup>143</sup> Cf.anexo I, docs. nºs. 2 e 3.

<sup>144</sup> Cf.anexo I, docs. Nºs. 4 ,5, 6 e *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 165-Julho de 1995, p.5.

## **Anexo I**

### **(Cont. Doc. nº. 1)**

**1855-1856** - Acentuado fluxo migratório para o Brasil

**1856** - 12 de Março. A Repartição de Agricultura da Direcção do Comércio do Ministério das Obras Públicas resolve requisitar José Maria dos Santos a fim de organizar a estatística de consumo de carnes de Lisboa.

- 19 de Maio. O Exército dava o seu acordo ao pedido formulado pela Repartição da Agricultura.

- Inauguração do primeiro troço de caminho de ferro, Lisboa-Carregado (36 Km).

- 29 de Outubro. Com antiguidade a 13/8/56 é promovido a " ...Tenente Facultativo-Veterinário..." ao abrigo da Carta de Lei de D. Pedro V de 24/04/56

**1857** - 31 de Dezembro. José Maria dos Santos casa com Maria Cândida Ferreira Braga São Romão

**1858** - 11 de Setembro. O Quartel General do Exército apresenta ao Rei D. Pedro V o pedido de demissão de José Maria dos Santos das funções que exerce no exército. <sup>145</sup>

- 15 de Setembro. D. Pedro V autoriza e decreta a demissão de José Maria dos Santos das funções que exerce no Exército. <sup>146</sup>

**1860** - Integra a Comissão Instaladora da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP)

**1861** - Em 21 de Fevereiro é inaugurada a linha férrea entre Barreiro e Setúbal.

**1863 e, de 1866 a 1868** - Pertence aos corpos directivos do Banco de Portugal.

**1869** - Inicia a vida política activa no Partido Regenerador, com o patrocínio de Fontes Pereira de Melo.

- Concorre às eleições no círculo de Redondo, que ganhou com uma margem de 500 votos (juramento a 1/5/69).

**1870** - Concorre nas duas eleições no círculo de Redondo. (Juramento a 11/4/70 e 18/11/70).

---

<sup>145</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 7.

<sup>146</sup> Cf. anexo I, doc. nº. 8 e *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 166, Agosto de 1995, p.5.

## **Anexo I**

### **(Cont. Doc. nº. 1)**

**1871** - Concorre às eleições no círculo de Redondo (Juramento a 27.7.1871).

**1874** - Concorre às eleições pelo distrito de Évora, onde venceu (juramento a 23-1-79)

**1879** - Voltou a mudar de círculo eleitoral, concorrendo e fazendo-se eleger pelo recém-criado círculo de Aldeia Galega (juramento a 14.1.1880).

**1881** - Reeleito pelo círculo de Aldeia Galega, juramento a 20.1.1882;

**1884** - Reeleito pelo círculo de Aldeia Galega, juramento a 27.12.1884;

**1885** - Nas primeiras eleições de pares do Reino fora já eleito para a Câmara Alta por Évora ( posse a 16.2.1886), perdendo o lugar de deputado.

- 24 de Julho. Acto Adicional à Carta Constitucional que visa uma progressiva democratização do sistema político através da restrição do poder do rei, da supressão do pariato hereditário e fixação do número de membros da Câmara dos Pares.

- 5 de Dezembro - D. Pedro V, por Decreto, determinou que a " Escola Veterinária Militar" era "incorporada no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa".

**1887/90** - José Maria dos Santos faz parte da Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas

**1887** - É eleito pelo círculo de Aldeia Galega .( Juramento a 13.4.87;

**1888** - Integra a Comissão Central da Exposição de Vinhos Portugueses em Berlim.

**1889** - Morte de D. Luís I e início do reinado de D. Carlos I.

- A linha férrea chega a Faro.

-José Maria dos Santos é reeleito pelo círculo de Aldeia Galega. (Juramento a 15.1.1890) .

- Representa o Distrito de Beja, na Formação da Liga Agrária

**1890** - José Maria dos Santos é reeleito pelo círculo de Aldeia Galega juramento a 3.5.1890.

## **Anexo I**

### **(Cont. Doc. nº. 1)**

-11 de Janeiro. Ultimato Inglês, em resposta à tentativa de Portugal ocupar as regiões compreendidas entre Angola e Moçambique.

**1892** - José Maria dos Santos foi eleito pelo círculo de Aldeia Galega mas não ocupou o lugar na Câmara por ter sido nomeado par do Reino vitalício (Carta Régia de 29/12/1893) e ter tomado assento na Câmara dos Pares em 30.1.1893.

**1894** - Realização do Congresso Cooperativista.

- Julho. Decreto estabelecendo os Sindicatos Patronais Agrícolas. O principal objectivo era facilitar a análise das terras, aumentar o emprego e a garantia de adubos químicos.

**1899** - 26 de Julho. Publicação da Lei dos Cereais conhecida pela " Lei da fome". A isenção dos direitos de importação de cereais, em resposta à quebra de produção, levou a que abundasse o trigo estrangeiro sem que o nacional obtivesse escoamento. Face à contestação do mundo rural, o governo restabeleceu o imposto à entrada de cereais.

- Outubro. A CUF-Companhia União Fabril ligada aos adubos químicos e à construção naval atinge dimensão nacional.

**1900** - Janeiro. A Real Associação de Agricultura lança um manifesto ao país, exigindo medidas prontas e eficazes contra a crise vinícola que se vinha sentindo dada a concorrência estrangeira.

**1908** - 1 de Fevereiro. Assassinato do Rei D. Carlos I e do Príncipe D.Luis Filipe.

- Subida ao trono de D. Manuel II

**1910** - 5 de Outubro. Proclamação da República em Lisboa.<sup>147</sup>

**1913** - 19 de Junho. José Maria dos Santos, com 81 anos de idade, morre em Lisboa.

---

<sup>147</sup> Na cronologia dos acontecimentos que reportamos de importantes para o trajecto de José Maria dos Santos socorremo-nos da obra de António Simões Rodrigues, ( coord. de) *História de Portugal em datas*, Lisboa , Círculo de Leitores, s.d.

## **Anexo I**

**(Cont. Doc. nº. 1)**

**1923** - 20 de Junho. José Maria dos Santos foi sepultado no cemitério dos Prazeres, em Lisboa. <sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> *Linha do Sul*, Pinhal Novo, nº. 38, Setembro de 1984, p.5.

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 2 - Desempenhos e funções políticas de José Maria dos Santos**

#### **1. Membro de Comissões e Conselhos Económicos:**

- Conselho Fiscal da Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal.
- Conselho Superior de Agricultura
- Conselho do Mercado Central de Produtos Agrícolas
- Comissão Permanente dos Cereais
- Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites da 3<sup>a</sup>. Região
- Comissão Permanente que tratava da aquisição de adubos e sementes e concedia prémio a quem alargasse e perfeiçãoasse a cerealicultura
- Fundador da Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal e patrocinador de diversas obras de beneficência.

#### **2. Membro de Comissões da Câmara dos Deputados:**

Comissão Administrativa- Ref<sup>a</sup>. D/1

1869-1873

1875-1882

1885

1891

Comissão de Verificação de Poderes

1879

## **Anexo I**

### **(Cont. Doc. nº. 2)**

Comissão da Fazenda Ref<sup>a</sup>.D/5

1870

1875-79

1883-1885

1891

Comissão da Agricultura-Ref<sup>a</sup>. D/18

1870-1873

1875-1880

1882-1885

1887

1891

Comissão do Comércio e Artes Ref<sup>a</sup>. D/78

1870

1878-1879

Comissão de inquérito sobre o Imposto do Sal. Ref<sup>a</sup>. D/43

1885

Comissão de Inquérito à Crise Agrícola que o País Está Atravessando da qual foi Vice-Presidente e Tesoureiro em 1878.



## **ANEXO I**

### **(Cont. Doc. nº. 2)**

Subscritor de projectos de decreto de lei, (alguns exemplos):

-A construção do prolongamento da linha de caminho-de-ferro do Sueste (18/11/1871), concluída em 1873 (linha férrea de Évora a Extremoz).

-A construção do caminho de ferro da Beira, com um ramal para a Covilhã (14/3/1873), concluída em 1878 (linha férrea da Beira Alta).

-Eleva os direitos dos cereais importados (16/1/1874) e 13/2/1878).

-Acabar com as deduções dos servidores do estado (30/1/1875).

-Aumentar os direitos sobre a farinha de trigo e cereais.

-Subsidiar a panificação nacional.

-Diminuir os direitos de consumo dos vinhos e acabar com os direitos de exportação dos mesmos.

-Promover a criação de depósitos de vinhos no estrangeiro.

-Organizar o crédito agrícola e os postos agrícolas 22 e 26/6/1888).

## **ANEXO I**

**(Cont. Doc. nº. 2)**

3. Membro da Câmara dos Pares:

Comissão de Agricultura em 1906-1907 Ref<sup>a</sup>. D/18 .<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> Conceição Andrade Martins, *op. cit.*, p.380.

## Anexo I

Doc. nº. 3

*Informação referida ao 1.º de [illegible] de 187[illegible]*

Postos	Nomes	Naturalidade	Anos de idade	Anos de serviço	Estado	Filhos que tem		
						Menores de 17 annos	Maiores de 17 annos	Todos
						Varões	Varões	
						Fêmeas	Fêmeas	
Veterano	José Maria dos Santos	Lisboa	20	12	Solteiro			
Datas do assentamento de praça, e dos diferentes postos		Tempo que esteve doente, e licenciado desde a 1.ª praça						
Foi licenciado praça de Veterano a 20 de Maio de 1854, Ordem do Exército nº 5 de 31 de Maio, para este Regimento.		Doenças que tem tido	Tempo que esteve doente		Situação do Corpo nesse tempo			
Castigos que tem desde a 1.ª praça	Mótiuos, ou culpas	Licenças que tem tido, e com que vencimento						
Serviços extraordinários e Campanhas		Quantas vezes ferido, quaes dellas gravemente, quando, e aonde			Louvros que tem tido nas Ordens do Exército, ou particulares			
		Premios, Condecorações, e Ordens Militares, que lhe tem sido conferidas, e porque motivo						





## Anexo I

**(Cont. Doc. n° 4)**

QUESTÕES		INFORMAÇÕES DOS CHEFES	JUIZO QUE FAZ O CHEFE
<b>A</b>	<b>Disposição physica e saude</b>	<p>1.º Se é robusto e tem boa saude . . . . . Bem.</p> <p>2.º Se é agil, ou pesado, ou muito nutrido; e se é capaz de serviço violento ou moderado; . . . . . Agil, capaz de serviço violento.</p> <p>3.º Se tem boa apparencia militar. . . . . Bem.</p>	<p>Este Mannico mostra muito interesse no cumprimento das suas obrigações, que se responde com acerto.</p> <p>Quartel em Blum 1.º de Janeiro de 1892.</p> <p>Thom. Simões Gomes Carneiro 1.º Adj. Manoel</p>
<b>B</b>	<b>Conduta Civil</b>	<p>1.º Se vive bem com os habitantes, e com a sua familia . . . . . Bem.</p> <p>2.º Se é caleiroiro, ou jogador. . . . . Não.</p> <p>3.º Se dá escandalo com mulheres, ou se se embriaga . . . . . Não.</p> <p>4.º Se rebate soldos com fraude, ou empenha seus uniformes . . . . . Não.</p> <p>5.º Se frequenta casas de jogo, ou de bebidas espirituosas . . . . . Não.</p> <p>6.º Se são decentes as companhias que frequenta . . . . . Não.</p> <p>7.º Se é devador á Fazenda por objectos do serviço militar, e qual a quantia devida . . . . . Não.</p> <p>8.º Se consta frequentar sociedades secretas, quas, e desde quando . . . . . Não consta.</p>	
<b>C</b>	<b>Conduta Militar</b>	<p>1.º Se vive bem com os seus camaradas . . . . . Bem.</p> <p>2.º Se é subordinado, e exige que os seus inferiores tambem o sejam . . . . . E, obedece.</p> <p>3.º Se é exacto em cumprir os seus deveres, estando de guarda, ou em qualquer outra acção de serviço, ainda que não seja debaixo das vistas de seus superiores . . . . . E.</p> <p>4.º Se é acaado, e conserva a dignidade do seu posto, ou emprego . . . . . E, conserva.</p>	
<b>D</b>	<b>Appliação aos estudos e quas</b>	<p>1.º Se sabe correctamente ler, escrever e contar, e as quatro primeiras operações d'Arithmetica . . . . . Sabe.</p> <p>2.º Se tem principios de Grammatica Latina, e se falla linguas estrangeiras, e quas . . . . . Francês e Francês.</p> <p>3.º Se tem estudos de Mathematica, ou os cursos militares, quantos annos destes cursos, para que arma, em que escola, e se foi approvado ou premiado . . . . . Não e curso de Arithmetica, Geometria, Algebra, Trigonometria, e Logica.</p> <p>4.º Se sabe Geographia, e Desenho Militar, ou Civil . . . . . Não sabe.</p> <p>5.º Se está instruido nos folhetos, regulamentos e ordens do Exercito . . . . . Suficientemente.</p> <p>6.º Se se applica á leitura d'autores militares . . . . . Não.</p>	
<b>E</b>	<b>Appliação ao serviço</b>	<p>1.º Se tem perfeito conhecimento dos deveres do seu posto, ou emprego, e se os sabe desempenhar, e ainda do posto immediato . . . . . Bem e do seu emprego, e sabe desempenhar.</p> <p>2.º Se procura e aproveita qualquer occasião que se lhe offereça para augmentar a sua instrução militar . . . . . Procura e aproveita.</p>	

Anexo I

Doc. nº. 5

27 0.1.51  
26 Maio 1851.

11.10.18

Terho a honra de propor a V. Ex.  
Majestade José Maria dos Santos, por  
ter todos os requisitos exigidos no Artigo  
13 da Lei de 28 d' Abril de 1845, para  
ser promovido a Facultativo Veterinario  
Militar para o 2.º Regimento de Artilleria  
mas com a graduação de Alférez, e  
mais vantagens que a mesma Lei  
conferi.

Quartel General no Terreno de La  
pa, em 26 Maio de 1851

Duque de Sallent

## Anexo I

### Doc. nº. 6

Conformando-se com a Proposta do Commandante em Chefe do Exercito: Hei por bem Nomear a José Maria dos Santos, por ter todos os requisitos exigidos no Artigo treze da Lei de vinte e oito de Abril de mil oitocentos quarenta e cinco, para Substituto Veterinario Militar com exercicio no segundo Regimento de Artilleria, e com a graduação de Alferes e mais vantagens que a mesma Lei confere. O Duque de Saldanha Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. Dado da Real Chancaria, em vinte e seis de Maio de mil oitocentos e cinquenta e um.

Rei.

Duque de Saldanha.



Anexo I

Doc. nº. 7

MINISTÉRIO  
DA  
GUERRA.  
partição Militar.  
/ Secção.

Jose Maria dos Santos

A proposta para o Officio de recepy  
e o Decreto foi feito pela Repre  
Central por ordem do Ex. D. do  
Senhor Ministro da Guerra.  
Commandante em chefe do Ex.

182051

Decreto - 26.  
Lido e eff. General.  
26 de Março de 1861.

Anexo I

Doc. nº. 8

Decreto nº 15  
de 6 de Setembro de 1858  
do Sr. do General D.  
19-44

Senhor.

Devo a honra de propor a Vossa  
Majestade, para ser demittida  
do Serviço, o Tenente Veterinario do  
2.º Regimento de Artilleria, José  
Maria dos Santos, pelo ter esguerdado,  
allegando motivos attendiveis.

Quartel General na Pousa de S. José,  
em 11 de Setembro de 1858.

Comde de S. Thome





## Anexo I

### **Doc. nº. 11 - Transcrição da cópia da acta "da mesa do collegio distrital" de Évora**

*"Aos dois dias do mez de dezembro de 1885, depois das dez horas da manhã, na sala das sessões da junta geral do districto de Evora, achando-se reunida a mesa do collegio districtal para a eleição de dois pares do reino, pelo mesmo districto, composta dos cidadãos bacharel Ignacio Fiel Gomes Ramalho, presidente, Manuel Vicente Graça e José Paulo Barahona Carvalho e Mira, escrutinadores e Manuel Joaquim da Costa e Silva e Filippe Militão França, secretarios, assim como estando presentes os deputados da nação, por este circulo eleitoral, Estevão Antonio de Oliveira Junior e Antonio Manuel da Cunha Bellem, cuja identidade de pessoas se verificou, e outro eleitor effectivo, eleito pela junta geral, Joaquim José de Matos Fernandes, os demais eleitos pelos collegios municipaes, bacharel João Antonio da Gama Lobo Pimentel, José Joaquim Franco, João da Silveira Cardoso e Menezes, Joaquim Antonio dos Reis Tenreiro Sarzedas, bacharel Henrique da Cunha Pimentel, Antonio Manuel do Couto Gançoso, Joaquim Lopes Tavares, Joaquim Marques dos Santos, João Antonio de Carvalho, José de Sousa Faria e Mello, José de Sousa Faria e Mello Cabral e Antonio José de Assa Castello Branco, o eleitor suplente do collegio municipal de Redondo, Joaquim Filipe Pitta, e José Vieira da Silva, com o diploma passado pelo collegio municipal de Mora, o qual, nem o seu suplente, havia comparecido na reunião do colegio districtal de 29 de novembro proximo passado, nem havia dado a participação de que trata o artigo 24º. da lei, sendo convidada a primeira commissão de verificação de poderes a dar parecer sobre o processo eleitoral no collegio municipal de Mora, e sobre a identidade do apresentante, observando o disposto no artigo 30º. da mesma lei de 24 de julho de 1885; e passado algum tempo a commissão apresentou o seu parecer favoravel á eleição do cidadão, o qual referido sendo aprovado unanimemente ficou considerado como eleitor effectivo ao collegio districtal pelo concelho de Mora;*

## **Anexo I**

**(Cont. doc. nº 11)**

*a fim de se proceder á eleição dos dois pares do reino por este mesmo districto, em conformidade da citada lei e do decreto de 8 de outubro ultimo, o mesmo presidente apresentou a lista para se fazer a chamada dos eleitores, segundo o disposto no artigo 39º. da lei. Feita esta chamada e recebidas as listas dos eleitores, á proporção que cada um d'elles era chamado e se aproximava da mesa, e o presidente recebia as listas dobradas e as ia lançando na urna a uma a uma; como não se apresentasse o delegado effectivo do Redondo, foi chamado a votar pela mesma fórma o respectivo supplente, que se achava presente, tendo aquelle feito as communicações a que se refere o artigo 24º. da lei.*

*Depois do que começou a correr a meia hora de que trata o & 3º. do já referido artigo 39º., por faltarem ainda alguns eleitores a votar. Finda a meia hora e terminada a votação, seguiu-se o apuramento dos votos, tendo havido um unico escrutinio com 22 votantes, resultando conhecer-se que o numero de listas entradas na urna foi de 22; verificando-se haverem sido votados para pares do reino, pelo districto de Evora, os seguintes cidadãos: José Maria dos Santos, proprietario e antigo deputado da nação, com 17 votos, João Ignacio Holbeche, conselheiro do supremo tribunal de justiça, com 17 votos, Mariano Cyrillo de Carvalho, com 4 votos, Luiz Pereira Jardim, com 4 votos, José Joaquim Rodrigues de Freitas, com 1 voto, e Manuel Vicente Graça , com 1 voto; e terem reunido a maioria absoluta dos vótos somente os seguintes cidadãos: José Maria dos Santos e João Ignacio Holbeche, a quem os eleitores que formam o collegio districtal outorgam como pares eleitos os poderes necessarios para que, reunidos com os outros pares do reino, façam dentro dos limite da carta constitucional e dos seu actos addicionaes, tudo quanto for conducente ao bem geral da nação. dentro dos limite da carta constitucional e dos seu actos addicionaes, tudo quanto for conducente ao bem geral da nação.*

*Em presença deste resultado e concluida a eleição, publicaram-se por edital, affixado na porta do edificio, os nomes dos pares eleitos.*

## **Anexo I**

**(Cont. doc. nº 11)**

*Por esta fôrma se conclui a eleição dos pares do reino por este districto, para que este collegio se havia reunido hoje, faltando os eleitores Cypriano Leite Pereira Jardim e Luiz Pereira Jardim, deputados da nação por este circulo eleitoral.*

*E eu, Manuel Joaquim da Costa e Silva, secretario da mesa do collegio eleitoral districtal, fiz escrever esta acta, a subscrevi e vou assignar com todos os membros da mesa.- Ignacio Fiel Gomes Ramalho-José Paulo Barahona Carvalho e Mira-Manuel Vicente Graça-Filippe Militão França-Manuel Joaquim da Costa e Silva.*

*Está conforme.=Ignacio Fiel Gomes Ramalho=José Paulo Barahona Carvalho e Mira=Manuel Vicente Graça=Filippe Militão França=Manuel Joaquim da Costa e Silva"*

## Anexo I

**Doc. n° 12 – Original do documento n°. 11**

[illegible]



## Anexo I

**(Cont. doc. n° 12)**

[illegible]

## Anexo I

**(Cont. doc. n° 12)**

[illegible]

*Acta confor. c.*

Josein Fiel from Newell  
 Jose Paulo Barahona Carro & wife  
 Manuel Vicente Gomez  
 Felipe de la Cruz  
 Manuel Sanguin de la Cruz

## Anexo I

### Doc. nº. 13- Carta de 18 de Janeiro de 1886

- "Passe.- Em 20 de janeiro de 1886.=Silveira da Mota
  
- *"Exm<sup>o</sup>. Senhor.-Diz José Maria dos Santos que, para mostrar onde lhe convier, precisa que, pela secretaria da camara dos senhores deputados, se lhe passe por certidão, qual o numero de sessões legislativas em que tem exercido o mandato como deputado da nação.-P.a v.ex<sup>a</sup>. se digne de lhe mandar passar a certidão requerida. E.R.M.cê*

*Lisboa, 18 de janeiro de 1886.=Pelo supplicante, a rogo, Antonio Maria Jalles"*



## **Anexo I**

### **Doc. nº. 15 – Transcrição da Certidão**

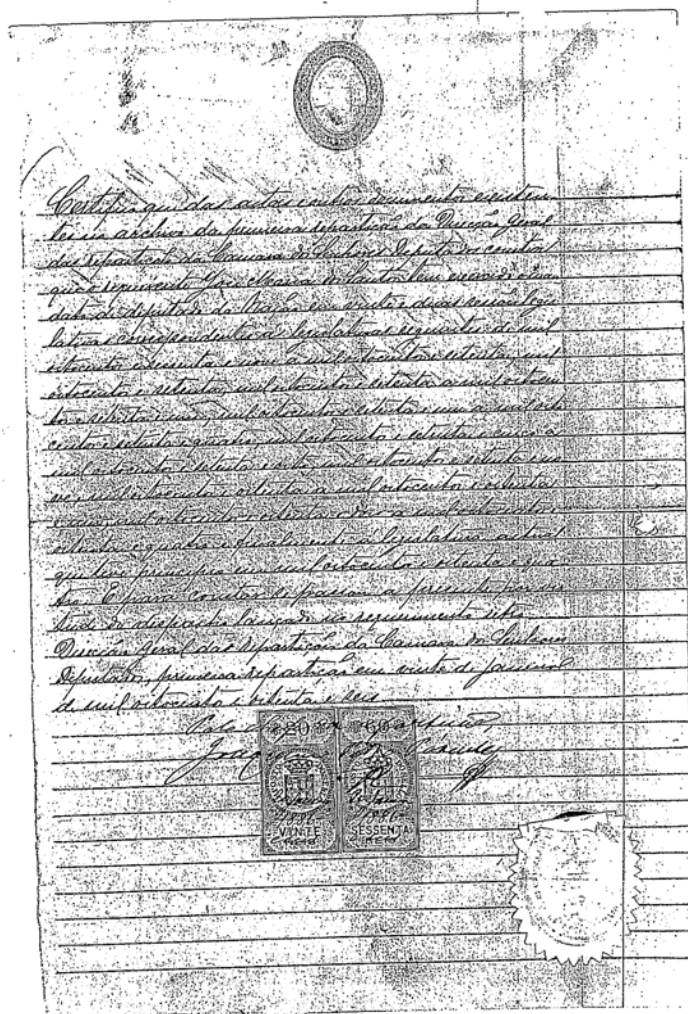
*Certifico que das actas e outros documentos existentes no archivo da primeira repartição da direcção geral das repartições da camara dos senhores deputados, consta que o requerente José Maria dos Santos tem exercido o mandato de deputado da nação em vinte e duas sessões legislativas, correspondentes ás legislaturas seguintes: de 1869 a 1870, 1870 a 1871, 1871 a 1874, 1875 a 1878, 1879, 1880 a 1881, 1882 a 1884, e finalmente á legislatura actual que teve principio em 1884. E para constar se passou a presente, por virtude do despacho lançado no requerimento retro.*

*Direcção geral das repartições da camara dos senhores deputados, primeira repartição, em 20 de janeiro de 1886.=*

*Pelo chefe da repartição, Joaquim Pedro Parente.*

## Anexo I

### Doc. nº. 16 – Original do documento nº. 15



## **Anexo I**

### **Doc. nº. 17 - "PARECER Nº. 163"**

*"Senhores.- Foi presente á primeira commissão de verificação de poderes o processo eleitoral do districto de Evora, e d'elle consta ter sido eleito par do reino o deputado José Maria dos Santos, que apresentou o respectivo diploma.*

*O acto eleitoral correu com regularidade sem haver protesto ou reclamação, pelo que deve ser aprovado.*

*O par eleito prova ter exercido mandato de deputado em vinte e duas sessões legislativas, correspondentes a legislaturas que decorreram desde 1869 a 1884.*

*É consequencia necessaria da certidão passada pelo chefe da primeira repartição da direcção geral da secretaria da camara dos senhores deputados, o ter o par eleito mais de trinta e cinco annos, estar no gozo de seus direitos civis e politicos, e ter a categoria 11<sup>a</sup>. Mencionada no artigo 4<sup>o</sup>. Da lei de 3 de maio de 1878, reunindo os mais requisitos exigidos pela organização approvada pela lei de 14 de julho de 1885.*

*A vossa commissão é de parecer que deve ser aprovado o diploma que conferiu ao deputado José Maria dos Santos o direito de fazer parte d'esta assembléa, na qualidade de par electivo.*

*Sala das sessões da primeira commissão de verificação de poderes, em 25 de janeiro de 1886*

*Mexia Salema*

*Barros e Sá.*

*Henrique de Macedo.*

*D.A.C.de Sequeira Pinto"*

## Anexo I

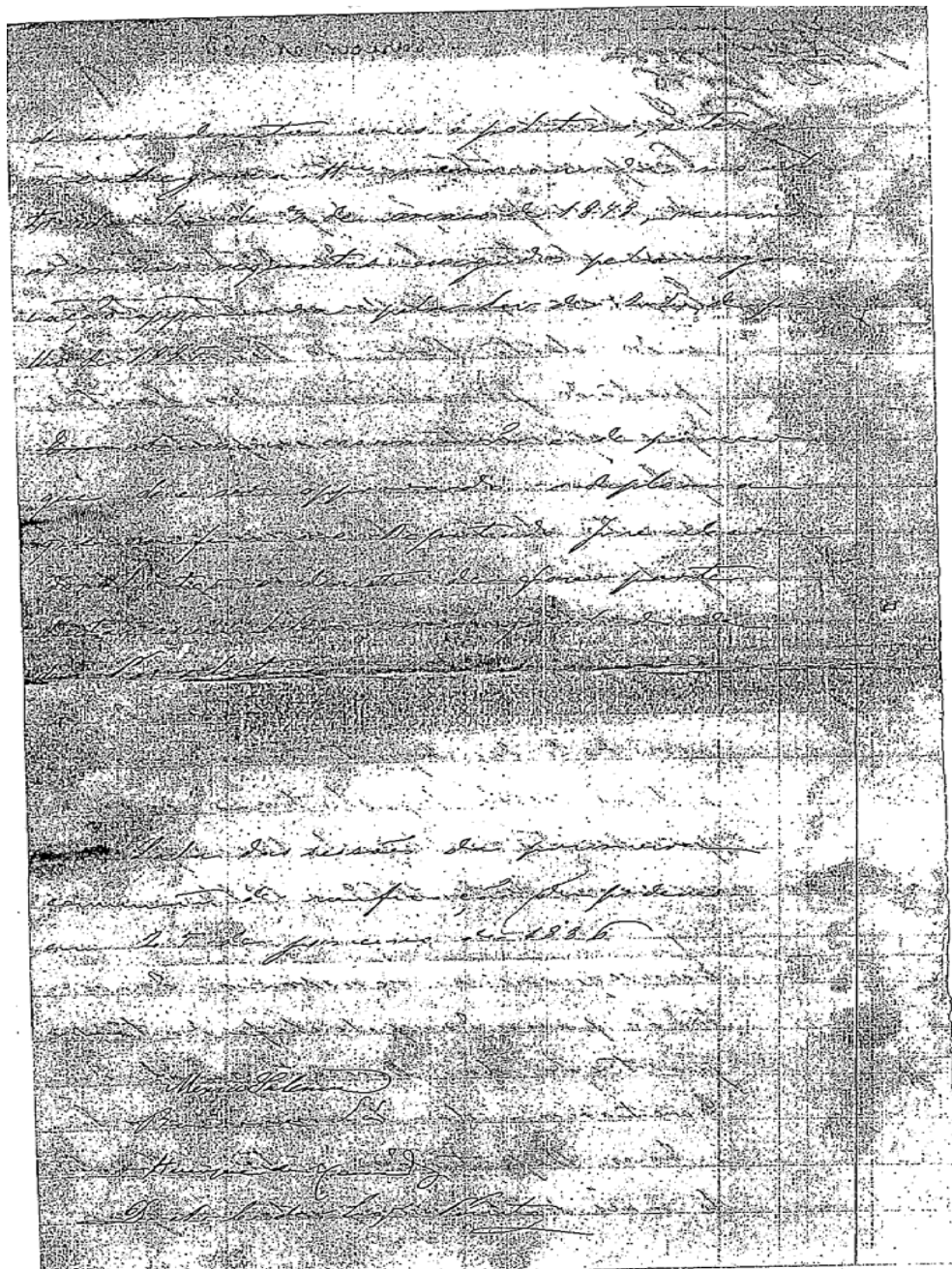
**Doc. n° 18 – Original do documento n° 17.**

[illegible]



## Anexo I

(Cont. doc. nº. 18)



## **Comissão da Fazenda**

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 19 - Projecto de Lei Nº. 15-E de 28 de Fevereiro de 1883**

..."A Comissão da Fazenda dá parecer favorável ao projecto de Lei nº. 15-E e sugere algumas alterações relativas à tabela de vencimentos do pessoal." Subscvem o referido Projecto Lei:

*Antonio José Teixeira. Pedro Roberto Dias da Silva. Adolpho Pimentel. A.C. Ferreira de Mesquita. Azevedo Castello Branco. José Maria dos Santos. Antonio de Sousa Pinto de Magalhães. Frederico Arouca. L. Cordeiro. Antonio Maria Pereira Carrilho, relator.*

José Maria dos Santos subscve o Projecto de Lei do Governo e, em simultâneo, dá parecer ao integrar a Comissão da Fazenda.

#### **Doc. nº. 20 - Projecto de Lei Nº. 22 de 3 de Março de 1885**

..."A Comissão da Fazenda dá parecer favoravel ao Projecto de lei que equipara os "professores , cathedratcos e ajudante, da escola medico-cirurgica do Funchal (...) aos dos lyceus centraes." Subscvem o referido parecer :

*Marçal Pacheco. A.C. Ferreira Mesquita. Adolpho Pimentel. L. Cordeiro. Augusto Poppe. Lopes Navarro. José Maria dos Santos. Antonio Maria Pereira Carrilho. Pedro Roberto Dias da Silva. Antonio de Sousa Pinto de Magalhães. Francisco A. Correia Barata, relator.*

## **Anexo I**

### **Doc. nº.21 - Projecto de Lei Nº. 23 de 13 de Março de 1885.**

O presente Projecto de Lei..." autorisa o crédito de 32:420\$000 réis ao Ministério da Fazenda (...) para pagamento do subsidio e despesas de jornada dos srs. Deputado na actual sessão legislativa". Subscrevem este Projecto de Lei:

*Henrique de Barros Gomes. Lopes Navarro. Marçal Pacheco. João Arroyo. Adolpho Pimentel. Augusto Poppe. Frederico Arouca. P.Roberto D. da Silva. José Maria dos Santos. Antonio de Sousa Pinto de Magalhães. Filippe de Carvalho. Correia Barata. Luciano Cordeiro. Antonio Maria Pereira Carrilho, relator.*

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 22 - Projecto de Lei Nº. 29 de 18 de Março de 1885**

A Comissão autorisa a ..."junta do credito publico a adiantar, ao juro annual de 5 por cento, pela caixa geral de depositos, as quantias necessarias para pagamento dos emprestimos contrahidos pela administração da fazenda da casa real em contratos de 12 de agosto de 1880 e de 30 de dezembro de 1882, recebendo em caução valor sufficiente em inscrições do usufruto da côroa...". Subscrevem o referido Projecto Lei:

*José Dias Ferreira ( vencido em parte).Lopes Navarro.Antonio de Sousa Pinto Magalhaes.Henrique de Barros Gomes.Pedro Augusto de Carvalho.L.Cordeiro. Augusto Poppe. Frederico Arouca. Pedro Roberto Dias da Silva. José Maria dos Santos. Manuel d´Assumpção. F.A.Correia Barata. Moraes Carvalho. Franco Castello Branco. A.C. Ferreira Mesquita. Antonio Maria Pereira Carrilho, relator."*

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 23 - Projecto de Lei Nº. 15-D de 13 de Março de 1885**

Propõe-se através deste Projecto de lei ..."a criação de uma caixa nacional de aposentações para todos os funcionarios publicos civis do continente e ilhas adjacentes, que por outras leis tenham direito á aposentação." Subscrevem este Projecto Lei:

*Henrique de Barros Gomes ( com declarações).*

*Adolpho Pimentel. Marçal Pacheco. Frederico Arouca. José Maria dos Santos. Augusto Poppe. Antonio M.P.Carrilho. Pedro Roberto Dias da Silva. L. Cordeiro. João Marcellino Arroyo. Lopes Navarro. Antonio de Sousa Pinto de Magalhães. F.A.Correia Barata, relator. Tem o voto do sr. deputado Franco Castello Branco.*

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 24 - Projecto de Lei Nº. 150 de 10 de Junho de 1885**

Dá parecer favorável ..." à pensão de 420\$000 a dar a D. Maria José de Freitas Cardoso". Subscrevem este Projecto Lei:

*Franco Castello Branco. Lopo Vaz de Sampaio e Mello. Pedro Roberto Dias da Silva. A.C. Ferreira de Mesquita. L. Cordeiro. Correia Barata. Moraes Carvalho. João M. Arroyo. Adolpho Pimentel. Manuel d´Assumpção. Philippe de Carvalho. José Maria dos Santos, relator.*

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 25 - Projecto de Lei Nº. 169 de 23 de Junho de 1885**

Propõe-se através deste Projecto de Lei que ..."seja dispensado o escriptor portuguez Camillo Castello Branco do pagamento de emolumentos, direitos de mercê e sêllo pelo titulo de visconde de Correia Botelho com que acaba de ser agraciado". Subscvem este Projecto Lei:

*Lopo Vaz de Sampaio e Mello. Pedro Augusto de Carvalho. Luciano Cordeiro. Correia Barata. Marçal Pacheco. Frederico Arouca. Antonio M. Pereira Carrilho. A.C. Ferreira de Mesquita. Pedro Roberto Dias da Silva. Filippe de Carvalho. Augusto Poppe. João Ferreira Franco Pinto Castello Branco. Antonio Jose Lopes Navarro. João Marcelino Arroyo. José Maria dos Santos. Manuel d´Assumpção, relator.*

## **Comissão Administrativa**

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 26 - Registo Nº. 185.**

" Foram aprovadas, em 8 de Julho de 1885, as contas da junta administrativa da camara relativas à gerência no periodo de 18 de Maio de 1884 a 20 de Janeiro de 1885". Subscrevem e aprovam as contas:

*Luiz Frederico de Bivar Gomes da Costa. A.C. Ferreira de Mesquita. Estevão Antonio de Oliveira Junior. José Maria dos Santos, relator. Pedro Augusto Franco.*

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 27 - Registo Nº. 214.**

" Foram aprovadas, em 29 de Julho de 1887, as contas da junta administrativa da camara relativas à gerência no periodo de 9 de Abril de 1886 a 19 de Abril de 1897." Subscrevem e aprovam as contas:

*José Maria Rodrigues de Carvalho. José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral. A.J.Gomes Neto. Estevão Antonio de Oliveira junior. José Maria dos Santos*

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 28 - Registo Nº. 82**

“ Foram aprovadas, em 16 de Junho de 1888, as contas da junta administrativa da camara relativas à gerência no periodo de 14 de Agosto de 1887 a 28 de Janeiro de 1887”. Subscrevem e aprovam as contas:

*Francisco de Barros Coelho de Campos. F.J. Machado. Estevão Antonio de Oliveira Junior. José Maria dos Santos, relator*

## **Sala das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados**

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 29 - Projecto de Lei Nº. 36-A de 18 de Setembro de 1871**

Este Projecto de Lei autorisa o governo..." a despende no prolongamento dos ramaes de Beja á fronteira, entre a estação de Quintos e a margem esquerda do Guadiana, comprehendendo a ponte sobre este rio, e de Evora a Extremoz, entre a estação do Valle do Pereiro e este ultimo ponto, o saldo positivo que houver no corrente anno economico de toda a receita e despesa da linha dos caminhos de ferro de sueste". Subscvem este Projecto Lei:

*Jacinto Antonio Perdigão. Francisco Joaquim de Sá Camello Lampreia. Lourenço Antonio de Carvalho. Augusto Cesar Falcão da Fonseca. José Maria dos Santos. José Dias de Oliveira. Domingos Pinheiro Borges.*



## **Comissão de Obras Públicas**

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 30 - Projecto de Lei Nº. 25 de 12 de Fevereiro de 1883.**

O Projecto de Lei aprova ..." o plano de reorganização da secretaria do ministério das obras publicas, agricultura, comercio,e industria..." define as competência dos serviços da Secretaria que são transferidos para as Direcções gerais: ... " Direcção geral de obras publicas e minas; Direcção geral de Agricultura; Direcção geral do comercio e industria; Direcção geral de estatistica e serviços geraes."; bem como os vencimentos do pessoal proposto pela dita reforma. Subscvem este Projecto Lei:

*Caetano Pereira Sanches de Castro. Francisco Augusto Florido de Mouta e Vascomcellos. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello Ganhado. A.P. de Avellar Machado. Rodrigo Afonso Pequito. Bernardino Machado. Jayme Arthur da Costa Pinto. L. Cordeiro. Lourenço Malheiro. H. Gomes da Palma. E. de Azevedo. A. de Sarrea Prado. Pereira dos Santos. Conde de Sobral. Manuel Vicente Graça. Augusto Fuschini. Joaquim A. Gonçalves. Licinio Pinto Leite. Antonio de Sousa Pinto de Magalhães. Toito Augusto de Carvalho. Frederico Arouca. Barão de Ramalho. Arthur A. Sieuve de Seguiet. José Gregorio da Rosa Araujo. José Maria dos Santos, com declaração. Antonio Maria Pereira Carrilho, vencido em parte. Antonio José d´Avila, relator.*

## **Comissão de Inquérito ao Imposto do Sal**

### **Anexo I**

#### **Doc. nº. 31 - Projecto de Lei Nº. 158 de 22 de Junho de 1885**

O presente Projecto de Lei propõe a redução ... "á taxa de 1 real por litro o imposto estabelecido por lei de 6 de junho de 1884, sobre o sal de produção nacional que for empregado ou consumido no paiz." Subscvem o referido Projecto Lei:

*Lopo Vaz de Sampaio e Mello. José Azevedo Castello Branco. Correia Barata. Avellar Machado. Marçal Pacheco. Jardim. Arroyo. Antonio de Sousa Pinto Magalhães. Estevão Antonio de Oliveira Junior. José Maria dos Santos. Antonio M.P.Carrilho ( com declarações). M. d´Assumpção. S. R. Barbosa Centeno. Moraes Carvalho. Tito Augusto de Carvalho. Urbano de Castro. Franco Castelo Branco, relator.*

A razão desta proposta prende-se com o facto do imposto recebido e que recaía sobre a venda de sal ter diminuido significativamente. Para conhecimento dos factos foi constituída uma Comissão que tinha por incumbência conhecer as razões da quebra de receitas de imposto e saber se as mesmas estavam relacionadas com a diminuição do consumo de sal ou se, este, estava a ser contrabandeado.

## **Anexo I**

### **Doc. nº. 32 – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

#### **1º. A Videira**

A videira (*Vitis vinífera*) é um arbusto dotado de um poderoso sistema radicular, de grande longevidade, susceptível de produzir até nos solos mais ingratos. A videira é, acima de tudo, uma planta de encosta embora haja, cada vez mais, vinhas de planície. A distribuição de videiras nos países mediterrânicos, onde sempre permitiu obter vinhos excelentes e uvas de rara qualidade, mostram que são os solos e climas dessas regiões que melhor se adaptam à sua fisiologia, isto é, Invernos frios, Primaveras moderadas e Verões quentes e secos.

#### **2º.-Preparação da terra.**

Antes de se plantar uma vinha, é necessário pensar-se que o solo em que ela se vai desenvolver deverá ter uma profunda camada de terra bem mobilizada e suficientemente provida de elementos nutritivos, condições essenciais para o bom desenvolvimento futuro.

A preparação da terra ocorre, normalmente, em Janeiro e consiste em rasgar profundas valas para reter a água da chuva que poderá cair durante os meses de Inverno mas, também, para que as raízes se possam mais facilmente expandir. A terra deve ser revolvida utilizando-se, para o efeito, os arados puxados por animais, de uma ou duas rabiças, sendo hoje substituídos por tractores, o que permite diminuir os custos e rentabilizar o investimento. Depois de as terras se encontrarem lavradas procede-se ao gradeamento, isto é, ao alisamento, desfazendo os torrões, tarefa para a qual se recorria a grades também puxadas por animais e que hoje são igualmente substituídas por máquinas agrícolas e

## **Anexo I**

### **( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

tractores. As alfaías de uso bastante generalizado, apresentam-se sob variadas tipologias.

Antes de se realizar a plantação, tem de proceder-se ao respectivo traçado. Contrariamente ao que se fazia antigamente, os traçados modernos são concebidos para a utilização do tractor, do pulverizador mecânico ou até da máquina de vindimar. Para a instalação da vinha e a fim de lhe dar um potencial maior: o terreno passou a ser revolvido/lavrado em toda a sua extensão e em maior profundidade; os suportes e os muros de suporte, passaram a ser mais robustos. É, extremamente importante mandar analisar o solo, para que se possam utilizar os adubos convenientes.

### **3º. Plantação**

A plantação ocorre normalmente entre o Inverno e o início da Primavera. Na altura da plantação abrem-se pequenas covas com cerca de 30 cm de profundidade onde são dispostas as raízes que serão cobertas com terra. Com o desenvolvimento da videira há necessidade de lhe colocar suportes que poderão ser de madeira ou de cimento.

Entretanto os cuidados a ter com a vinha têm vindo a evoluir ocorrendo a sua mudança mais notória quando da invasão da “filoxera”<sup>150</sup>, que obrigou José Maria dos Santos, a introduzir cepas americanas que eram mais exigentes e, por isso, resistiam melhor aquela praga. Esta substituição podia fazer-se colocando os bacelos ou fazendo a enxertia das videiras já plantadas. Para a plantação dos bacelos abrem-se

## Anexo I

### ( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas

pequenas covas onde são colocadas as raízes, enchendo-se, de seguida com terra.

J. Amado Mendes, ao debruçar-se sobre o assunto, refere-nos que o “Estado concedeu apoios e incentivos à luta antifiloxérica ( criação de comissões concelhias de vigilância, importação de sulfureto de carbono e organização de viveiro de bacelos americanos, mais resistentes à doença e destinados à enxertia)”.<sup>151</sup> As videiras americanas ao serem adoptadas como porta enxertos, provocaram uma autêntica revolução agrícola pelos resultados que trouxeram. Tendo em conta o resultado pretendido pelos agricultores, tanto o “bacelo” como o “cavalo” americano passaram a ser preparados em viveiros de privados ou em, alternativa, comprados.

#### 4º.-Enxertia

A enxertia é o método a partir do qual o agricultor procede à selecção das suas castas, substituindo a que existe por uma que ele considera melhor e mais resistente às pragas. A substituição ocorre, normalmente, no ano seguinte ao da plantação do bacelo permitindo que este esteja na plenitude das suas capacidades regeneradoras. Mas a escolha do enxerto exige cuidados especiais. Quando essa escolha não se efectua criteriosamente, pode-se provocar o desequilíbrio funcional entre o garfo e o bacelo levando, por vezes, à destruição de um deles.

---

<sup>150</sup> Doença provocada por um insecto hermafrodita, o *Filoxera vastatrix*, que se alimenta do suco das videiras.

<sup>151</sup> J. Amado Mendes, *op.cit.*, p. 333.

## Anexo I

### ( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas

É, por isso, da maior importância que o vinhateiro proceda à escolha das castas dos enxertos. Sejam quais forem, elas devem ser variadas.

Os garfos são retirados das videiras mais velhas e mais fortes, que são marcadas para o efeito ou, então, são retirados das videiras que, propositadamente, tinham ficado por podar.

É corrente afirmar-se nos meios rurais que “Pelo S. Matias (24 de Fevereiro), começam as enxertias”. Havia e, ainda, há hoje quem comece as enxertias em Dezembro, mas normalmente elas têm lugar a partir dos fins de Fevereiro, podendo prolongar-se até ao fim de Março. Os enxertadores transportam consigo uma cesta cheia de garfos e de ferramenta. Esta integra um serrote destinado à limpeza da casca velha da cepa, a fim de evitar que esta fosse contaminada. Também levam consigo tranças de rafia e um canivete para se fazerem os garfos e “esculpirem” os enxertos. Seguidamente escava-se em redor da videira para se retirarem os rebentos chamados “ladrões” e que estavam a retirar poder à cepa. Esta actividade acontece e é prática corrente entre os meses de Março e Abril, por a cepa se encontrar no auge da sua força e em fase de abrolhamento. Quando para a implantação de uma vinha se resolve plantar porta-enxertos, a enxertia é feita no local definitivo. Consiste em abrir uma fenda no *cavalo*, ao nível do solo, talhar uma cunha no garfo, cunha essa que se introduz naquela fenda e se aperta bem com um pedaço de ráfia. A enxertia também pode ser praticada no ar como acontece nas zonas de vinha alta, nomeadamente na Região dos Vinhos Verdes. Os especialistas na matéria entendem que a qualidade do vinho está estreitamente ligada às características das castas presentes nos vinhedos, bem como às técnicas enológicas utilizadas.

## **Anexo I**

### **( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

Um exemplo bastante significativo de povoamento de uma única casta é o que se observava e, ainda, observa no concelho de Palmela e parte do concelho de Setúbal, onde o vinho produzido é quase todo originário da casta *Piriqueta*, a qual possui qualidades enológicas muito harmoniosas e completas. O nosso entrevistado garantiu-nos que os povoamentos com três castas são, sem dúvida, os mais equilibrados e aqueles que oferecem maiores probabilidades de êxito, seja do ponto de vista enológico, seja sob o ângulo económico.

#### **5º.- Cavar/escavar a terra**

Esta fase, como atrás foi referido, ocorre durante os meses de Inverno e tem como objectivo prioritário a abertura de uma pequena caldeira para reter a água da chuva. A enxada é o instrumento utilizado, existindo vários tipos consoante os solos são mais ou menos rijos.

#### **6º.-Tratamento das moléstias**

Como a videira é uma planta particularmente vulnerável às intempéries da Primavera é importante proceder ao seu tratamento contra possíveis moléstias. O mês de Abril é aquele em que as várias moléstias atacam as vinhas destacando-se as moléstias originadas por –parasitas- “filoxera, a lagarta do cacho, o pulgão” e as moléstias originadas por –parasitas vegetais- “oídio e o míldio”. O Oídio, porque aparece como uma espécie de farinha agarrada às uvas, é conhecido pelo povo como farinhola, atacando na Primavera as castas” Alvarelhão, Moscatel e a Malvasia”. Os agricultores aplicam, sob a forma de preven-ção, o enxofre em pó.

## **Anexo I**

### **( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

O míldio é, sem dúvida, a mais importante doença que ataca as nossas vinhas. O míldio ataca todas as partes verdes da videira, podendo desenvolver-se sobre as parras, flores e frutos. De todas as doenças, o “Oídio e o “Mildio” são os que afectam, não só, a quantidade da colheita mas, também, a qualidade do vinho, pelo que os agricultores aplicam, normalmente, nas suas vinhas a “calda bordalesa”, durante a Primavera e Verão. A calda bordalesa é uma mistura de sulfato de cobre, cal e água, era administrada por meio de um pulverizador, utilizando-se hoje um dispositivo que atrelado a um tractor executa esta tarefa de forma mais rentável e rápida.

### **7º.-Vindímas**

Com o decorrer da maturação, as uvas vão perdendo a acidez, ganhando em doçura. Enquanto decorre a amadurecimento das bagas, os vinhateiros vão efectuando algumas visitas à vinha e por volta de Setembro, após examinarem com rigor o estágio da manutenção das uvas, tomam a decisão de proceder à vindíma. Até esse dia, o vinhateiro vai colhendo amostras que leva para casa, que esmaga para ver o grau de açúcar que elas têm. Se a medição, com a utilização do glicómetro, se encontra entre os 12-14 graus centésimais, é considerada a graduação ideal, então é marcado o dia da vindíma.



## **Anexo I**

### **( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

#### **8º.-Vinificação.**

Quando era aplicado o método tradicional, os vinhateiros mandavam, por vezes, desengajar as uvas antes de serem pisadas. Isto acontecia para evitar que o mosto azedasse. As novas tecnologias, que pudemos observar na Herdade A.L.S.Tomé, no Pinhal Novo, que já dispõe de máquinas que retiram os bagos por aspiração, fazem com que se melhore a qualidade e se rentabilize o produto final. A denominada -" pisa-" que antes era executada pelos carregadores e que hoje é feita em prensas apropriadas, corresponde ao esmagamento da polpa das uvas. Se a temperatura for favorável, a fervura acontece pela noite dentro. Para medir a gradação em açúcar é usado o aerómetro de Baudé. Outras análises irão ter lugar por forma a corrigir e a aperfeiçoar todas as características do vinho, nomeadamente: "a destilação para determinar o grau alcoólico; determinação da acidez e determinação do açúcar. Como pode comprovar-se, todas as análises realizadas são tarefas imprescindíveis que obrigam ao conhecimento e manuseamento de instrumentos de química e enologia.

#### **9º.-Vasilhame**

São conhecidos e encontram-se por todo o lado vários tipos de vasilhame utilizados para conter o vinho ou aguardente. Podem ser: dornas, tonéis, barris, depósitos em alumínio ou cimento. O nosso entrevistado informou-nos que, até aos anos setenta, a maior parte do vinho produzido na região de Palmela era vendido a granel, o que obrigava ao transporte de barris e tonéis até às adegas ou, mesmo, de

## **Anexo I**

### **( Cont. do Doc. nº. 32) – A viticultura: definição e técnicas utilizadas**

porta em porta. Esta situação alterou-se nos dias de hoje tendo em conta as relações comerciais e as campanhas de Marketing postas em prática .

#### **10º.-Poda**

Para se assegurar uma boa frutificação e uma maturação conveniente, é indispensável podar as videiras. Esta prática não tem época fixa e alguns vitivicultores fazem-na logo após a vindíma aproveitando, assim, a disponibilidade dos jornaleiros. Os objectos que mais se utilizam são a tesoura de poda. É nesta altura que o podador escolhe as varas que vão ser aproveitadas para as próximas enxertias, cortando as restantes. A escolha leva em linha conta a fertilidade do terreno e o vigor da planta. Utilizam, um podão, um serrote que servem para aparar os golpes feitos e para limpar a casca velha do tronco. Os sarmentos cortados servem para queimar no lume durante o Inverno.

## Anexo II

### Quadro nº.1 - Percurso de José Maria dos Santos desde 1847 a 1852

Data	Posto	Funções	Outras funções	Local	Obs.
1847/ 1848	-	-	-	Escola Veterinária de Lisboa	Aluno
1848/ 1849	-	-	-	Escola Veterinária de Lisboa	Aluno
1849/ 1850	-	-	-	Escola Veterinária de Lisboa	Aluno
1851	1ª Praça de Veterinário	Facultativo Veterinário	-	2º.Regimento de "Artilheria" de Lisboa	Aluno
1851	Alferes*	Facultativo Veterinário	-	2º.Regimento de "Artilheria" de Lisboa	*Proposto pelo Marechal Saldanha. Confirmado pela Rainha D. Maria II
1852	Alferes	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa	2º.Regimento de "Artilheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa	-

## ANEXO II

### Quadro nº. 2 - Percurso de José Maria dos Santos desde 1853 a 1856.

Data	Posto	Funções	Outras funções	Local	Obs.
1853	Alferes	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa	-
1854	Alferes	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa	-
1855	Alferes	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa	-
1856	Tenente	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa. -/- Repartição de Comércio do Ministério das Obras Públicas	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa -/- Ministério das obras Públicas	-

## ANEXO II

### **Quadro nº. 3 - Percurso de José Maria dos Santos desde 1857 a 11/09/1858.**

Data	Posto	Funções	Outras funções	Local	Obs.
1857	Tenente	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa. -/- Repartição de Comércio do Ministério das Obras Públicas	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa. -/- Câmara Municipal de Lisboa -/- Ministério das obras Públicas	-
11/09/ /1858	Tenente	Facultativo Veterinário	Fiscal do Matadouro da Câmara Municipal de Lisboa. -/- Repartição de Comércio do Ministério das Obras Públicas	2º.Regimen- to de "Arti- lheria" de Lisboa.	Demissão da função militar

## ANEXO II

### **Quadro nº. 4 - Estrutura do Curso de Medicina Veterinária em vigor no reinado de D.Miguel I.**

Data	Reinado	Supor-te Legal	Estabelecimento/ Curso	Disciplinas curriculares	Anos
29 Março 1830	D.Miguel I	Alvará d'El-Rei	Escola de Veterinária de Lisboa, que em 1853 vem A incorporar-se no Instituto Agrícola de Lisboa	-Anathomia discriptiva -Anatomia geral -Pharmacia -Materia medica	1º.
				-Repetição de Anathomia -Pharmacia -Materia Medica	2º
				-Hygiene -Terapeutica -Doenças epizooticas	3º.
				-Phatologia externa -Phatologia interna -Medecina operatoria -Medecina clinica	4º.

## ANEXO II

**Quadro N.º. 5** - Estrutura do Curso de Medicina Veterinária em vigor no reinado de D.Maria II.

Data	Reinado	Suporte Legal	Curso	Disciplinas curriculares	Anos
26 Maio 1845	D <sup>a</sup> . Maria II	Carta de Lei	Escola de Veterinária de Lisboa	<u>1<sup>a</sup>. Cadeira</u> -Anathomia e Physiologia comparada, com particularidade a dos animaes domesticos. <u>2<sup>a</sup>. Cadeira</u> -Patologia Clinica e The- rapeutica, frequentada como ouvintes	1 <sup>o</sup> .
				<u>2<sup>o</sup>. Cadeira</u> -Patologia clinica e The- rapeutica <u>3<sup>a</sup>. Cadeira</u> Partos, Castração, Operações, estudo sobre o exterior do Cavallo, do Boi, e de outros animaes domes-ticos.	2 <sup>o</sup>
				<u>4<sup>a</sup>. Cadeira</u> -Hygiene, Pharmacia, e Materia Medica <u>2<sup>a</sup>. Cadeira</u> Repetição de Patologia, Clinica e Therapeutica.	3 <sup>o</sup> .

## ANEXO II

### **Quadro Nº. 6 - Percurso de José Maria dos Santos, de 1858 a 1868.**

Anos	Último cargo público antes do seu casamento em 1857.	Actividade comercial	Sociedades em que detinha interesses	Outros cargos
	Fiscal do matadouro de Lisboa. -/- Tenente Veterinário Do Exército.			
1858	Abandono dos cargos	Administrador de bens		
1860		Administrador de bens		Comissão Instaladora da Real Associação da Agricultura Portuguesa
1863		Administrador de bens. Investidor. Director.	Companhias  Banco de Portugal	
1866		Administrador de bens. - Director.	Banco de Portugal	
1868		Administrador de bens. - Director.	Banco de Portugal	



## Anexo II

### Quadro nº. 7 – Construção e evolução dos Concelhos de Palmela, Setúbal e da Zona de Pinhal Novo

Concelho	Cons- tituição	Suporte legal	Extin- ção	Integra- ção	Suporte legal	Res- tau- ração	Suporte legal
Palmela	1185  1512	Foral  Foral Novo	1855	Setubal	Decreto de 24/10/185 5	1926	Decreto nº.1261 5 de 1/11
Setúbal	1343  1514  1855  1860 (cidade) 1926	Carta Régia  Foral Novo  Decreto de 24/10 /1855  D.Pedro V  Sede de distrito					
Pinhal Novo	1856	Reforma Adminis- trativa					

## Anexo II

### Quadro nº. 8 - Evolução das unidades Administrativas do Continente no período de 1801 a 1911.

ANO	Comarcas (a)	Provincias	Distritos	Concelhos (Valores aproxima- dos) (b)	Legislador	Obs
1801	48	-	-	841		
1811	48	-	-	838		
1821-22	45	6	-	785	Constituição Vintista	
1833	40	8	-	796	Mouzinho da Silveira Dec.Lei nº. 23 de 16/5/32 regulamentado pelo Dec. Lei nº. 65 de 28/6/33 por Cândido José Xavier.	
1835	-	-	17	799		
1836	-	-	17	351		
1842	-	-	17	382		F 1
1855	-	-	17	256		
1864	-	-	17	268		
1878	-	-	17	266		F2
1911	-	-	17	262		

Fonte: Ernesto Castro Leal et alli, *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela, Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*. Coleção Cadernos Locais- Volume I, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1998.

#### **(a)-Agrupava Concelhos e tinha o Corregedor como magistrado régio**

F1-Código Cabralista de 1842 (centralista e em vigor cerca de 37 anos)

F2-Código de 1878, inspirado por António Rodrigues Sampaio (espírito centralizador e reposto após a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910)

## Anexo II

### **Quadro nº. 9- População residente no Distrito de Setúbal por distrito e concelhos (1864-1920).**

Distrito, Concelhos	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Setúbal	91 587	102 011	115 305	133 863	166 263	186 340
Alcácer do Sal	8 193	9 271	9 434	9 606	12 524	12 735
Alcochete	4 286	4 517	4 997	6 088	6 502	6 175
Almada	10 192	11896	13 530	15 764	18 076	20 291
Barreiro	4 439	4 841	5 628	7 738	12 057	15 001
Grândola	5 553	6 230	6 887	7 539	10 011	11 081
Moita	4 404	4 808	5 490	6 350	6 117	7 062
Montijo	6 325	7 342	9 094	10 504	11 105	12 466
Palmela	6 172	6 921	8 277	10 584	12 892	13 920
Santiago do Cacém	10 951	11 918	13 304	14 588	18 158	19 799
Seixal	5 634	5 345	5 492	6 661	8 531	9 621
Sesimbra	5 749	6 801	8 340	9 047	10 620	11 472
Setúbal	15 541	18 758	21 252	25 406	32 096	41 131
Sines	3 148	3 363	3 580	3 988	7 574	5. 586

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77e 78

## Anexo II

### **Quadro nº. 10 (Setúbal) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelho, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Setúbal (958)</b>	<b>15 541</b>	<b>18 758</b>	<b>21 252</b>	<b>25 406</b>	<b>32 096</b>	<b>41 131</b>
Nossa Senhora da Anunciada	4 323	5 085	6 012	7 859	9 732	14 000
Santa Maria da Graça	1 547	1 611	1 940	2 344	2 370	2 373
S. Julião	3 376	3 836	4 270	4 942	6 249	6 407
S. Lourenço	1 841	2 320	2 126	2 394	2 719	2 569
S. Sebastião	3 482	4 833	5 669	6 577	9 611	14 222
S. Simão	972	1 073	1 235	1 290	1 415	1 560

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78

## Anexo II

### **Quadro nº.11 (Alcácer do Sal) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Alcácer do Sal</b>	<b>9 193</b>	<b>9 271</b>	<b>9 434</b>	<b>9 606</b>	<b>12 524</b>	<b>12 735</b>
Santa Maria do Castelo	3 177	3 348	3 430	3 255	4 292	4 199
Santa Susana	401	384	431	522	a)	a)
Santiago	2 516	2 620	2 570	2 698	4 186	4 471
Torrão (Nossa Senhora da Assunção)	3 099	2 919	3 003	3 131	4 046	4 065

a) Nos censos de 1911 a 1930 estava anexada à de Santiago. Pelo Decreto-Lei nº.27424 de 31-12-1936, foram desanexadas passando a constituir freguesias distintas.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.

## Anexo II

### **Quadro nº.12 (Alcochete) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Alcochete</b>	<b>4 286</b>	<b>4 517</b>	<b>4 997</b>	<b>6 088</b>	<b>6 502</b>	<b>6 175</b>
Alcochete (S. João Batista)	3 785	3 905	4 283	5 132	5 401	5 029
Samouco (S. Brás)	501	612	714	956	1 101	1 146

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.

## Anexo II

### **Quadro nº.13 ( Almada) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Almada</b>	<b>10 192</b>	<b>11 896</b>	<b>13 530</b>	<b>15 764</b>	<b>18 076</b>	<b>20 291</b>
Almada (Santiago)	4 011	5 076	6 745	7 749	9 871	11 478
Caparica( Nossa Senhora do Monte da Caparica)	6 181	6 820	6 785	8 015	8 205	8 813
Costa da Caparica (Nossa Senhora da Conceição) (a)	-	-	-	-	-	-
Cova da Piedade (Santiago) (b)	-	-	-	-	-	-
Trafaria ( Nossa Senhora do Monte da Caparica)	-	-	-	-	-	-

a) Criada pelo Decreto-Lei nº. 37 301, de 12-2-1949, com lugares da freguesia da Trafaria

b) Criada pelo Decreto-Lei nº. 15 004, de 7-2-1928, com lugares da freguesia de Almada

c) Criada pelo Decreto –Lei nº.12 432 de 7-10-1926, com lugares da freguesia da Caparica. Pelo Decreto-Lei nº. 37 301, de 12-2-1949, foi criada a freguesia de Costa da Caprica com lugares desta freguesia.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.

## Anexo II

### **Quadro nº.14 (Barreiro) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Barreiro</b>	<b>4 439</b>	<b>4 841</b>	<b>5 628</b>	<b>7 738</b>	<b>12 057</b>	<b>15 001</b>
Barreiro (Santa Cruz)	2 917	3 288	3 682	5 118	8 355	10 859
Lavradio (Santa Margarida)	770	684	783	908	1 201	1 183
Palhais (Nossa Senhora da Graça)	752	869	1 163	1 712	2 501	2 959

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.



## Anexo II

### **Quadro nº.15 (Grândola) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Grândola</b>	<b>5 553</b>	<b>6 230</b>	<b>6 887</b>	<b>7 539</b>	<b>10 011</b>	<b>11 081</b>
Azinhais dos Barros e S. Mamede do Sádão ( Nossa Senhora da Conceição)	1 066	1 068	1 244	1 202	1 601	2 131
Grândola (Nossa Senhora da Assunção)	2 329	2 675	3 066	3 541	5 635	5 934
Melides (S. Pedro de Melides)	1 619	1 899	1 968	2 092	2 060	2 253
Santa Margarida da Serra	539	588	609	704	715	763

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.

## Anexo II

### **Quadro nº.16 (Moita) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Moita</b>	<b>4 404</b>	<b>4 808</b>	<b>5 490</b>	<b>6 350</b>	<b>6 117</b>	<b>7 062</b>
Alhos Vedros (S.Lourenço)	1 334	1 446	1 566	1 731	2 067	2 336
Moita (Nossa Senhora da Boa Viagem)	3 070	3 362	3 924	4 619	4 050	4 726

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 77.

## Anexo II

### **Quadro nº.17 (Montijo ) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Montijo(a)</b>	<b>6 325</b>	<b>7 342</b>	<b>9 094</b>	<b>10 504</b>	<b>11 105</b>	<b>12 466</b>
Canha( Nossa Senhora da Oliveira)	1 069	1 074	974	1 006	1 093	1 733
Montijo (Espírito Santo)	4 666	5 471	7 156	8 113	8 398	9 171
Santo Isidro de Pegões (Santo Isidro) (b)	-	-	-	-	-	
Sarilhos Grandes (S.Jorge)	590	797	964	1 385	1 614	1 562

a) Nos censos de 1864 a 1920 figura Aldeia Galega do Ribatejo. Pelo decreto-lei nº. 18 434, de 6-6-1930, a vila e freguesia de Aldeia Galega do Ribatejo passaram a ter a actual denominação.

b) Criada pelo Decreto-Lei nº. 41 320, de 14-10-1957, com lugares da freguesia de Canha e Marateca do concelho de Palmela.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.

## Anexo II

### **Quadro nº.18 ( Palmela) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Palmela</b>	<b>6 172</b>	<b>6 921</b>	<b>8 277</b>	<b>10 584</b>	<b>12 892</b>	<b>13 920</b>
Marateca (S. Pedro de Marateca) (a)	-	391	-	-	-	-
Palmela ( S.Pedro)	6 172	6 530	8 277	10 584	12 892	13 920
Pinhal Novo (S. José) (b)	-	-	-	-	-	-
Quinta do Anjo ( Nossa Senhora da Redenção) ( c )	-	-	-	-	-	

a) Nos censos de 1864 a 1920 pertencia ao concelho de Setúbal. Pelo Decreto nº.12 615, de 1-11-1926, que criou o concelho de Palmela, esta freguesia passou a fazer parte deste concelho. Com lugares desta freguesia foi criada a de Santo Isidro de Pegões, do concelho do Montijo. (decreto-lei nº. 41 320 de 14-10-1957)

b)Nos censos de 1864 a 1920 pertencia ao concelho de Setubal. Pelo decreto-lei nº. 12 615, de 1-11-1926, foi criado o concelho de Palmela, que ficou constituído pelas freguesias de Palmela e Marateca. Pelo decreto-lei nº. 15 004 de 7-2-1928, foram criadas, com lugares desta freguesia as Quinta do Anjo e Pinhal Novo.

c) Criada pelo decreto-lei nº. 15 004, de 7-2-1928, com lugares da freguesia de Palmela.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.

## Anexo II

### **Quadro nº.19 ( Santiago do Cacém) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Santiago do Cacém</b>	<b>10 951</b>	<b>11 918</b>	<b>13 304</b>	<b>14 588</b>	<b>18 158</b>	<b>19 799</b>
Abela( Nossa Senhora de Abela)	1 085	1 053	1 371	1 418	1 790	1 863
Alvalade (Nossa Senhora da Conceição)	1 012	966	773	999	1 950	2 279
Cercal (S. Salvador)	2 145	2 211	2 446	2 763	3 194	3 885
Ermidas-Sado( Nossa Senhora da Conceição) (a)	-	-	-	-	-	
Santa Cruz	412	505	495	540	650	635
Santiago do Cacém (Santiago)	2 666	3 193	3 969	4 188	4 641	5 103
Santo André	983	1 191	1 216	1 284	1 671	1 727
S. Bartolomeu da Serra (S. Bartolomeu)	660	631	774	841	944	945
S. Domingos	1 177	1 223	1 222	1 387	2 013	2 105
S. Francisco da Serra (S. Francisco)	811	945	1 038	1 168	1 305	1 257

- a) Nos censos de 1864 pertencia ao concelho de Odemira, distrito de Beja, tendo passado para o de Santiago do Cacém por decreto de 21-9-1875. No censo de 1940 figura Cercal do Alentejo.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.

## Anexo II

### **Quadro nº.20 (Seixal) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Seixal</b>	<b>5 634</b>	<b>5 345</b>	<b>5 492</b>	<b>6 661</b>	<b>8 531</b>	<b>9 621</b>
Aldeia de Paio Pires(Nossa Senhora da Anunciada)	948	891	824	956	1 130	1 335
Amora (Nossa Senhora do Monte São)	1 119	1 129	1 263	2 055	2 466	2 701
Arrentela (Nossa Senhora da Soledade)	1 195	1 289	1 393	1 410	2 021	2 259
Seixal (Nossa Senhora da Conceição)	2 372	2 036	2 012	2 240	2 914	3 326

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.

## Anexo II

### **Quadro nº.21 (Sesimbra) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Sesimbra</b>	<b>5 749</b>	<b>6 801</b>	<b>8 340</b>	<b>9 047</b>	<b>10 620</b>	<b>11 472</b>
Castelo (Nossa Senhora da Conceição)	2 664	3 081	3 631	3 912	4 809	5 255
Santiago	3 085	3 720	4 709	5 135	5 811	6 217

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.

## Anexo II

### **Quadro nº.22 (Sines) - População residente no Distrito de Setúbal por concelhos e freguesias.**

Concelhos, freguesias	Anos dos Recenseamentos					
	1864	1878	1890	1900	1911	1920
<b>Sines</b>	<b>3 148</b>	<b>3 363</b>	<b>3 580</b>	<b>3 988</b>	<b>7 574</b>	<b>5 586</b>
Sines ( S. Salvador) (a)	3 148	3 363	3 580	3 988	4 808	5 586
População embarcada					2 766	

a) Nos censos de 1864 a 1911 a figura do concelho de Santiago do Cacém. Pela Lei nº. 167, de 19-5-1914, foi restaurado o antigo concelho de Sines, ficando constituído por esta freguesia, que deixou de fazer parte do concelho de Santiago do Cacém.

Fonte: *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol.1º, Lisboa, INE, 1960 p. 78.



## Anexo II

### Quadro nº. 23 – População emigrante nos períodos de 1866 a 1920.

Períodos	Nº. de habitantes
<b>1866-1871</b>	<b>8 584</b>
<b>1872-1875</b>	<b>12 103</b>
<b>1876-1880</b>	<b>11 565</b>
<b>1881-1885</b>	<b>16 882</b>
<b>1886-1890</b>	<b>20 990</b>
<b>1891-1895</b>	<b>31 676</b>
<b>1896-1900</b>	<b>22 327</b>
<b>1901-1905</b>	<b>25 668</b>
<b>1906-1910</b>	<b>39 585</b>
<b>1911-1915</b>	<b>54 255</b>
<b>1916-1920</b>	<b>30 899</b>

Fonte: Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4<sup>a</sup>. ed., Lisboa, Arcádia, 1980, p.46.

## Anexo II

### Quadro nº. 24 - Caracterização das unidades de paisagem

Local	Limites	Morfologia do espaço	Povoamento vegetal e animal	Ocupação humana	Povoamento rural	Arquitectura rural/Património
<b>1.1- Palmela</b>	Situada na Península de Setúbal, entre os rios Tejo e Sado	C/ 3 zonas:  N- C/ondulação.  E e NE- Plana.  S- Montanhosa.	Vinha, Figueira, oliveira. Ovelhas, Carneiros,	Antes:-  Agricultura  Hoje:  Comércio, Indústria, Turismo	Aglomeração Alcantilada	Castelo
<b>1.2- Pinhal Novo</b>	Integra o Concelho de Palmela	Planície	Charneca Pinhal Animais selvagens.	Antes:  Charneca e Pinhal  Hoje:  Culturas agrícolas (vinha) Comércio Indústria	Aglomeração Alongada	Actividades culturais
<b>1.3- Setúbal</b>	Situada na margem direita do estuário do rio Sado	Planície	Vinha, vacas cavalos	Antes:  Culturas agrícolas Pesca e conservas de peixe.  Hoje:  Pesca, Indústria, Comércio, Turismo.	Aglomeração Portuária	Actividades culturais

## Anexo II

### Quadro nº.25 - Situação agrícola em Portugal no século XIX

Portugal mantinha uma agricultura e uma indústria pouco desenvolvidas

Este atraso devia-se aos seguintes aspectos

Morgadios (Grandes propriedades indevisas que não eram aproveitadas)	Baldios (terrenos incultos que podiam ser aproveitados por toda a comunidade)	Técnicas e utensílios rudimentares	Analfabetis- mo	Insufici- ente uso de fertilizantes	Dificuldades no escoamento da produção
---	---	--	--------------------	---	---

## Anexo II

### **Quadro nº.26 - Transformações agrícolas em Portugal nos finais do século XIX**

Os governos liberais tomaram medidas com vista a modernizar e a rentabilizar a agricultura

Entre elas, salientam-se:

Extinção dos morgadios	Apropriação de muitos baldios	Aumento da plantação de pomares e hortas	Fomento da produção do vinho, milho, arroz, batata	Criação de gado e produção de forragens	Novos instrumentos e novas máquinas agrícolas	Utilização de adubos químicos
------------------------	-------------------------------	--	--	---	---	-------------------------------

## **Anexo II**

### **Quadro nº.27 - Legislaturas de 1869 a 1881-eleições de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Círculo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1869	Círculo do Redondo	1/5/1869		
1870	Círculo do Redondo	11/4/1870		
1870	Círculo do Redondo	18/11/1870		
1871	Círculo do Redondo	27/7/1871		
1874	Círculo de Évora	9/1/1875		
1878	Círculo de Évora	23/1/1879		
1879	Círculo de Aldeia Galega	14/1/1880		
1881	Círculo de Aldeia Galega	20/1/1882		

Fonte:Dicionário Histórico e Parlamentar, pp. 582/583.

## Anexo II

### **Quadro nº.28 - Legislaturas de 1869 a 1873-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1869	Comissão administrativa				
1870	Comissão administrativa	A construção do prolongamento da linha de caminho de ferro do Sueste (18/11/1871, concluída em 1873 (linha férrea de Évora a Extremoz)	-	Câmara dos Pares.  Comissão do Comércio e Artes	-
1871	Comissão administrativa	Projecto de Lei para prolongamento dos ramais de Beja à fronteira		Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura	
1872	Comissão administrativa			Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura	
1873	Comissão administrativa	A construção do caminho de ferro da Beira, com ramal para a Covilhã (14/3/1873), concluída em 1888. (linha férrea da Beira Alta)		Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura	

## Anexo II

### **Quadro nº. 29 - Legislaturas de 1873 a 1876-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1874		A elevar os direitos dos cereais importados.- Aumentar os direitos sobre a farinha de trigo e cereais. Subsidiar a panificação nacional. Diminuir os direitos do consumo dos vinhos e acabar com os direitos de exportação			
1875	Comissão administrativa	Acabar com as deduções dos servidores do Estado (30/1/1875)	-	Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura - Comissão da Fazenda.	-
1876	Comissão administrativa			Camara dos Pares.  Comissão da Agricultura - Comissão da Fazenda	

## Anexo II

### **Quadro nº.30 - Legislaturas de 1877 a 1879-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1877	Comissão administrativa			Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura - Comissão da Fazenda.	
1878	Comissão administrativa	A elevar os direitos dos cereais importados		Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura - Comissão da Fazenda.	-
1879	Comissão administrativa			Câmara dos Pares.  Comissão da Agricultura - Comissão da Fazenda - Comissão do Comércio e Artes.  Comissão de verificação de poderes.	



## Anexo II

### Quadro nº.31 - Legislaturas de 1880 a 1881-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1880	Comissão administrativa			Câmara os Pares.  Comissão da Agricultura - .	
1881	Comissão administrativa				

## Anexo II

### Quadro nº.32 - Legislatura de 1882 a 1884-Eleições de José Maria dos Santos

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1882	100 Aldeia Galega (21/8/81)	20 de Janeiro de 1882	Janeiro Dias: 1-2-3-5-6-7-9-12-14-19-20-21-23-26-27-28-30 Julho. Dias:3-4-5-7-8-11-12-14-15-18-19.	Janeiro Dias:24-25-28. Fevereiro Dias:4-6-7-11-15-24-25-27-28. Março Dias:3-5-11-18-21-22-27-29. Abril Dias: 10-12-15-17-22. Maio Dias:2-4-5-6-9-10-11-12-15-22-23-25-26-28.
1883			Janeiro Dias:3-4-8-9-10-13-15-17-19-20-24-27-30-31.	Fevereiro Dias:8-9-10-13-16-17-21-23. Março Dias:3-6-10-13-16-26-30. Abril Dias:2-4-6-7-9-14-16-17-19-20-21-23-27-28-30. Maio Dias: 1-4-8-9-11-12-14-18-22 Junho Dias:5-8-12-15-16. Dezembro Dias:18-19-22.
1884			Fevereiro Dias:1-4-5-6-8-9-11-12-13-15-16-19-22-29. Março Dias:4-6-8-10-11-12-14-15-17-18-19-21-22-24-26-28-29. Abril Dias:1-2-4-5-7-14-15-16-18-19-25.	Janeiro Dias:3-5-8-9-15-19-21-23-25-26-29. Maio Dias:1-2-3-5-10-13-14.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1882-1884. p.105 e 107

## Anexo II

### **Quadro nº.33 - Legislatura de 1882 a 1884-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1882	Comissão de agricultura Comissão administrativa Comissão da Fazenda		Nº. 131-137-222		
1883	Comissão da Fazenda (acta nº. 5) Comissão administrativa (acta nº. 5) Comissão de agricultura (acta nº. 21)	-	-	-	-
1884	Comissão da Fazenda (acta nº.3) Comissão administrativa (acta nº. 10) Comissão de agricultura (acta nº.4)	Nº. 76-B			

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1882-1884. p.106.

## Anexo II

### Quadro nº.34 - Legislatura de 1884 a 1887-Eleições de José Maria dos Santos

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1884	79 Aldeia Galega (29/6/84)	27 de Dezembro de 1884		Dezembro Dias:17-20-23-24-29-30-31.
2ª. Sessão Legislativa de 1885			Maio Dias:1-2-5-8-9-11-12-15-16-18-20-22-23-25-26-27-29. Julho(sessões diurnas) Dias:1-2-3-4-6-7-8-9-10. (Sessões nocturnas)-6	Janeiro Dias:5-7-9-13-19-20-23-26-30. Fevereiro Dias:3-4-7-9-10-23-24-27. Março Dias:5-6-10-20-24-27-30. Abril Dias:8-10-11-14-18-25. Maio Dias:30. Junho Dias: ( sessões diurnas)1-23-6-8-9-10-11-15-16-17-18-19-20-23-25-26-30. (Sessões nocturnas).111-18-20-22. Julho (sessões diurnas) 11.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1884-1887. p.136

## Anexo: II

### **Quadro nº.35 - Legislatura de 1884 a 1887-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos.**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1884	.				
1885	Comissão administrativa Comissão da Fazenda Comissão de agricultura Comissão de relatórios das juntas geraes		Nº. 150-185	Comissão parlamentar de inquérito sobre o imposto do sal. Comissão parlamentar de inquérito sobre a crise cerealífera. (Vice-Presidente)	-

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1884-1887. p.136.

## Anexo II

### Quadro nº.36 - Legislatura de 1887 a 1889-Eleições de José Maria dos Santos

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1ª. Sessão legislativa de 1887	79- Aldeia Gallega	13 de Abril de 1887	Maio Dias: (sessões diurnas) 2-3-4-7-9-10-11-13-14-16-17-18-20-24-27-28-30. (sessão noturna) 25.	Abril Dias:2-5-6-15-16-18-20-25-27-28-30. Maio Dias: (sessão diurna)31. (sessão noturna) 31. Junho Dias: (sessões diurnas) 3-4-6-7-10-11-28. (sessões noturnas) 3-10-14-16-22-25-27. Julho Dias: (sessões diurnas)1-2-6-8-11-14-15-16-18-19-20-22-25-27-30. (sessões noturnas)5-8-12-15-20-22-28-. Agosto Dias: (sessões diurnas) 2-3. (sessões noturnas) 2-3.
2ª. Sessão legislativa – 1888			.	Janeiro Dias:2-4-7-9-10-11-13-14-17-18-20-21-23-27-28-31. Fevereiro Dias: 1-3-4-6-7-8-18-20-21-22-25-29. Março Dias: 2-3-9-10-17-19-22-24-26-27-28. Abril Dias: 2-3-6-7-9-11.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Político da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1887-1889. p.112

## Anexo II

### **Quadro nº.37 - Legislatura de 1887 a 1889-Eleições de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1889	79- Aldeia Gallega	13 de Abril de 1887	Janeiro Dias:2-5-10-11-12-15-16-19-21-23- Maio Dias:3-4-6-7-8-9-10-13-14-15-18-20-21-22-27.	Janeiro Dias:28-29. Fevereiro Dias:4. Abril Dias:5-10-13-15-23-24-26-27. Junho Dias: 1-3-5-8-10-19. (sessões noturnas) 4-5-10-11-17-18-19-27. Julho Dias: 3-5. Dezembro Dias:28.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1887-1889. P..112

## Anexo II

### **Quadro nº.38 - Legislatura de 1887 a 1889 - Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1887	Comissão administrativa Comissão da Fazenda Comissão de agricultura	213 B	Nº. 214		
1888	Comissão da Fazenda Comissão de agricultura		Nº..82		
1889	Comissão administrativa Comissão da Fazenda Comissão de agricultura				

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1887-1889. p.112.



## **Anexo II**

### **Quadro nº.39 - Legislatura de 1890-Eleições de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1890	79- Aldeia Gallega	13 de Janeiro de 1890		Janeiro Dias: 2-10-13-17-18-20.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1890. p.112.

## **Anexo II**

### **Quadro nº.40 - Legislatura de 1890- Actividade parlamentar de José Maria dos Santos.**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da camara no intervalo da sessão	Observações
1890	-	-	-	-	-

Fonte: Livro de registos do Pessoal Político da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1890- p.112.

## **Anexo II**

### **Quadro nº.41 - Legislatura de 1893-Eleições de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Circulo por onde foi eleito	Sessão em que tomou posse	Faltas justificadas	Faltas injustificadas
1893	79- Aldeia Gallega	13 de Janeiro de 1893		Janeiro Dias: 17-19- 21.27.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Político da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1893.(não paginado)

## Anexo II

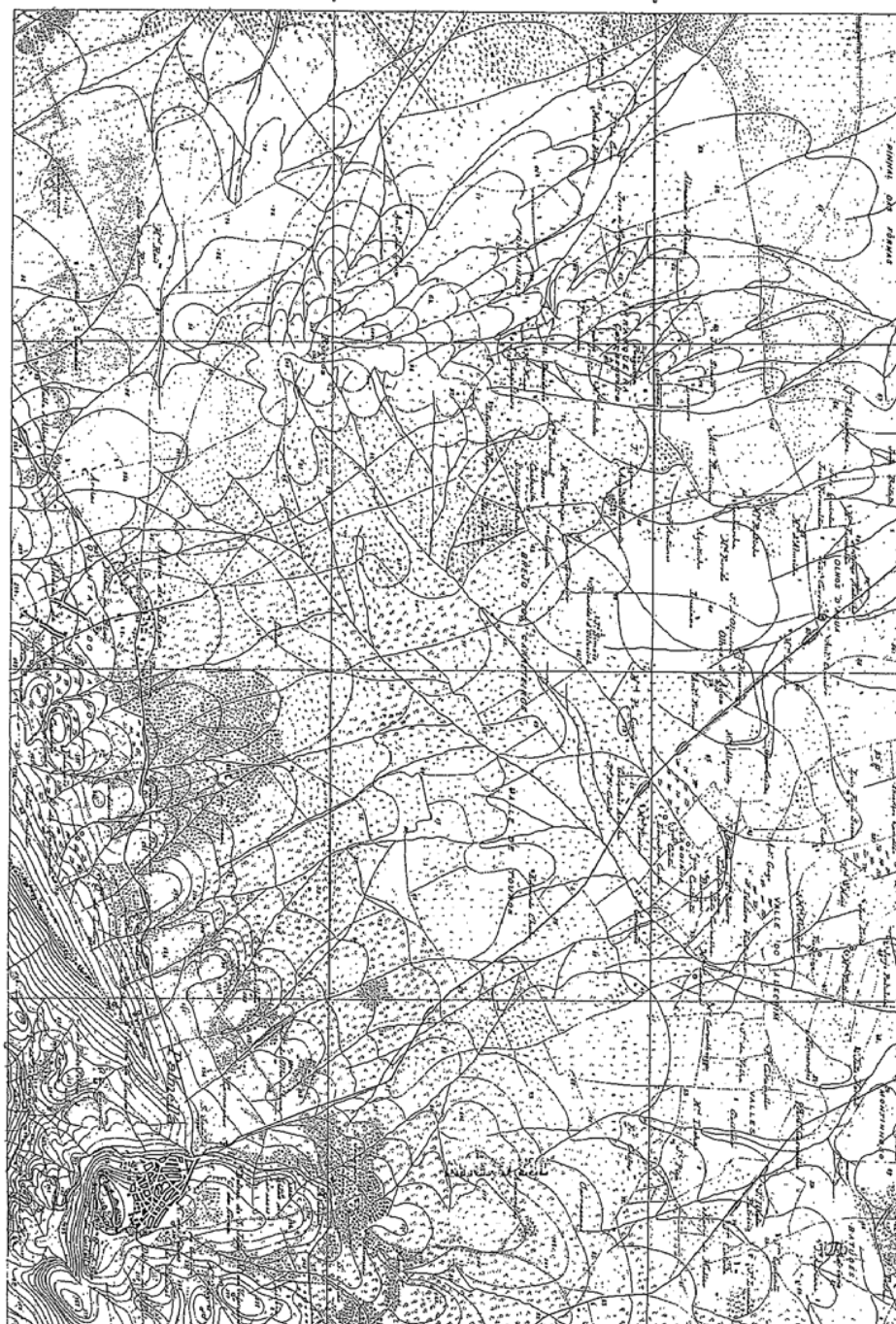
### **Quadro nº.42 - Legislatura de 1893-Actividade parlamentar de José Maria dos Santos**

Sessão legislativa	Comissões para que foi eleito	Projectos que apresentou	Projectos ou pareceres de que foi relator	Comissões parlamentares em que serviu ou trabalhos parlamentares que desempenhou por ordem da Câmara no intervalo da sessão	Observações
1893	-	-	-	-	Nomeado par do reino por carta régia de 29 de Dezembro de 1892. Tomou assento na Câmara dos dignos pares na sessão de 30 de Janeiro de 1893. Vide parecer nº. 113 aprovado em 7 de Fevereiro declarando vago o circulo N°. 79-Aldeia gallega.

Fonte:Livro de registos do Pessoal Politico da Câmara dos Senhores Deputados- Legislatura de 1893-( não paginado)

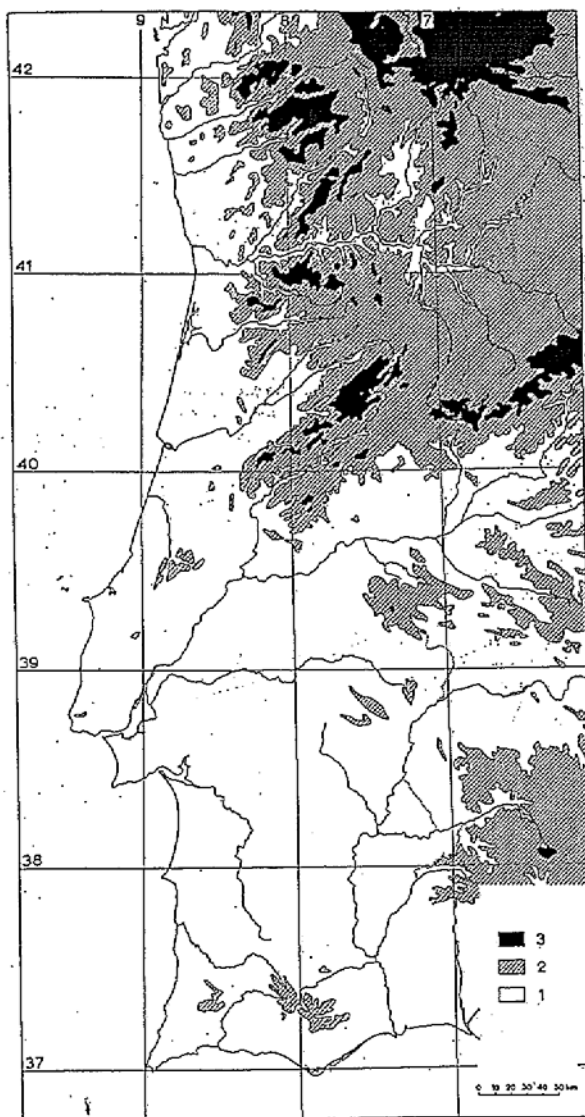
### Anexo III

Mapa nº. 1



### Anexo III

#### Mapa nº. 2

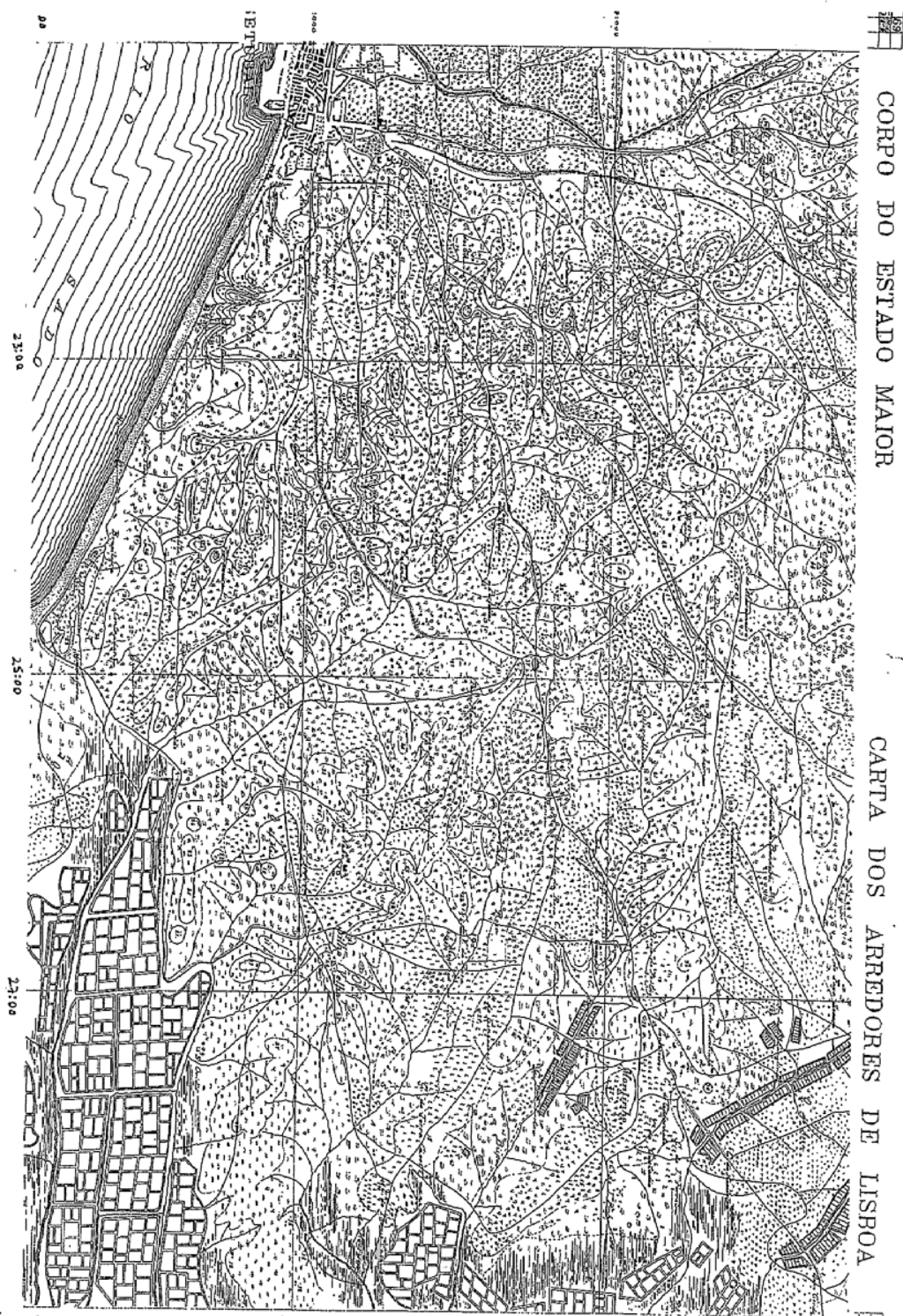


Escala:1:300.000 . Legenda: 1 – abaixo de 400 m; 2 – de 400 m a 700 m; 3 – acima de 700 m.

In: Orlando Ribeiro, Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, 7ª. Ed., rev. e ampl., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1998, p. 179.

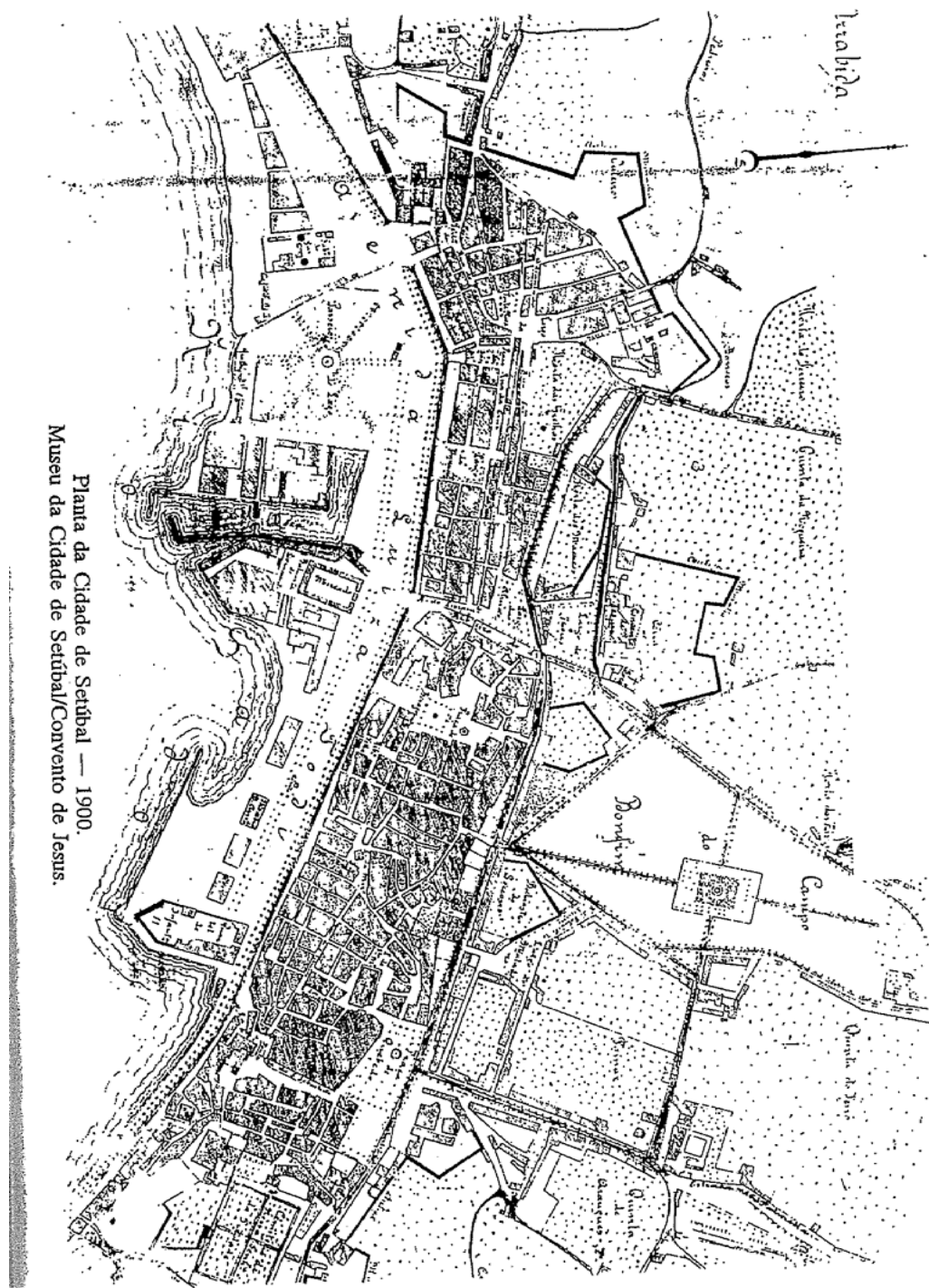
### Anexo III

Mapa nº. 3



### Anexo III

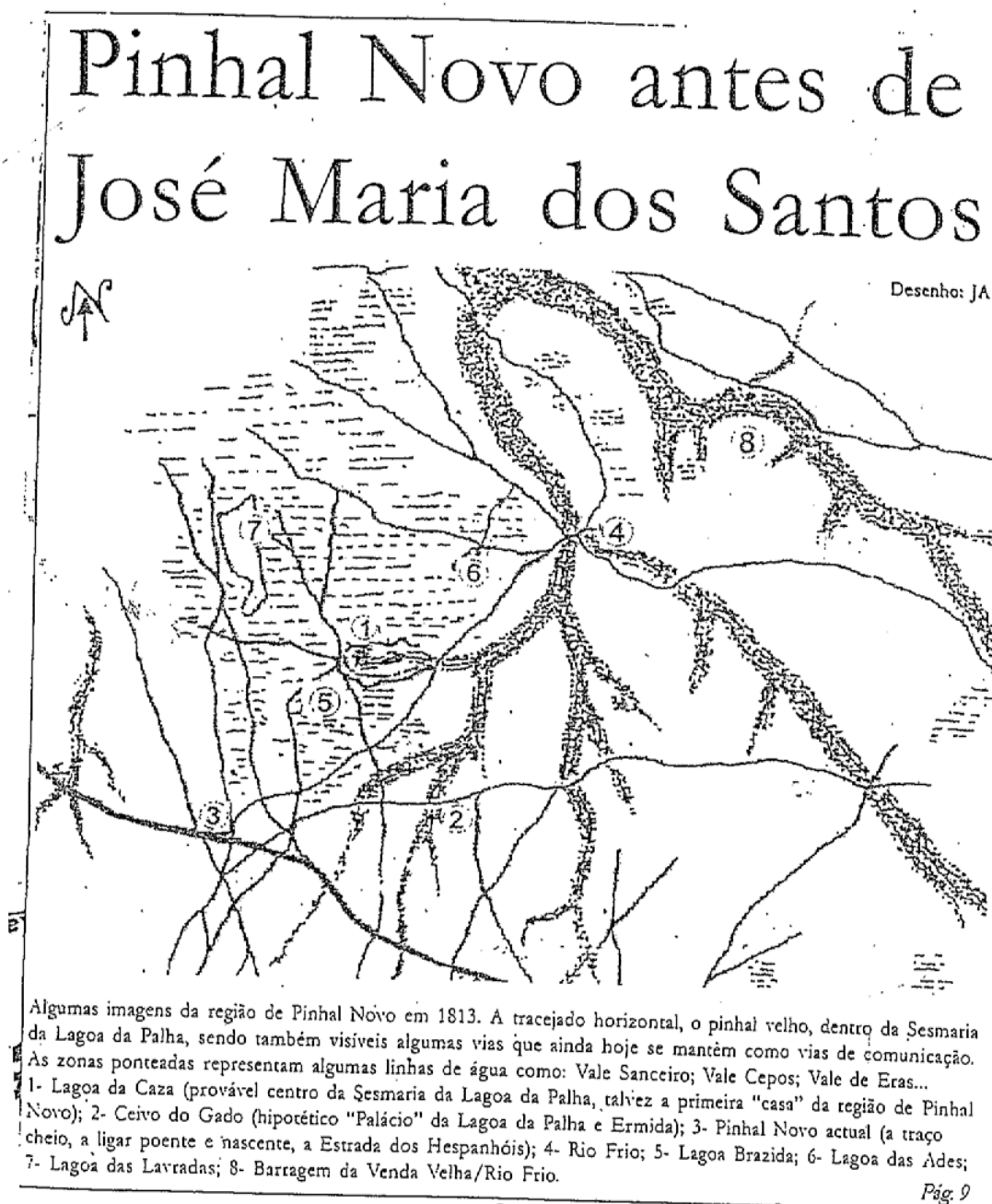
#### Mapa nº. 4





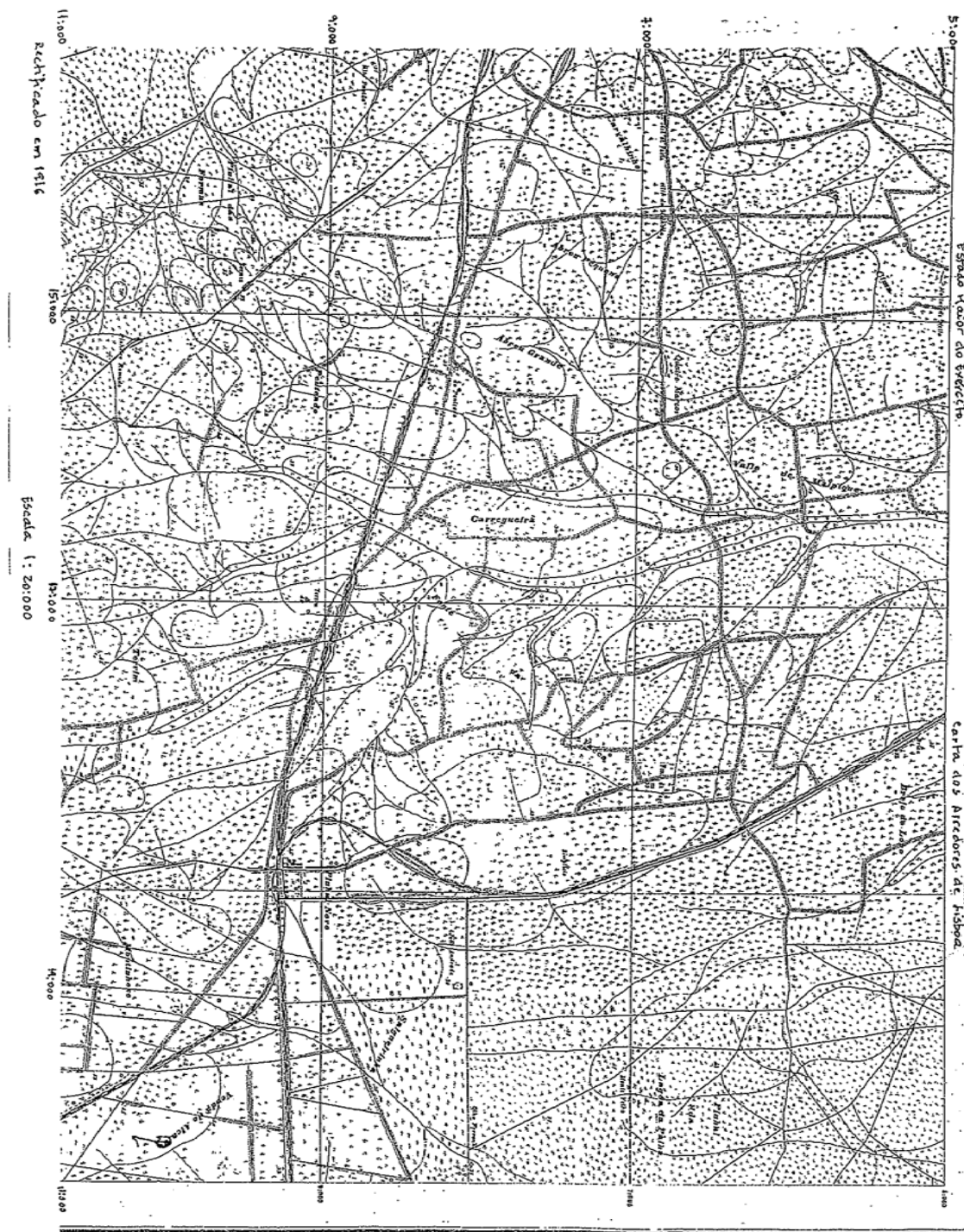
### Anexo III

#### Mapa nº. 5



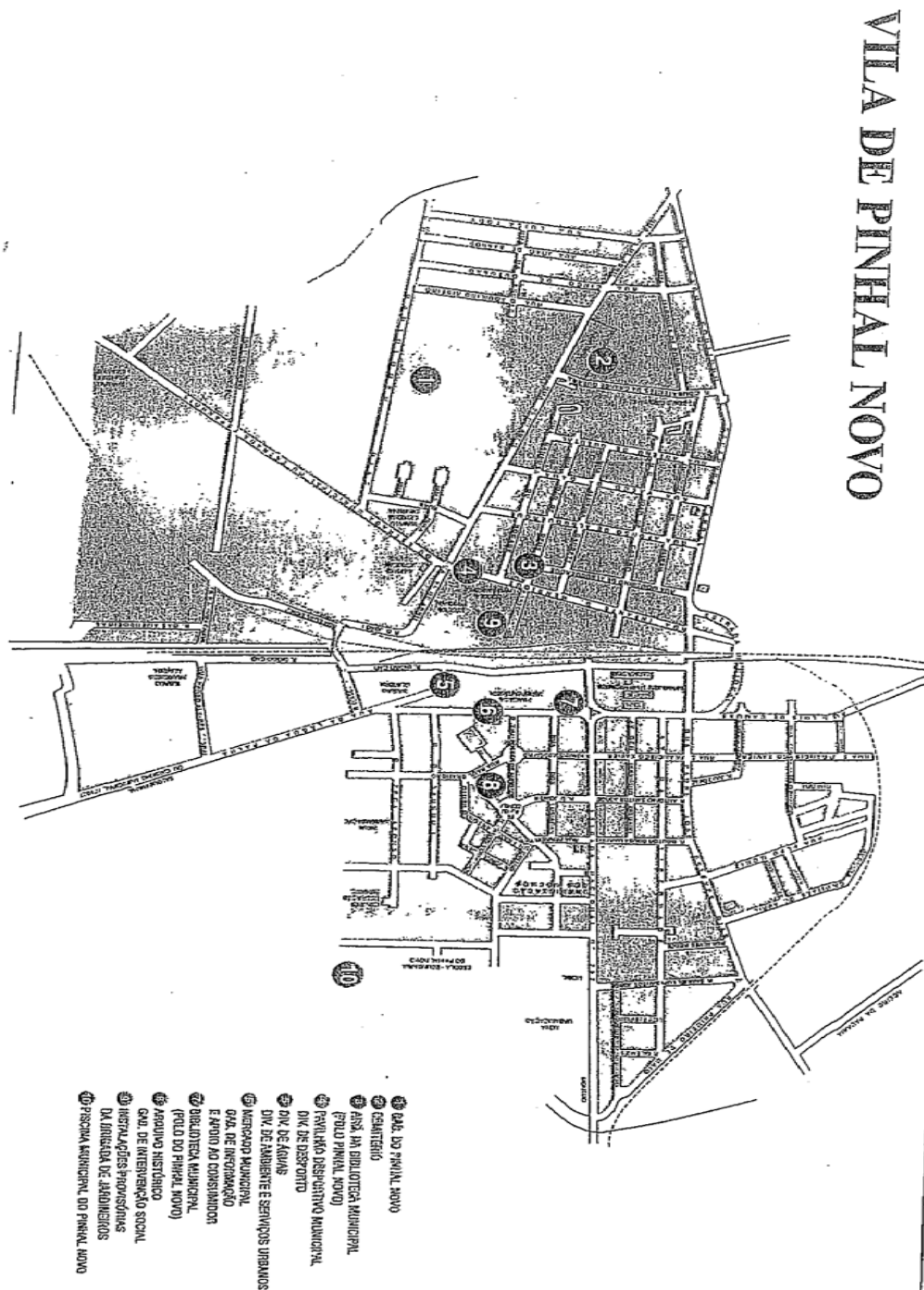
### Anexo III

Mapa nº. 6



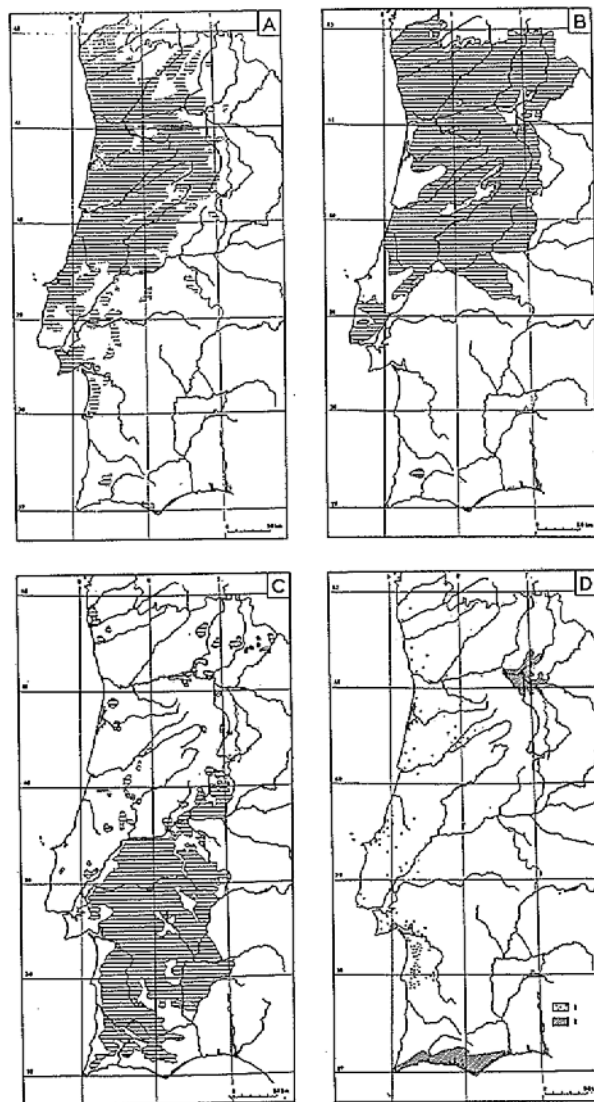
### Anexo III

Mapa nº. 7



### Anexo III

Mapa nº. 8

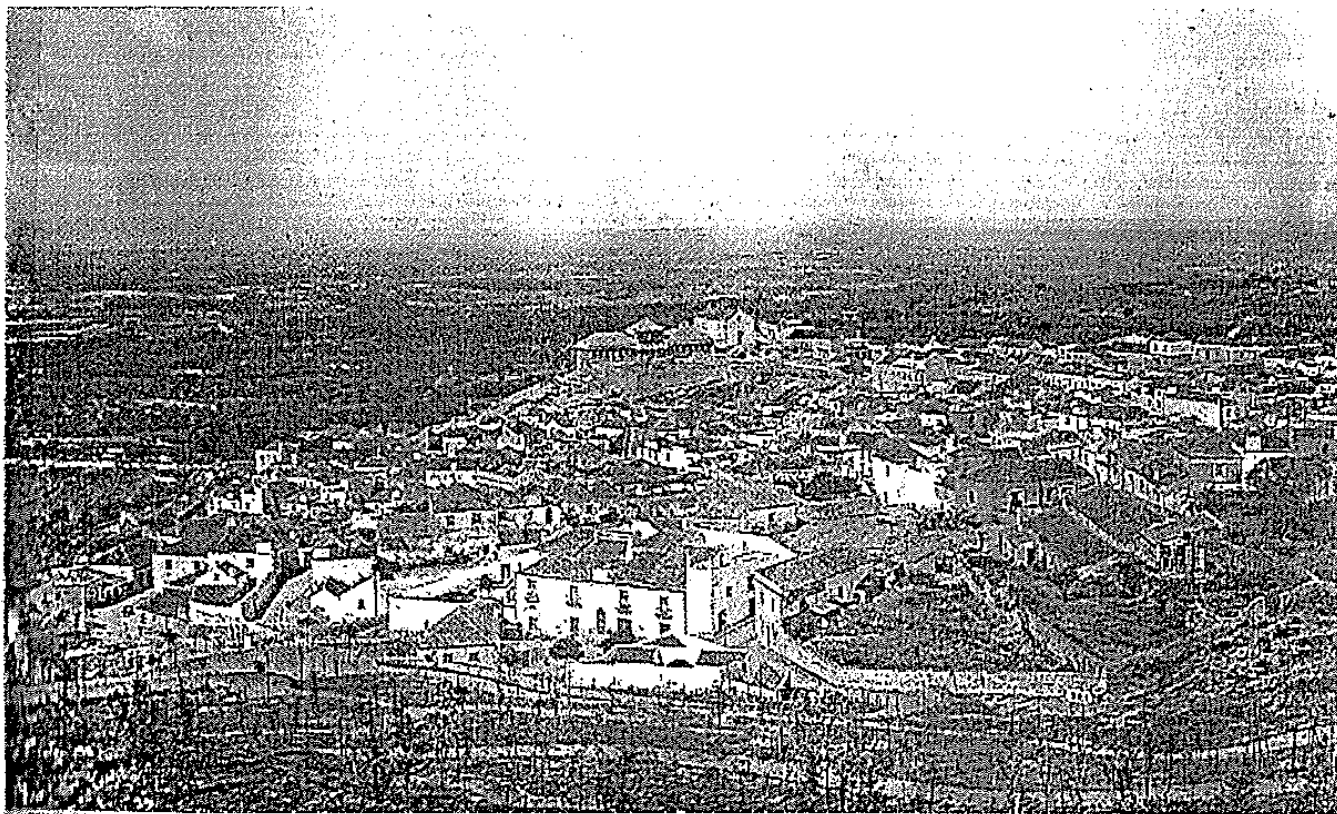


Escala: 1:6 000 000. Legenda: A- pinheiro bravo; B- árvores de folha caduca, principalmente carvalhos e castanheiros; C- *Quercus* de folha perene: sobreiro e azinheira; D- 1. Pinheiro manso; 2. Arvoredo do Alto Douro (amendoeira, figueira) e algarvios (alfarrobeira, amendoeira, figueira).

In: Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed., rev. e ampl., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1998, p. 182.

## Anexo IV

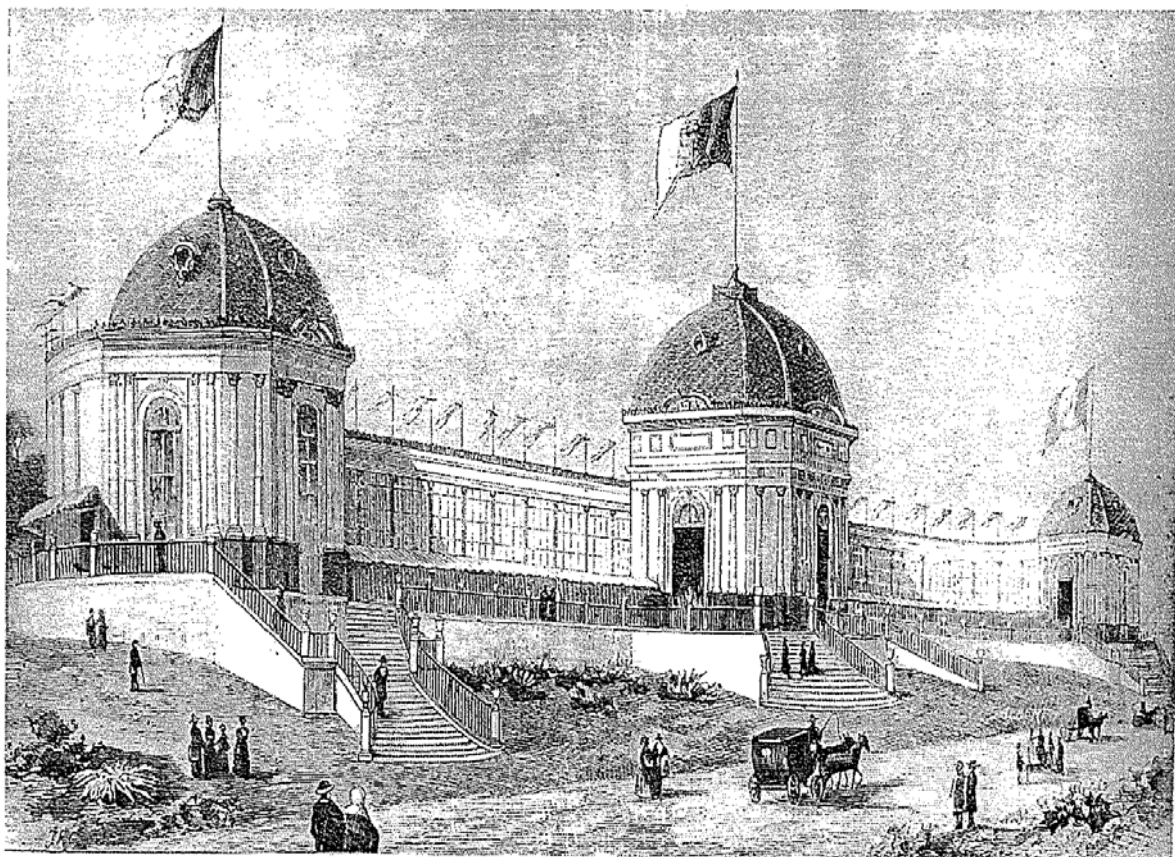
### Gravura n.º 1



Vista de Palmela a partir do Castelo (Foto Américo Ribeiro, 17/10/1928. Arquivo Municipal de Palmela)

## Anexo IV

### Gravura nº.2



Exposição Agrícola de Lisboa, realizada na Tapada da Ajuda em 1884 — Exterior do Pavilhão Principal.  
«O Ocidente», Lisboa, 21 de Maio de 1884.



## Anexo IV

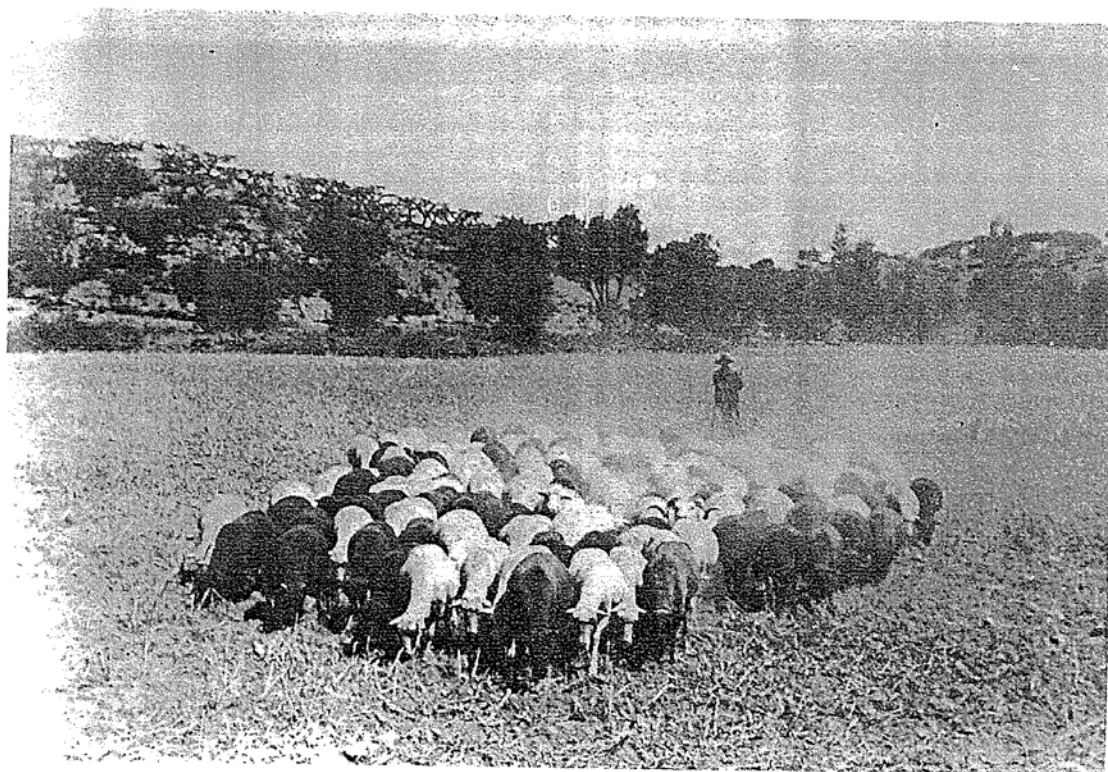
### Gravura nº.3



Exposição Agrícola de Lisboa realizada na Tapada da Ajuda em 1884 — Interior do Pavilhão Central.  
«O Ocidente», Lisboa, 11 de Junho de 1884.

## Anexo IV

### Gravura nº. 4



Gado ovino pastando nos restolhos.  
Fotografia tirada no início do séc. XX por S. Nogueira.



## Anexo IV

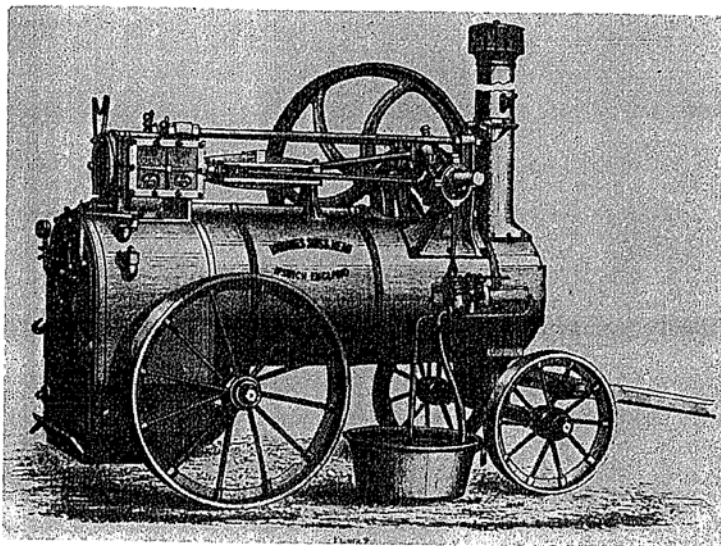
### Gravura nº. 5



Gado ovino num montado Alentejano.  
Fotografia tirada no início do séc. XX por S. Nogueira.

## Anexo IV

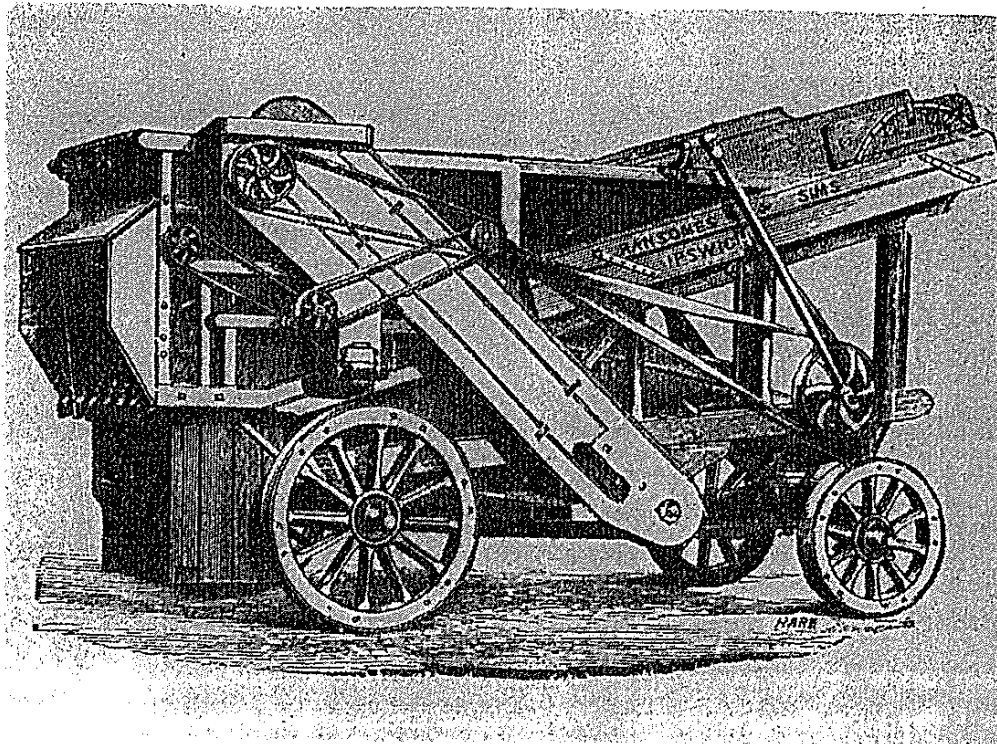
### Gravura n.º 6



Locomóvel da marca RANSOMES SIMS & HEAD IPSWICH in «*Revista da Agricultura na Exposição Universal de Paris de 1878*», Lisboa, Imprensa Nacional, 1879

## Anexo IV

### Gravura nº. 7



Debulhadora da marca RANSOMES SIMS & HEAD IPSWICH, ibidem:

## Anexo IV

### Gravura nº. 8



Monumento Comemorativo a José Maria dos Santos (Foto de Manuel Giraldes da Silva; Arquivo Municipal do Montijo)

## Anexo IV

### Gravura n.º 9



Igreja de S. José numa fotografia antiga (Arquivo Municipal do Montijo).

## Anexo IV

### Gravura nº. 10



Igreja de S José, em Pinhal Novo

## **Anexo IV**

### **Gravura nº. 11**

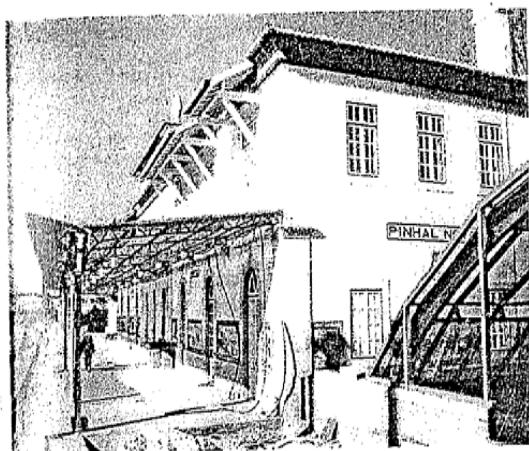


Coreto de Pinhal Novo

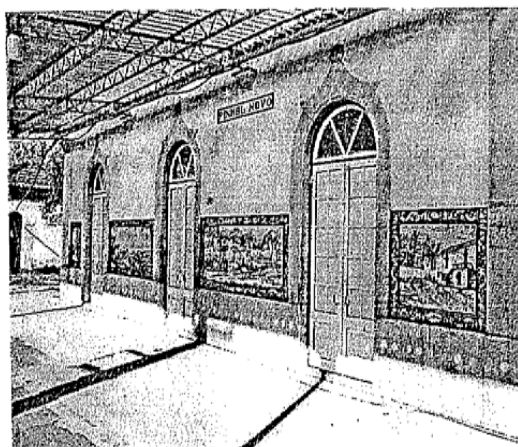


## Anexo IV

### Gravuras n.ºs. 12-13



Edifício da Estação Nova e Gare (Foto José Meco).



Gare da Estação Nova (Foto Adelino Chapa).



## **Anexo IV**

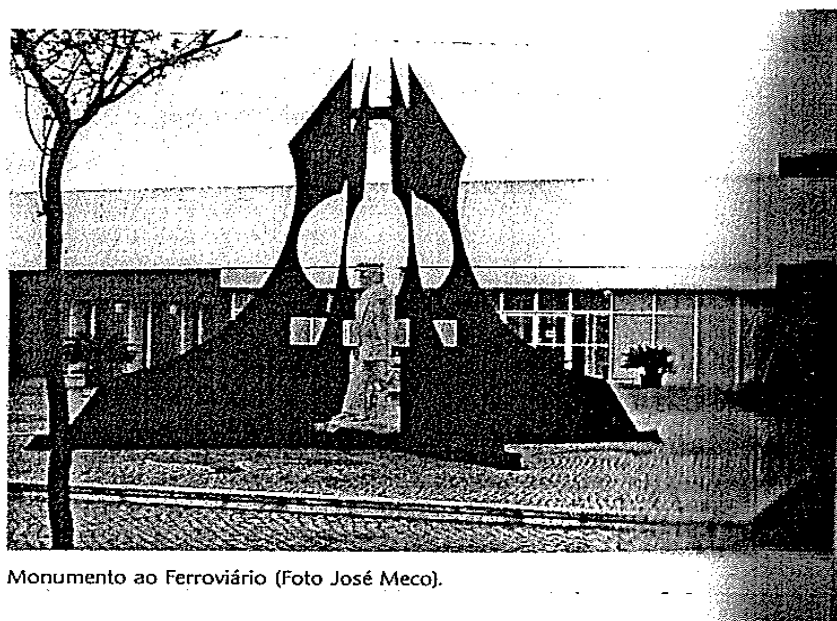
### **Gravura nº. 14**



Fachada da Casa Senhorial

## Anexo IV

### Gravura nº. 15



Monumento ao Ferroviário (Foto José Meco).

## **ÍNDICE OMOMÁSTICO**

ALBORNOS, Sanchez, 41.  
ALMEIDA, M. Castro de, 86.  
ALMEIDA, Pedro Tavares de, 21.  
ANDRADE, António José de, 56.  
ANDRADE, Chistovão Carneiro de, 25.  
ANDRADE, Maria Luiza Correia de Orey, 20.  
ÁRABES, 45,46,48.  
ARAÚJO, José Gregório da Rosa, 157.  
AROUCA, Frederico, 150,151,152,153,157.  
ARROBAS (Conselheiro), 74.  
ARROYO, João, Marcellino, 151,152,153,158.  
ASILO da Ajuda, 38.  
ASILO de Meninas Cegas, 38.  
ASILO dos Pobres de Campolide, 38.  
ASSOCIAÇÃO Protectora da Primeira Infância, 38.  
ASSUMPÇÃO, Manuel d', 151,152,153,158.  
ÁVILA, António José d', 157.  
AZEVEDO, E, 157.  
BARATA, Francisco A. Correia, 150,151,152,153,158.  
BARBA, Francisco Antonio Marques Giraldo, 25.  
BARBOSA, Pedro, 82.  
BASTO, Domingos Ferreira Pinto, 25.  
BELLEM, António Manuel da Cunha, 137.  
BIROU, Alain, 79.  
BORGES, Domingos Pinheiro, 156.  
BRAAMCAMP, Geraldo José, 25.  
BRAGA, Alexandre José Ferreira, 20.  
BRANCO, António José de Assa Castello, 137.  
BRANCO, Camillo Castello, 153.

BRANCO, Franco, 151,152,158.  
BRANCO, João Ferreira Franco Pinto Castello, 153 .  
BRANCO, José Azevedo Castello, 150,158.  
BRANCO, Nuno Miguel Lopes, 104.  
BRUNETIÉRE, Fernando, 34.  
CABRAL, Costa, 72,118.  
CABRITA, José António, 59.  
CABRAL, José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges, 154.  
CABRAL, José de Sousa Faria e Mello, 137.  
CAMPOS, Francisco de Barros Coelho de, 155.  
CAMELOS, 50,59.  
CARRILHO, Antonio Maria Pereira, 150,151,152,153,157,158.  
CARVALHO, Alberto Antonio de Moraes, 25.  
CARVALHO, Antonio Esteves de, 25.  
CARVALHO, Filippe de, 151,152,153.  
CARVALHO, João António de, 137.  
CARVALHO, José Maria Rodrigues de, 154.  
CARVALHO, Lourenço Antonio de, 156.  
CARVALHO, Mariano Cyrillo, 138.  
CARVALHO, Moraes, 151,152,158.  
CARVALHO, Pedro Augusto de,153.  
CARVALHO, Toito (Tito) Augusto de, 157,158.  
CASTRO,Caetano Pereira Sanches, 157.  
CASTRO, Urbano de, 158.  
CELTAS, 48.  
CENTENO,S. R.Barbosa, 158.  
COLÉGIO de São José de São Domingos de Benfica, 38.  
CONSELHO DA EUROPA, 92.  
CORDEIRO, Luciano, 150,151,152,153,157.  
CORDEIRO, Pedro Augusto de Carvalho L., 155.  
CORTEZ, João Maria Parreira, 56,57.  
COSTA, Luis Frederico Bivar Gomes da, 154.

COSTA, Joaquim Cândido da, 26.  
D. AFONSO HENRIQUES, 46.  
D. CARLOS I, 120,121.  
D. FERNANDO, 118.  
D. JOÃO III, 48.  
D. JOÃO V, 92.  
D. LUIS I, 120.  
D. LUIS FILIPE, 121.  
D. MANUEL I, 48.  
D. MANUEL II, 121.  
D. MARIA II, 1,22,24,28,30,118.  
D. MIGUEL I,28,170.  
D. PEDRO V, 2,14,23,32,38,48,58,118,119,120.  
D. SANCHO II, 48.  
FARIA, Carlos Porfirio Pereira, 20.  
FEBVRE, Lucien, 10.  
FENÍCIOS, 48.  
FERNANDES, Joaquim José de Matos, 137.  
FERREIRA, José Dias, 151.  
FILIPA, Isabel, 7.  
FONSECA, Augusto Cesar Falcão da, 156.  
FONSECA, Fernando Taveira da, 54 .  
FONSECA, Rodrigo da, 23,36.  
FORTUNA, A.de Matos, 59,60.  
FRANÇA, Filipe Militão, 137,139.  
FRANCO, José Joaquim, 137.  
FRANCO, Pedro Augusto, 154.  
FREITAS, Jose Joaquim Rodrigues de, 138.  
FUSCHINI, Augusto, 157.  
GAIBÉUS, 59.  
GANÇOSO, Antonio Manuel do Couto, 137.  
GANHADO, Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, 157.

GOFF, Jacques Le, 10.

GODINHO,Vitorino Magalhães, 21,34,42,59.

GOMES, Henrique de Barros, 151,152.

GONÇALVES, Joaquim A. , 157.

GRAÇA,Manuel Vicente, 137,138,139,157.

HENRIQUES, José Manuel, 80,82,83,86.

HERCULANO, Alexandre,41.

HINOJOSA, 41.

HOLBECHE, João Ignacio, 138.

HOSPITAIS de Alcácer, 38.

HOSPITAIS de Alcochete, 38.

HOSPITAIS de Aldeia Galega, 38.

HOSPITAIS de Palmela, 38.

ICOM- Conselho Internacional de Museus, 92.

ICOMOS-Conselho Internaonal dos Monumentos e Sítios, 92.

ISABEL I , (Rainha de Inglaterra), 92.

JALLES, António Maria, 143.

JARDIM, 158.

JARDIM,Cypriano Leite Pereira,139.

JARDIM,Luis Pereira, 138,139.

JOÃO, 38.

JORGE, António dos Santos, 20,89.

JORGE, Joaquim, 22.

JUNIOR, José Ribeiro, 90.

JUNIOR,Estevão Antonio de Oliveira, 137,154,155,158.

LAMAS,Luiz, 38.

LAMPREIA,Francisco Joquim de Sá Camello, 156.

LEAL,Ernesto Castro, 7.

LEITE,Licínio Pinto, 157.

LIBERALISMO, 96.

LOURENÇO, Manoel Marcellino, 25.

MACEDO,Henrique de, 147.

MACHADO, A.P.de Avellar, 157,158.  
MACHADO,Bernardino, 97,157 .  
MACHADO,F.J., 155.  
MAGALHÃES, Antonio de Sousa Pinto de, 150,151 ,153,157,158.  
MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca, 14,  
MALHEIRO,Lourenço, 157.  
MANUEL, Passos, 72.  
MARTINHO V, (Papa), 95.  
MARTINS, Conceição Andrade, 28,55.  
MARTINS, Elias José, 38.  
MARQUES, Oliveira. A.H., 67.  
MATOS, A.C., 56.  
MATOS, Luis Salgado de, 62.  
MELO, Fontes Pereira de, 23,24,26,35,36,54,68,75,97,119.  
MELLO, José de Sousa Faria e, 137.  
MELLO, Lopo, Vaz de Sampaio e, 152,153,158.  
MENDES, J. Amado, 63, 66,70,76,161.  
MENEZES,João da Silveira Cardoso e, 137.  
MESQUITA, A.C.Ferreira de, 150,151,152,153,154.  
MIRA,José Paulo Barahona, 137,139.  
MONIZ, Jayme, 97.  
MONTEIRO, José Luis, 90.  
MONTEIRO, Manoel Sallustiano Damasceno, 25,26.  
MONTEIRO,Miguel Corrêa, 7,16,98.  
MORAES, Paulo de, 59.  
MOTA,Silveira da, 143.  
NAVARRO,Antonio José Lopes, 150,151,152,153 .  
NETO,A.J.Gomes, 154.  
NOGUEIRA, João V. Paula, 33.  
NORA, Pierre, 10.  
NUNES, Jorge ,22.  
OLIVEIRA, José Dias de, 156.

OLIVEIRA,Paulino, 33.  
OLIVEIRA, Salvador Gamito, 33.  
PACHECO,Marçal, 150,151,152,153,158 .  
PALMA,H. Gomes da, 157.  
PARENTE, Joaquim Pedro, 145.  
PEQUITO, Rodrigo Afonso, 157.  
PERDIGÃO, José Antonio, 156.  
PEREIRA, Frederico Guilherme da Silva, 14.  
PEREIRA, Armando,86.  
PIMENTEL, Adolpho, 150,151,152.  
PIMENTEL,Henrique da Cunha, (bacharel), 137.  
PIMENTEL,João Antonio da Gama Lobo, 137.  
PINTO, D.A.C.de Sequeira, 147.  
PINTO, Jayme Arthur da Costa, 157.  
PINTO, João de Mattos, 25.  
PINTO, Raymundo José, 25.  
PITTA, Joaquim Filipe, 137.  
POPPE, Augusto, 150,151,152.153.  
PORTAS, Nuno, 79,80.  
PRADO, A. de Sarrea, 157.  
QUINTAS, Maria Conceição, 74.  
RAMALHO,( Barão de), 157.  
RAMALHO, Ignaco Fiel Gomes, 137,139,1.  
RATINHOS, 50.  
REGENERAÇÃO,14.  
RENASCENÇA, 95.  
REVOLUÇÃO FRANCESA, 96.  
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, 96.  
RIBEIRO, Hintze, 97.  
RIBEIRO, Orlando, 50,60.



RODRIGUES, Aniceto Ventura, 25.

ROIZ, João das Dores, 20.

ROMANOS, 48.

ROMÃO, Sofia, 7.

SÁ, Barros e, 147.

SALDANHA, António Pedro Barreto de, 20.

SALDANHA, Marechal-duque de ,14,23,24,26,118.

SALEMA, Mexia, 147.

SALGADO, João, 22.

SAMPIO, Rodrigues, 97.

SANTIAGO, Ordem de, 48.

SANTOS,Caetano dos, 19.

SANTOS, José Maria dos, 1,2,3,13,14,15,16,17,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,30, 32,33,34,35,36,37,38,50,52,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70, 71,72,73,74,75,76,78,79,80,87,88,89,90,105,107,108,109,110,118,119,120,121,1 22,123,138,143,145,147,150,151,152,153,154,155,156,157,158,167,168,169,171, 172,193,194,195,196,198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208.

SANTOS., Joaquim Marques dos, 137.

SANTOS, Pereira, 157.

SÃO FRANCISCO, António , Reverendo Cura de, 19.

SÃO ROMÃO, Manuel Gomes da Costa ,19,20,50,54,55.

SÃO ROMÃO, Maria Cândida Ferreira Braga (Baronesa de S. Romão), 2,19,32, 54,63,119.

SARZEDAS,Joaquim Antonio dos Reis Tenreiro, 137.

SEGUIER, Arthur A. Sieuve de, 157.

SILVA, João Ferreira da, 33.

SILVA, José Maria da Costa e, 25.

SILVA, José Vieira da, 137.

SILVA, Manuel Diogo da, 33.

SILVA, Manuel Joaquim da Costa e, 137,139.

SILVA, Pedro Roberto Dias da, 150,151,152,153.

SILVEIRA, Mouzinho da, 72

SITO IV (Papa), 92.

SOBRAL (Conde), 157.

SOBRINHO, Costa Motta, 88.

SOUSA, Anibal de ,20,21,38,108.

SOUSA, João Sabino de, 33.

SOUSA, José dos Reis e, 25.

SOUSA, Manuel Maria, 37.

STOHR, 80.

TAVARES, Joaquim Lopes, 137.

TEIXEIRA, António José, 150.

TERESA, Ana ,7.

TORGO, José Maria Alves, 33.

TRINDADE, António Brito, 33.

TUBERCULOSOS, Assistência Nacional aos, 38.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 92,94.

VARGAS, Gertrudes ,19.

VASCOMCELLOS, Francisco Augusto Florido de Mouta e, 157.

VOGEL, Charles, 62.

WEBER, Max, 21.

## **ÍNDICE TOPONÍMICO**

### **PORTUGAL**

Abela (Nossa Senhora de Abela), 185.

Ajuda, 38.

Alcácer do Sal, 26,38,48,58,74,78,175.

Alcochete, 26,38,58,178.

Alcochete(S .João Batista), 178.

Alcoentre, 26.

Aldeia Galega, 38,69,73,120,121,193,198,200,202,203,205,207.

Aldeia Galega da Merceana, 26.

Aldeia Galega do Riba-Tejo, 26.

Aldeia de Paio Pires (Nossa Senhora da Anunciada), 186.

Alenquer, 26,58.

Alhandra, 26.

Alhos Vedros, 26.

Alhos Vedros (S.Lourenço), 182.

Almada, 26,45,46,78,175,179.

Almada (Santiago), 179.

Almeirim, 60.

Alvalade (Nossa Senhora da Conceição), 185.

Alverca, 26.

Amora (Nossa Senhora do Monte Sião), 186.

Arrentela (Nossa Senhora da Soledade), 186.

Arruda, 26.

Aveiro, 59.

Azambuja, 26.

Azeitão, 26,68,74.

Azinha dos Barros e S.Mamede do Sádão (Nossa Senhora da Conceição), 181.

Azneira, 26.  
Barreiro, 26,48,50,78,119,175.  
Barreiro (Santa Cruz), 180.  
Beja, 55,57,194.  
Belem, 26.  
Bellas, 26.  
Benavente, 58.  
Benfica, 38.  
Cadaval, 26.  
Campolide, 38.  
Canha (Nossa Senhora da Oliveira), 183.  
Caparica (Nossa Senhora do Monte da Caparica), 179.  
Carregado, 119.  
Cascaes, 26.  
Castelo (Nossa Senhora da Conceição), 187.  
Cercal (S.Salvador), 185.  
Cezimbra, 26.  
Cintra, 26.  
Coima-a-Velha, 45.  
Collares, 26.  
Coruche, 60.  
Costa da Caparica (Nossa Senhora da Conceição), 179.  
Cova da Piedade (Santiago), 179.  
Covilhã, 125,194.  
Enxara dos Cavalleiros, 26.  
Ericeira, 26.  
Ermidas-Sado (Nossa Senhora da Conceição), 185.  
Évora,73,120,125,138,147,193,194.  
Extremoz, 125,194.  
Faro, 120.  
Funchal, 62.  
Grândola, 26,74,175,181.

Grândola (Nossa Senhora da Assunção), 181.

Lagoa da Palha, 58.

Lavradio (Santa Margarida), 180.

Lisboa, 17,19,20,24,25,26,28,30,32,33,37,40,42,48,49,50,56,58,62,64,68,69,78,  
118,119,120,121,122,143,167,168,169,170,171,172.

Lourinhã, 26.

Maфра, 26.

Marateca (S.Pedro de Marateca), 184.

Melides (S. Pedro de melides), 181.

Moita, 26,175,182.

Moita (Nossa Senhora da Boa Viagem), 182.

Montemor-o-Novo, 58.

Montijo, 175,183.

Montijo (Espírito Santo), 183.

Mora, 137.

Moura, 58,59,61,69.

Nossa Senhora da Anunciada, 176.

Oeiras, 26.

Olivais, 26.

Palhais (Nossa Senhora da Graça), 180.

Palhota, 58.

Palma, 58,63,69.

Palmela,1,2,3,13,14,15,16,26,38,41,43,45,46,47,48,60,68,72,74, 82,88,118,173,  
175,184,190.

Palmela (S. Pedro), 184.

Pégões, 59, 67.

Peniche, 26.

Pinhal Novo, 1,3,13,15,16,22,41,50,58,60,78,79,85,87,88,90,104,107,173,  
190.

Pinhal Novo (S.José), 184.

Poçoirão, 79.

Porto, 40,42, 62.

Queluz, 29.

Quinta do Anjo (Nossa Senhora da Redenção), 184.

Redondo, 73, 119, 120, 193.

Ribaldeira, 26.

Rio Frio, 26, 58, 59, 60, 67, 69.

Rio Maior, 37.

S. Bartolomeu da Serra ( S.Bartolomeu), 185.

S. Domingos, 185.

S. Francisco da Serra ( S. Francisco), 185.

S. Julião, 176.

S. Lourenço, 176.

S. Sebastião, 176.

S. Simão, 176.

Samouco(S. Brás), 178.

Santa Cruz, 185.

Santa Margarida da Serra, 181.

Santa Maria do Castelo, 177.

Santa Maria da Graça, 176.

Santa Susana, 177.

Santiago, 177, 187.

Santiago do Cacém, 74, 175, 185.

Santiago do Cacém (Santiago), 185.

Santo André, 185.

Santo Isidro de Pégões( Santo Isidro), 183.

Sarilhos Grandes (S.Jorge), 183.

Seixal, 26, 78, 175, 186.

Seixal ( Nossa Senhora da Conceição), 186.

Serpa, 58, 69.

Sesimbra, 45, 78, 175, 187.

Setúbal, 1, 2, 3, 13, 14, 16, 17, 26, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 57, 58, 59, 72, 74, 78, 82, 106,  
118, 119, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190.

Sines, 26, 74, 81, 175, 188.

Sines (S.Salvador), 188.

Sintra, 46.

Sobral de Mont-Agraço, 26.

S.Thiago do Cacem, 26.

Torrão(Nossa Senhora da Assunção), 177.

Torres Vedras, 26.

Trafaria (Nossa Senhora do Monte da Caparica), 179.

Venda do Alcaide, 58.

Vendas Novas, 50,78.

Viana do Castelo, 106.

Villa Franca de Xira, 26,58.

ALEMANHA, (Berlim 57), 64.

ANGOLA, 121.

BRASIL,42,118.

BÉLGICA,(Bruxelas,92),95

EGIPTO,95.

ESPANHA, 68.

FRANÇA, 64,68.

GRÃ BRETANHA ( INGLATERRA ,52), 64.

GRÉCIA, (Atenas, 92).

HOLANDA, (Haia, 92).

ITÁLIA, 68.

MOÇAMBIQUE, 121.